

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

RENATA SANTIAGO LIMA

**CAMINHOS PARA *DRIBLAR* O DESEMPREGO: O CASO DA
INCLUSÃO PRODUTIVA EM VITÓRIA/ES**

VITÓRIA
2013

RENATA SANTIAGO LIMA

**CAMINHOS PARA *DRIBLAR* O DESEMPREGO: O CASO DA
INCLUSÃO PRODUTIVA EM VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini

VITÓRIA
2013

RENATA SANTIAGO LIMA

**CAMINHOS PARA *DRIBLAR* O DESEMPREGO: O CASO DA
INCLUSÃO PRODUTIVA EM VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Aprovada em 23 de julho de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a. Dr^a. Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Maria Madalena do Nascimento Sartim
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Aos que estiveram sempre ao meu lado, um beijo no coração.

Aos meus lindos pais, ao meu mano, a minha madrinha e a toda família encantadora.

Aos meus amigos e aos colegas de trabalho pela confiança e pelo apoio.

Aos colegas de turma e aos professores do mestrado.

Ao meu orientador e as professoras da banca pela disponibilidade em aprimorar esta pesquisa.

Aos participantes da Inclusão Produtiva pelo carinho e pela dedicação.

Aos amigos e aos conhecidos do *facebook* que me apoiaram na hora do desespero.

Ao meu grande amor *Piriquito* e a sua família pela compreensão e pela paciência.

E a todas as forças divinas que me permitiram realizar mais uma conquista.

Desemprego

Estou cansado, desperdiçado, me dói o peito
Por que, amigo, não vem comigo, do mesmo jeito?
Sinal fechado, gente correndo, eu me perdendo

Vendo a cidade, velocidade, onde eu estou?
Na mesma luta, família longe, me dói o peito
Eu vim de longe, você também, do mesmo jeito
Som de buzina, eu na esquina, mesma rotina
Procuro emprego, esse é o enredo da nossa vida

Você me olha, desesperado, me dói o peito
Meu quarto pobre, seu trapo sujo, do mesmo jeito
Eu me sufoco, eu adormeço, Deus nos espia
Procuro emprego, esse é o enredo da nossa vida

Você me olha, desesperado, me dói o peito
Meu quarto pobre, seu trapo sujo, do mesmo jeito
Eu me sufoco, eu adormeço, Deus nos espia
Procuro emprego, esse é o enredo da nossa vida.

Benito de Paula

RESUMO

A Inclusão Produtiva é um Programa que tem como base legal a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e materializada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui como finalidade atender aos trabalhadores em situação de desemprego, estimulando a geração de trabalho e de renda para que estes possam se sustentar a partir de seu trabalho. A pesquisa objetiva analisar quais as possibilidades e os limites do Programa de Inclusão Produtiva em “incluir” os usuários da Assistência Social em Vitória-ES no mercado de trabalho. Destaca que o desemprego não se constitui com uma falha do sistema, e sim, é algo funcional ao modo de produção capitalista. Problematisa o conceito de “exclusão social”, o qual considera que os sujeitos não estão fora, mas estão dentro de um sistema desigual que não absorve todos no centro de sua dinâmica, onde o acesso aos bens e aos serviços é insuficiente para o estabelecimento de uma vida digna aos trabalhadores que fazem parte do Exército Industrial de Reserva. Apresenta os objetivos, o marco legal, o público prioritário e as estratégias de ação da Inclusão Produtiva com análise da experiência vivida na Secretaria de Assistência Social do município de Vitória-ES durante o período de 2009 a 2011. Valoriza o método dialético, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental como norteadores para iluminar a análise do objetivo proposto. Demonstra que os limites do Programa, a partir de uma análise da totalidade, não combate o desemprego, passando a compor um *drible*, um desvio e constituindo-se como iniciativas amenizadoras do não assalariamento. Ao mesmo tempo, diante das possibilidades, torna-se uma alternativa de alívio das condições precárias de vida, possibilitando ganhos objetivos e subjetivos de melhorar os níveis de vida, de confiança, de auto-estima e de tomada de decisões para os trabalhadores em situação de desemprego atendidos pela PNAS no município de Vitória-ES.

Palavras-chave: Trabalho. Desemprego. Inclusão Produtiva.

ABSTRACT

The Productive Inclusion is a program that has as its legal basis the Social Assistance Law (LOAS) and certified by the National Social Assistance (PNAS) in order to meet the workers unemployed, stimulating the creation of jobs and income so that they can support themselves from their own work. This research aims to analyze the possibilities and limits of Inclusion Program for Productive to add in users of Social Policy in Vitoria's - ES city the labor market. Highlights that unemployment is not a fault with the system, but it is something functional to the capitalist mode of production. Discusses the concept of "social exclusion", which considers that the subjects are not out, but are within an unequal system that does not absorb inside the dynamics all employees availables, where the access to services is insufficient to ensure decent living standards for workers who are part of the Industrial Reserve Army. Presents the objectives, the legal framework, the public priority and action strategies with analysis of Productive Inclusion of experience in the Department of Social Services of the municipality of Vitória-ES during the period 2009-2011. Appreciates the dialectical method, the literature review and documentary research as guides to illuminate the analysis. Demonstrates that the limits of the program, from an analysis of the totality, not combat unemployment, giving rise to a dribble, a detour and establishing itself as the initiatives palliatives not salaried. At the same time, with the possibilities, it becomes an alternative relief of the poor living conditions, allowing gains subjective and objective of improving the standard of living, confidence, self-esteem and decision-making for workers in situations unemployment PNAS served by the municipality of Vitoria-ES.

Keywords: Work. Unemployment. Productive Inclusion.

LISTAS DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Loja Vitória das Artes.....	119
Fotografia 2 – Unidade de Inclusão Produtiva	119
Fotografia 3 – Acompanhamento de Grupos Produtivos.....	119
Fotografia 4 – Laboratório de Criatividade – Vitória das Artes	119
Fotografia 5 – Salão Social	120
Fotografia 6 – Restaurante Sabor & Arte	120
Fotografia 7 – Educomunicação	121
Fotografia 8 – Comercialização Vitória das Artes	121
Fotografia 9 – Apoio a Formação	122
Fotografia 10 – Lançamento do Catálogo Vitória das Artes	123
Fotografia 11- Divulgação do Programa na voz dos atores sociais	123
Fotografia 12 – Equipe da Inclusão Produtiva de Vitória –ES	123

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Atendimento do Programa em Vitória-ES	56
--	----

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estreitamento de Parcerias do Programa	58
Gráfico 2 – Perfil dos Empreendimentos Acompanhados	61
Gráfico 3 – Tipos de Empreendimentos	62
Gráfico 4 – Pesquisados por Estado Civil	65
Gráfico 5 – Pesquisados Segundo Faixa Etária	66
Gráfico 6 – Pesquisados Segundo Renda Familiar	67
Gráfico 7 – População Pesquisada Segundo Origem de Encaminhamento	70
Gráfico 8 – População Pesquisada Segundo Motivos da Evasão	73
Gráfico 9 – Vendas na Estratégia de Comercialização	88
Gráfico 10 – Perfil das Vendas no Processo de Comercialização	89
Gráfico 11 – Destino da Renda da População	89
Gráfico 12 – Áreas de Formação.....	97
Gráfico 13 – Gestão do Empreendimento	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Vitória 2009-2011	52
Tabela 2 – Resultados da Formação	96

LISTAS DE SIGLAS

PNAS – Política Nacional de Assistência Social
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
GEPS – Gestão Estratégica em Políticas Sociais
SIGAF - Sistema de Gerenciamento de Atenção à Família
MDS – Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome
EIR – Exército Industrial de Reserva
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais
EJA – Educação de Jovens e Adultos
SETGER – Secretaria do Trabalho e Geração de Renda
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
BPC – Benefício de Prestação Continuada
PEA – População Economicamente Ativa
UIP's – Unidades de Inclusão Produtiva
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
CLAS – Conselho Local da Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DINÂMICA DO MUNDO DO TRABALHO	22
2.1 REFLETINDO SOBRE “EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL”	26
2.1.1 As visões dos autores	28
3 O UNIVERSO DA INCLUSÃO PRODUTIVA	40
3.1 O PÚBLICO PRIORITÁRIO.....	46
3.2 O CASO DA INCLUSÃO PRODUTIVA DE VITÓRIA- ES.....	47
4 POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO PRODUTIVA DE VITÓRIA -ES.....	52
4.1 IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS	52
4.1.1 Possibilidades	53
4.1.2 Limites	55
4.2 FORTALECIMENTO DE GRUPOS PRODUTIVOS	59
4.2.1 Perfil dos participantes	64
4.2.2 Possibilidades	74
4.2.3 Limites	78
4.3 APOIO AO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO	87
4.3.1 Possibilidades	90
4.3.2 Limites	93
4.4 APOIO A FORMAÇÃO	94
4.4.1 Resultados do Processo de Formação	96
4.4.2 Possibilidades	100
4.4.3 Limites	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
6 REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	118
APÊNICE A – Fotografias	119

1 INTRODUÇÃO

A Inclusão Produtiva é um Programa¹ realizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com o objetivo de atender aos usuários em situação de desemprego, estimulando a geração de trabalho e de renda para que esses trabalhadores possam se sustentar a partir de seu trabalho.

No entanto, se esses trabalhadores não têm acesso ao sistema educacional de qualidade e se os empregos não estão disponíveis para eles, especialmente pela escassez de oferta, como podemos “incluir” esses usuários no mercado de trabalho? Quais as alternativas que as famílias atendidas pela PNAS estão buscando para *driblar* a situação de desemprego? As estratégias de ação da Inclusão Produtiva em Vitória-ES possibilitam o acesso ao mercado de trabalho?

A busca por esclarecimentos dessas indagações é que motiva avaliar a Inclusão Produtiva durante a experiência vivida no período de 2009 a 2011 na Prefeitura de Vitória-ES via Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), visto que somente as leituras diárias não deram conta de aprofundar no seguinte fio condutor da dissertação: *quais as possibilidades e os limites do Programa de Inclusão Produtiva em “incluir” os usuários da Assistência Social em Vitória-ES no mercado de trabalho?*

Foi a partir desses questionamentos e da construção desse problema de pesquisa, fruto da mediação com diversos debates, disciplinas, formações e outros, que se considera importante mergulhar no universo do Programa de Pós-Graduação em Política Social em nível de mestrado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A intenção é subsidiar a análise do objeto proposto com o arcabouço teórico metodológico vinculado à linha de pesquisa “Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo”.

Com a finalidade de responder o problema apresentado, será preciso o aprofundamento da discussão, ampliando as formulações teóricas e avaliando os

¹ Em Vitória no primeiro momento o Programa foi chamado de Núcleo de Inclusão Produtiva e atualmente de Serviço de Inclusão Produtiva.

dados existentes nesse período, conforme metodologia que será apresentada ainda neste capítulo.

Para iluminar a realidade sobre a temática e para conhecer os estudos já existentes foi realizado um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações², com destaque a 02 (dois) trabalhos com a palavra chave *Inclusão Produtiva*. O primeiro tem o objetivo de analisar como as alternativas de geração de trabalho e renda, preconizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a inclusão produtiva dos usuários da Política Nacional de Assistência Social, têm contribuído para o enfrentamento da desigualdade social³. O segundo analisa a interface do Sistema Único de Assistência Social com a promoção da Inclusão Produtiva⁴.

A fim de conhecer as fontes sobre a temática foram encontradas no site da Scielo⁵, a partir do caminho: pesquisa artigos/ método – integrada/ localização Brasil - 11 (onze) pesquisas sobre Inclusão Produtiva, todavia apenas 03 (três) estavam relacionadas à temática da geração de trabalho e de renda (catadores de materiais recicláveis, microcrédito e pessoa com deficiência no mercado de trabalho). As outras eram relacionadas ao sistema produtivo agrícola, tema que não será abordado neste estudo.

Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶ foram encontrados no banco de teses 16 (dezesesseis) trabalhos ligados ao tema, todavia apenas 02 (duas) dissertações eram sobre Inclusão Produtiva (as mesmas

² Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 26 mar.2012.

³ Trabalho apresentado por Fernanda Bortolini Klein com a orientação da Prof. Dr. Gleny Guimarães da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Faculdade de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Mestrado em Serviço Social. Porto Alegre, 2009.

⁴ Trabalho apresentado por Manoela Carvalho de Albuquerque com a orientação da Prof. Dr. Jane Cruz Prates da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Faculdade de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Mestrado em Serviço Social. Porto Alegre, 2009.

⁵ Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>>. Acesso em 26 mar.2012.

⁶ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em 26 de mar.2012.

encontradas na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações), as outras 12 estavam ligadas também à agricultura.

Ao ampliar as fontes de pesquisa por meio do Google Acadêmico foram encontrados (desde 1993) 627 trabalhos sobre a Inclusão Produtiva, incluindo citações, resoluções, propagandas, palestras, artigos, editais, portais de prefeituras e de ministérios. Surgem, inclusive, com uma diversidade de conceitos, mesmo entre aspas, tais como: geração de trabalho e renda para trabalhadores de baixa renda; coletivos solidários; bancos comunitários; desenvolvimento local e sustentável; apoio às unidades produtivas; formação e qualificação profissional; incentivo ao setor informal e ao auto-emprego; incentivo à associação e ao cooperativismo; arranjos produtivos; educação para o trabalho; cozinhas comunitárias e incentivo ao empreendedor individual e ao micro-crédito.

Durante as pesquisas constata-se que não foi o objetivo dos pesquisadores realizar a problematização dos termos “exclusão e inclusão social”, o que se pretende fazer neste trabalho, não se constituindo o principal objetivo, mas a fim de contribuir para iluminar a discussão do objeto proposto. Os estudos vêm abordando a Inclusão Produtiva sob a ótica do contexto da Política Nacional de Assistência Social, da economia solidária, das transformações no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva e do Estado, além da diversidade de conceitos que sob os quais é abordada a temática, conforme dito.

No que se refere à relevância científica, pretendo com este estudo acrescentar ao conjunto de conhecimentos acadêmicos, disponibilizando a pesquisa final para a exposição integral nas bibliotecas e no banco virtual de dissertações. Há, ainda, o compromisso de apresentar em seminários, congressos e jornadas científicas, facilitando o diálogo, o intercâmbio e a socialização da experiência vivida com os diversos atores envolvidos na temática.

Para isso a Inclusão Produtiva em Vitória-ES será avaliada, articulando os seus dados com a revisão bibliográfica e com a valorização das suas particularidades e da sua universalidade, à luz da totalidade. Nesta perspectiva será possível intervir com mais magnitude nas situações não tão evidentes, com a produção de

conhecimento para subsidiar as ações de cunho transformador com os que vivenciam a situação de desemprego, buscando, assim, a relevância social da pesquisa.

Destarte, com o objetivo de analisar quais as possibilidades e os limites do Programa de Inclusão Produtiva em “incluir” os usuários da Assistência Social em Vitória-ES no mercado de trabalho, é necessário no primeiro capítulo realizar uma revisão bibliográfica para embasar a análise dos dados da temática no município. A proposta é contextualizar a dinâmica do trabalho no modo de produção capitalista e o processo que conduz ao conceito de “exclusão e inclusão social” e a relação das categorias entre si.

Após esse momento, será apresentada no segundo capítulo a trajetória da Inclusão Produtiva no contexto nacional das políticas sociais, a fim de conhecer seus objetivos, seu público prioritário e a historicidade do processo de constituição de sua dinâmica. Após esse panorama, será apresentada a Inclusão Produtiva em Vitória-ES.

No terceiro capítulo serão contempladas as estratégias de ação do Programa no município durante o período de 2009 a 2011. Concomitantemente, será analisada a pergunta que conduz ao objetivo da pesquisa, e a posteriori, as considerações finais⁷.

Para isso, o método abordado da pesquisa será o dialético-crítico com o objetivo de captar o movimento que transita em torno da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, embasado na teoria social marxiana fundada no modo de produção capitalista, “[...] com a análise da ordem burguesa que se apóia na exploração do trabalho humano, na luta e na resistência da classe trabalhadora [...]” (NETTO, 2002).

A escolha do método perpassa por um conjunto de valores do pesquisador (PRATES, 2012), comprometido com a classe trabalhadora e com o enfoque na

⁷ Não são análises acabadas e estáticas. Tratam-se de análises situacionais que estão em constante movimento e constituídos por elementos temporais.

análise baseada na sociedade capitalista que dará respaldo e sentido à investigação e às intervenções sociais.

Ao articular a concepção teórica metodológica inspirada na teoria de Marx, Netto (2011) apresenta três categorias nucleares da perspectiva de análise. A *totalidade*, sendo que os processos em um determinado tempo histórico possuem múltiplos dimensionamentos que o influenciam. A *contradição* que afirma e nega algo ao mesmo tempo, sendo um reflexo do contrário entre dois pólos, não havendo definição de algo, e sim descrição, pois não há nada estático e isolado. E a *mediação*, sendo “[...] uma questão crucial que reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa [...]” (NETTO, 2011, p. 57).

Essa realidade é composta de diversos aspectos que se interligam e que não devem ser pensadas de forma isolada. Deste modo, a *historicidade* também passa a ser uma categoria nuclear, visto que a história é fundamental para análise do contexto social, político, cultural e econômico, devendo considerar que os “sujeitos, realidades e fenômenos são constituídos por elementos temporais [...] essenciais para que possamos explicar as transformações em diferentes estágios [...]” (PRATES, 2012, 116).

Isso significa dizer, que a análise dos processos não deve ser encarada como processos acabados, visto que a história está em constante mutação, constituindo-se como um movimento contraditório, processual e não linear, buscando ir além da aparência, que é importante (e ponto de partida), mas também apreender a sua essência (NETTO, 2011).

É preciso perguntar, descobrir e descrever sobre o universo que permeia a Inclusão Produtiva, partindo da sua expressão fenomênica (aparência), recepcionando e apreendendo com a sua essência e, assim, ir à raiz da temática proposta. É necessário conhecer as suas contradições, a fim de alcançar a essência do objeto, a sua estrutura e sua dinâmica, considerando, assim, que a experiência nos revela que “em todos os objetos com os quais lidamos existe uma dimensão imediata (que

nós percebemos imediatamente) e existe uma dimensão mediata (que a gente vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos)” (KONDER, 1984, p.47).

Portanto, a análise da Inclusão Produtiva em Vitória-ES não se fará de forma isolada, mas reconhecerá o modo de produção capitalista, o processo histórico de seu surgimento e as múltiplas dimensões do termo “exclusão e inclusão social”, a fim de dar conta da totalidade e, assim, “[...] ultrapassar as conexões visíveis e nisto consiste exatamente o trabalho da ciência – passar das aparências para a estrutura interna oculta do real [...]” (PRATES, 2012, p.20).

Para realizar essas reflexões será utilizada como metodologia uma revisão bibliográfica, estudando os autores que abordam o conceito de “exclusão e inclusão social”, a partir de livros e de trabalhos científicos.

As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a realização de pesquisa, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e resumo (GIL, 2010, p. 61).

A proposta é fazer uma leitura seletiva desse material, verificando a área de interesse e, com isso, relacionar as ideias com o intuito de ter suporte teórico para analisar os dados da Inclusão Produtiva em Vitória-ES. Para isso é preciso que o pesquisador analise “[...] em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente” (GIL, 2010, p.51).

Apresentando esse panorama metodológico, pretende-se instigar o espírito investigativo, elencando pistas para a construção do conhecimento no campo das ciências humanas. Para isso será valorizada, ainda, a pesquisa documental⁸ como principal caminho que possibilitará extrair as informações, ampliando o entendimento do objetivo proposto e criando novas formas para lidar com os dados brutos, e assim, proporcionar uma avaliação da Inclusão Produtiva, enquanto um Programa

⁸ Nesta pesquisa não será problematizado o debate em torno dos conceitos de pesquisa documental, método documental e análise documental. No estudo será considerado o uso de documentos como importante caminho para analisar os dados da Inclusão Produtiva em Vitória-ES.

da Política Nacional de Assistência Social realizado no município de Vitória-ES no período de 2009 a 2011.

Essa linha do tempo se deve à implantação oficial do Programa em 2009 e, durante esses 03 (três) anos, a Inclusão Produtiva em Vitória-ES registra diversos dados que necessitam ser analisados à luz de um fundamento e de um princípio, pois “os documentos não existem isolados, precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido” (MAY, 2004, p.222).

Os documentos são também “[...] um meio através do qual o pesquisador procura uma correspondência entre a sua descrição e os eventos aos quais ele se refere” (MAY, 2004, p. 212). Ao mesmo tempo, essas fontes “[...] podem nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos [...], assim como fornecer materiais sobre os quais baseiam investigações mais aprofundadas” (MAY, 2004, p. 205).

Enfatiza que as fontes respeitarão a autenticidade, a confiabilidade, a credibilidade e a representatividade (MAY, 2004) e serão oriundas dos seguintes documentos: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Guia de Geração de Trabalho e Renda, o Perfil de Vulnerabilidade do município, minuta do Programa, os relatórios da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, o Guia de Funcionamento da Inclusão Produtiva e o Catálogo Vitória das Artes, entre outros.

Para dar conta desse compromisso com o leitor, será valorizada a técnica híbrida (quantidade e qualidade) que visa interpretar os dados com as seguintes etapas: a *organização* com levantamentos de documentos e considerações teóricas dos textos elaborados no processo da pesquisa que servirão de base para fornecer as respostas do pesquisador; a criação e a classificação de dados brutos em categorias (*codificação*) em articulação com a teoria construída, respeitando a fidedignidade, a validade e a transparência na etapa da *análise dos dados* (BAUER; GASKELL, 2004).

Para realizar essa investigação será preciso ficar atento às leituras e ao tempo disponível para a sua compreensão, necessitando “[...] reaprender a refletir, em vez de devorar, a ler com profundidade poucos textos cuidadosamente escolhidos e a interpretar judiciosamente alguns dados estatísticos particularmente eloquentes [...]” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 21).

Os dados da pesquisa foram coletados junto à Prefeitura Municipal de Vitória-ES por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social com a preocupação de valorizar a análise dos dados de forma crítica, revelando informações que estavam encobertas à luz das temáticas “exclusão e inclusão social”, desemprego e inclusão produtiva, articuladas à categoria trabalho e ao modo de produção capitalista.

2 DINÂMICA DO MUNDO DO TRABALHO

O trabalho é essencial ao ser humano, pois em “[...] quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1998. p.64-65). É através dessa dinâmica que o homem “[...] atende suas necessidades vitais e apropria-se da natureza, transformando-a e humanizando-a [...]” (NAKATANI, 2008, p.52).

Esse processo de trabalho, enquanto categoria ontológica, vem sofrendo transformações no decorrer dos tempos e o caráter do trabalho útil e criativo (valor de uso) vem se convertendo em trabalho abstrato e alienado. No modo de produção capitalista há uma grande modificação em sua natureza, adquirindo uma nova “[...] determinação social, tornando-se assalariado. A capacidade humana de trabalho converte-se na mercadoria da força de trabalho. Essa mercadoria, ao ser utilizada pelo capital, produz valor e riqueza [...]”(NAKATANI, 2008, p.54).

Essa riqueza não é distribuída de forma igualitária, tornando-se fonte de dominação que explora o trabalhador enquanto mercadoria, o que amplia a dicotomia entre o trabalho, como essência humana e processo de criação, e como um instrumento do processo produtivo para o interesse do capital na produção de bens, visando lucro e sendo fonte de riqueza para a burguesia. “[...] Esse processo leva ao extremo da exploração da força de trabalho e exclui o direito de parcelas cada vez maiores de trabalhadores de usufruírem do resultado de seu trabalho” (NAKATANI, 2008, p.55).

Nessa dinâmica do capital, o trabalhador não é visto como ser humano, e sim como um objeto no qual o sujeito não se reconhece nesse processo. O resultado é o trabalho alienado, portanto o sujeito não se afirma nele, encontrando-se ambos, homem e trabalho, em uma relação oposta. Essa é uma das contradições do sistema capitalista, que necessita da força de trabalho dos trabalhadores como fonte de riqueza. Entretanto, eles são explorados e sempre em situação de desigualdade e de desvantagem em relação ao capitalista (VASQUEZ, 1968).

Ao mesmo tempo, é a partir do trabalho⁹, em sua maioria¹⁰, que é possível acessar a renda e satisfazer às necessidades básicas de sobrevivência, além de alcançar os serviços e os desejos de consumo dos indivíduos. Neste caso, acesso a mercadoria, sendo esta “[...] um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1998. p.50).

Entretanto, a oportunidade de “apoderar-se” dessa mercadoria não é uma realidade comum para todos. As transformações¹¹ do trabalho, enquanto categoria ontológica para o assalariamento, apresentam também o fato de que o mundo capitalista não “[...] emprega o contingente natural da força de trabalho que anualmente chega ao mercado. Pelo contrário, o capital forja, no processo de seu desenvolvimento, sua própria lei da acumulação” (LIMA, 2009, p.73), sendo que a “[...] existência da taxa de desemprego é uma condição imanente à reprodução do capital [...]” (NAKATANI, 2008, p.61).

Os trabalhadores, que não são absorvidos pelo mercado e que vivem a situação de desemprego, são apresentados por Marx (2003) como o Exército Industrial de Reserva (EIR). Essa abordagem advém da análise da Lei da Acumulação Geral, sendo uma compreensão na sua totalidade e no processo histórico do modo de produção capitalista que funciona com o objetivo de fortalecer a sua acumulação, trocando gradativamente a força de trabalho e aumentando o desemprego entre grande número de trabalhadores (MARX, 2003).

Esse processo objetivo de organização do modo de produzir funciona em prol da reprodução do capitalismo, tornando-se uma condição necessária para sua existência e para seu desenvolvimento, garantindo uma massa de desempregados no mercado de trabalho. Como consequência tem-se o aumento da extração da mais-valia, com o pagamento ao trabalhador menor do que o valor da sua força de trabalho, além de inibir o seu poder reivindicatório, fazendo com que ele se torne

⁹ Nesse caso, trabalho análogo ao emprego ou à ocupação.

¹⁰ Falo maioria, pois cabe destacar as formas ilícitas (exemplo o tráfico) de acessar as mercadorias. Tema que não abordarei neste estudo.

¹¹ Ressalta-se que não haverá o fim do trabalho enquanto categoria ontológica, caso houvesse seria o fim da humanidade e da essência humana. Há nesta pesquisa o enfoque na força de trabalho convertida em mercadoria que prevalece no sistema de produção capitalista.

submisso a esse processo e subordinado às demandas do lucro, negando sua participação enquanto o capital se amplia (MARX, 2003).

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (MARX, 2002, p. 111).

Com essa dinâmica a economia capitalista cria mecanismos para a sua regeneração e para a sua acumulação, inserindo grande parcela de trabalhadores na situação de desemprego, desde o período da acumulação primitiva, com violenta disputa contra os camponeses e artesãos, até os dias de hoje, sendo, assim, a essencial contradição entre capital e trabalho (MARX, 2003).

Há, ainda, uma intensificação do uso de tecnologias, como substituição da força de trabalho por máquinas e novos métodos no processo produtivo, a fim de aumentar a composição orgânica do capital, descartando grande massa de trabalhadores do mercado de trabalho, com uma “descartabilidade” necessária ao desenvolvimento da riqueza do modo de produção capitalista (MARX, 2003).

Os trabalhadores excessivos vão engrossando o Exército Industrial de Reserva, que caracteriza como todo trabalhador que faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente, ou seja, ora absorvida pelo capital e ora “liberada”¹² pelo mesmo (MARX, 2003).

As formas existentes da superpopulação relativa/EIR são variadas. Marx (2003) descreve as seguintes categorias. A primeira é a *líquida ou flutuante* – onde o trabalhador segue o fluxo do capital de acordo com a escala de produção, envolvendo os trabalhadores em idade ativa para o trabalho, fluindo entre os empregos em constante rotatividade. A segunda, a *latente* é quando parte da população rural encontra-se continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, seguindo o capital em sua emigração. É

¹² Uma liberação ideológica, pois funciona muito bem para a acumulação do capital, conseguindo achatar os salários e contratar serviços a custos mais baixos.

quando a produção capitalista se apodera da agricultura, dando uma repulsão de trabalhadores que não é contrabalançada por maior atração, como se dá no movimento do êxodo rural. Esse fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre (MARX, 2003).

A outra categoria descrita por Marx (2003) é a do *estagnado*, composta por trabalhadores em ocupação totalmente irregular, sobrevivendo à custa de expedientes para não morrer de fome. Essa parcela da população proporciona ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível, cujas condições de vida situam-se abaixo do nível normal da classe trabalhadora e, justamente isso, torna-se base ampla de ramos especiais de exploração do capital com duração máxima de trabalho e mínimo de salário de sua existência.

A última categoria é a superpopulação relativa, a indigência e o pauperismo, constituindo o peso morto, o *lumpenproletariado* e o asilo dos inválidos dos trabalhadores do Exército Industrial de Reserva. Pondo-se de lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado, consistindo em três categorias: os que têm condições de trabalhar; os órfãos e crianças indigentes e os incapacitados para o trabalho, como por exemplo, mutilados e idosos (MARX, 2003).

Essas alternativas para aumentar a produtividade em torno do movimento de acumulação do capital resultam também no fortalecimento da “exclusão social”, cujos prejuízos são transferidos para a classe trabalhadora. Para Maranhão (2010, p.93) “[...] esse mesmo sistema, que ampliou sem precedentes a técnica, a ciência e a riqueza, tem se deparado, em escala ascendente, com um crescimento exponencial da desigualdade, da pobreza e da miséria”.

A articulação desse processo de desigualdade social e de pobreza com o mercado de trabalho torna-se importante, pois o desemprego é uma das manifestações mais visíveis de “exclusão social” no capitalismo (MENDES, et al., 2004). A “exclusão social” não deve ser limitada às condições econômicas, mas neste estudo, ela estará associada à organização do trabalho na contemporaneidade, pois mesmo que “[...] não se restringe à privação ou insuficiência de renda, ela pode ser considerada uma boa medida para apreendermos outras carências [...]” (BARATTA, 2008, p. 21).

Por esse motivo, sente-se a necessidade de refletir sobre a temática “exclusão e inclusão social” para articular a análise dos dados da Inclusão Produtiva em Vitória-ES com a problematização do objeto, e assim, atingir o objetivo geral da pesquisa.

2.1. REFLETINDO SOBRE “EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL”.

A “exclusão social” é um termo que foi identificado por Jacques Donzelot nos escritos de René Lenoir (OLIVEIRA, 2004) nos quais este relatou os problemas sociais que estavam acontecendo na década de 70 do século passado na França.

Ressalta-se que neste capítulo serão aprofundadas as origens e o aparecimento do conceito de “exclusão social”, pois a sua “[...] origem não deve ser atribuída a um autor em particular [...]” (CARNEIRO, 2005, p.46). Destaca-se que, Lenoir não era “[...] um teórico e o uso do termo “exclusão” não tinha pretensões de funcionar como categoria analítica, mas [...] que norteasse a formulação de políticas sociais que dirigisse a ação governamental [...] a grupos menos favorecidos” (CARNEIRO, 2005, p.47). Era uma possibilidade de discutir políticas sociais para aqueles que estavam esquecidos do progresso (PAUGAM, 2003).

Portanto, a proposta deste momento é apresentar alguns autores que discutem direta ou indiretamente o tema “exclusão social”, e com isso alcançar o 1º objetivo específico da pesquisa: identificar o processo que conduz ao conceito da “exclusão e inclusão social” e a relação deles entre si para embasar a análise dos dados.

A “exclusão social” é um termo atualmente utilizado de forma indiscriminada, sendo pouco questionado e generalizado para designar diferentes campos de definição e de atuação nas políticas sociais, parecendo não ser preciso explicá-lo e não ser preciso valorizar a conexão com os múltiplos determinantes e as múltiplas consequências.

A discussão em torno da “exclusão social” é polêmica, por isso esta expressão está sendo utilizada entre “aspas”, pois abarca uma multiplicidade de perspectivas

teóricas, como por exemplo, liberal, reformista e marxista que estruturam o fluxo de idéias e de visões de autores, sendo refletidas na intervenção das políticas sociais.

Demo (2002) ironiza essa situação denominando-a o “Charme da Exclusão Social” para denunciar o seu modismo e para retratar que as linguagens, conceitos e perspectivas mudam, todavia o pobre continua na mesma condição, sem a mudança da sociedade, além de defender que a “exclusão social” não é nova, e sim constitui-se como efeito constante no modo de produção capitalista.

Outro aspecto é considerar que além do modismo, o problema do termo se dá pela sua banalização, sua indefinição, sua imprecisão e pela superficialidade de seu uso, estando o conceito também permeado de concepções diferentes que despotencializa, despolitiza e mascara o conteúdo substantivo com a finalidade estratégica de servir para o capital.

Para isso será necessário entender melhor essa dinâmica. Há uma necessidade de problematizar de forma mais aprofundada esse conceito. Esse aprimoramento engloba, a nosso ver, a perspectiva dialética, em torno da centralidade do trabalho e da lógica do capital que fazem emergir os processos de “exclusão social”, ou melhor, “inclusão precária”, como se refere Martins (2003). Com isso, torna-se possível a compreensão da relação entre mundo simbólico (supra-estrutura) e as determinações econômicas (infra-estrutura), caminhando para desvendar esse conceito e a sua relação com o modo de produção capitalista.

Para esclarecer esse conceito com maior rigor teórico será realizada uma revisão bibliográfica com os autores de referência na temática: Serge Paugam e Robert Castel. Esses dois autores tornam-se importantes na abordagem desse estudo, pois analisam as condições de vida dos trabalhadores que vivem a situação de “exclusão”, neste caso, de desfiliação e de desqualificação social, respectivamente.

As ideias dos autores citados acima possibilitam articular a visão sobre a “exclusão social” com o tema Inclusão Produtiva, principalmente no que tange à análise da sociedade salarial e à caracterização das identidades desses sujeitos que vivem em situação de desemprego, de “inclusão” precária de trabalho e a sua relação com o

sistema de proteção social. Possibilitam ainda contextualizar as transformações históricas (CASTEL, 2010) na perspectiva da sociedade salarial, contribuindo para embasar a análise da questão social e da identidade (PAUGAM, 2003) dos que estão “excluídos”.

Todavia, não é foco principal de análise desses autores aprofundar na estrutura que dinamiza esses processos de “exclusão social”. Para essa problematização será utilizado como referência o autor José de Souza Martins, identificando as suas considerações, consensos e contradições.

2.1.1. As visões dos autores

Serge Paugam é um sociólogo francês que estuda a dinâmica da desigualdade social, da pobreza¹³, da discriminação e dos laços sociais nas sociedades modernas, principalmente na Europa. Neste caso, o autor procura valorizar o eixo que aborda a complexidade dos fenômenos da “exclusão social” que dificulta a ordem e a coesão social.

Suas reflexões foram organizadas a partir de uma pesquisa participante realizada em Saint-Brieuc, em 1986/87 na região de Côtes-d’Armor, França, envolvendo populações atendidas pontual ou regularmente pelos serviços sociais.

No bojo da discussão da “exclusão social”, o autor elabora o conceito de desqualificação social, a partir da relação dos trabalhadores com o mercado de trabalho. Seu eixo “[...] não é a própria análise das condutas em situação de pobreza, mas, sobretudo, a relação com o status das populações que ocupam os últimos degraus da hierarquia social [...]” (PAUGAM, 2003, p.47).

Maura Pardini Bicudo Veras, ao prefaciar a obra de Paugam (2003, p.14), afirmou que “[...] todos os conceitos envolvidos nesse debate costumam referir-se à

¹³ Nesse estudo não serão aprofundados os conceitos de pobreza, de questão social e de desigualdade social por não ser o foco principal do objeto desta pesquisa. Salienta-se que a noção de pobreza aqui abordada estará mais restrita ao mercado de trabalho, entretanto considero que a pobreza não se restringe aos indicadores econômicos, afetando não apenas a materialidade dos indivíduos, mas também a sua subjetividade e sua participação social e política.

precariedade do trabalho, à ausência de qualificação, ao desemprego, à incerteza do futuro [...], associada à crise da sociedade industrial [...] até a de hoje [...]”. Nesse contexto de Paugam (2003), este apresenta três idéias que associam ao conceito de “exclusão social”, tais como:

[...] a noção de *trajetória*, ou seja, de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável; em segundo lugar, o conceito de *identidade*, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade e o aspecto da *territorialidade*, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação (PAUGAM, 2003, p.15).

Nota-se então, que o estudo de Paugam (2003) tem uma relação com a degradação do mercado de trabalho. Todavia esses processos sociais excludentes não estão ligados apenas à privação de bens materiais, mas estreitamente ligados aos status social específico inferior, de degradação moral que marca as identidades dos que vivenciam a “exclusão social”, além de destacar também o aspecto da territorialidade no que tange à segregação e ao isolamento dos mais pobres em áreas separadas pela lógica do consumo: favelas x condomínios fechados (PAUGAM, 2003).

Com o desemprego de longa duração, centenas de milhares de operários, de empregados do comércio ou da indústria, e mesmo de executivos, perderam, de um dia para outro e por longo tempo, os vínculos que mantinham com o mercado de trabalho. A diminuição da renda e a precariedade das condições de vida as levaram, no mais das vezes contra a sua vontade, a frequentar os serviços sociais para obter auxílio financeiro. A falta de perspectivas de emprego e o sentimento de serem inúteis podem levar algumas dessas pessoas a romper totalmente com a sociedade (PAUGAM, 2003, p. 31).

O autor acrescenta que a “exclusão social”, além de estar contida em um cenário de precariedade do trabalho, possui caráter multidimensional, pois além de empurrar para a esfera da produtiva aqueles segmentos populacionais menos qualificados, dificultando o acesso ao emprego estável para as camadas crescentes da população, há uma incerteza quanto ao futuro, fragilizando também os laços sociais, levando às situações de isolamento (PAUGAM, 2003).

Paugam (2003) separa em camadas as condições dos que vivem a situação de “exclusão social”, ou melhor, de desqualificação social “[...] em categorias analíticas, isto é, conjuntos de pessoas com características comuns e construídas de acordo com as necessidades da compreensão sociológica [...]” (PAUGAM, 2003, p.32).

Ele descreve ainda, que os “excluídos” são os desqualificados no mercado de trabalho e reagrupados à lógica da intervenção social, sendo classificados em fragilizados, assistidos e marginalizados (PAUGAM, 2003).

Os *fragilizados* guardam a incerteza ou a irregularidade de renda, “[...] ao trabalho temporário ou de meio período, aos contratos por tempo determinado, aos estágios e cursos profissionalizantes alternados, aos ‘bicos’ [...], etc [...]” (PAUGAM, 2003, p.64). O pesquisador também destaca que as “pessoas que passam por essa experiência recusam-se a ser consideradas como assistidas. Multiplicam os seus esforços para conquistar um melhor status social [...]” (PAUGAM, 2003, p.33).

A *fragilidade* corresponde ao aprendizado da desqualificação social. As pessoas deslocadas socialmente após um fracasso profissional ao poucos tomam consciência da distância que as separa da grande maioria da população. Sentem que o fracasso que as prime é visto por todos. Supõem que todos os seus comportamentos cotidianos são interpretados como sinais de inferioridade do seu status, até mesmo de uma incapacidade social [...] (PAUGAM, 2003, p. 34-35).

Outra classificação são os *assistidos* que possuem dependência dos serviços públicos. São pessoas que “[...] dispõem de uma renda proveniente da proteção social, [...], seja em razão de sua deficiência física ou mental, seja em razão de suas dificuldades em prover a educação e sustento aos filhos” (PAUGAM, 2003, p.64). “A dependência é de fato, a fase em que os serviços sociais se responsabilizam com regularidade pelas dificuldades [...]” (PAUGAM, 2003, p.34).

E por fim, os *marginalizados* que possuem vínculos fragilizados ou rompidos com o emprego regular, sem indenizações por desemprego, sem rendimentos e sem subsídios de assistência regular ou com ajuda financeiras pontuais, além de representarem uma minoria sem trabalho, sem moradia e desprovidos de status e de poder (PAUGAM, 2003).

Esse processo de marginalização sucede a *ruptura* dos vínculos sociais especialmente quando os “[...] auxílios são suspensos e as pessoas que vivem essa experiência se veem confrontadas com um acúmulo de dificuldades [...], em que a miséria é sinônima de ‘dessocialização’” (PAUGAM, 2003, p.34).

Os marginalizados são muito menos enquadrados pelos profissionais da ação que os assistidos, mas sua situação quanto ao futuro é muito mais incerta e se traduz no presente por uma extrema precariedade econômica e social. No limite da exclusão, eles devem se organizar para reconstruir um espaço cultural tolerável ou tentar rejeitar essa situação humilhante. Desse modo, suas experiências, assim como o sentido que eles lhe dão, serão diferentes das vividas pelos assistidos (PAUGAM, 2003, p.66).

Paugam (2003) destaca que o encadeamento dessas três bases de análise, fragilizados, assistidos e marginalizados, não é estaque e nem pontual, mas é uma forma de demonstrar a dinâmica do aumento do risco de se criar um dualismo na sociedade, a intensidade dos vínculos sociais e a relação com o sistema de proteção social. O autor ainda afirma que “entre essa população encontram-se pessoas atingidas por rupturas sociais graves no cerne de sua vida profissional, para quem a ‘queda’ foi brutal e dura [...]” (PAUGAM, 2003, p.39).

Outra abordagem sobre “exclusão social” será apresentada por Castel (2010). Este não faz um estudo direto sobre a temática, e sim constrói uma análise socioantropológica¹⁴ a partir da questão social, focando as suas considerações na crise da sociedade salarial, evidenciando as transformações históricas, as suas cristalizações e o que há de novo na contemporaneidade, fazendo uma homologia dos tempos passados e os dias de hoje, com o surgimento de novos atores sociais e novos conflitos.

Castel (2010) faz uma análise da sociedade salarial em uma perspectiva do mundo do trabalho, não enquanto relação técnica de produção, “[...] mas como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Considera que existe “[...] uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção [...]” (CASTEL, 2010, p. 24). Ele

¹⁴ O autor também faz uma análise da sociedade francesa, todavia suas reflexões servirão para iluminar a realidade brasileira sobre a temática.

relata, ainda, ser “[...] um avanço explicativo não remeter tudo à determinação do econômico, mas torna-se improdutiva a base teórica se a questão econômica acaba por aparecer mais forte no processo de ‘exclusão’ [...]” (CASTEL, 2010, p. 402).

O ponto de partida de Castel (2010) é estudar a “exclusão social” nas relações existentes entre a precariedade econômica e a instabilidade social, e como isso afetou a condição salarial com o desemprego em massa, multiplicando a existência de indivíduos em posição de inutilidade para o mundo: os supra-numerários ou os empregados de um modo precário¹⁵.

Seu objetivo é dimensionar a presença cada vez mais insistente de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social. Para isso, fixa o seu debate na centralidade do trabalho como eixo das relações sociais, na participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção, além de abordar como a instabilidade e a expulsão do emprego fazem aumentar o desemprego de longa duração, jovens sem trabalho, mulheres sem emprego e trabalhadores temporários (CASTEL, 2010).

O autor afirma que há três momentos de análise que predominam a sociedade salarial: a não garantia do contrato de trabalho por tempo indeterminado; a diminuição das proteções sociais conquistados pelos trabalhadores; os indivíduos que são cortados de seus coletivos reais (individualismo negativo), o aumento dos desempregados (supranumerários) e a descontinuidade das formas de desemprego (CASTEL, 2010).

Esse público à margem, em situação de ausência de emprego ou de relações aleatórias com o trabalho, é abordado pelo autor como desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários de renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais e jovens à procura de emprego, que passam de estágio a estágio e de pequeno trabalho à ocupação provisória (CASTEL, 2010).

¹⁵ No modo de produção capitalista o tipo de trabalho que prevalece é o abstrato e alienado, o que já considero uma manifestação de precariedade. Mas neste estudo, o trabalho precário será mais restrito às ocupações e aos empregos que se realizam com a instabilidade nos contratos de trabalho, nos baixos salários, nas extensas jornadas de trabalho e na ausência de proteção trabalhista e de segurança na cobertura social para os trabalhadores.

Castel (2010) registra também uma classificação quanto ao lugar ocupado na divisão social do trabalho em zonas de coesão social, de “exclusão” e zona intermediária. A *zona de coesão social*, área de integração, é associada à situação de trabalho estável e com inserção do indivíduo na divisão social do trabalho (CASTEL, 2010).

A ausência de participação em qualquer atividade produtiva com o isolamento relacional é chamada de zona de “*exclusão*” ou *desfiliação*. E a zona de vulnerabilidade social, sendo uma *zona intermediária e instável* que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade (CASTEL, 2010).

Partindo dessas análises da sociedade salarial, Castel (2010) aborda a “exclusão”, enfatizando o seu caráter polêmico, pois não há ninguém fora da sociedade, mas há um “[...] conjunto de posições cujas relações com o centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram empregos [...] etc. [...]” (CASTEL, 2010, 568-569), enfatizando, ainda:

[...] ao tema da exclusão, hoje abundantemente orquestrado, preferi o da desfiliação para designar o desfecho desse processo. Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A “exclusão” é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações. Para empregar com rigor tal noção, que corresponderia ao modelo da sociedade dual, seria necessária que ela correspondesse a situações caracterizadas por uma localização geográfica precisa pela coerência ao menos relativa de uma cultura ou de uma subcultura, mais frequentemente, por uma básica étnica [...] (CASTEL, 2010, p.26).

Ressalta que o autor não utiliza o termo “exclusão”, e sim desfiliação para os trabalhadores que “[...] foram des-ligados [sic], mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade [...]” (CASTEL, 2010, p.569).

Considera, ainda, que o termo não deve ser tratado de forma mecânica e estática, devendo ser estudado a partir dos processos que fazem transitar de uma “zona” para outra, sendo este um esquema didático, mas não inflexível (CASTEL, 2010).

[...] Os excluídos são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. Mas também existe uma circulação entre essa zona de vulnerabilidade e da integração, uma desestabilização dos estáveis, dos trabalhadores qualificados que se tornaram precários, dos quadros bem considerados que podem ficar desempregado (CASTEL, 2010, p. 569).

Observa-se nessas análises que Paugam (2003), Castel (2010), e também Martins (2003), como veremos abaixo, convergem quanto à influência do mercado nas condições de vida das pessoas, não afetando apenas a vida material dos indivíduos e suas famílias, mas também a sociabilidade, as identidades e os modos de existência.

As reflexões de Paugam e de Castel tornam-se importantes para compreender a dinâmica dos trabalhadores que vivem situações adversas com relação ao mercado de trabalho e a relação com o sistema de proteção social.

Há um ponto comum entre os autores no que tange ao mapeamento dos trabalhadores que vivem a situação de desemprego e as formas que estão configuradas as suas situações em cada perspectiva de “aptos e não aptos” para o trabalho, até sendo uma analogia a que Marx (2003) faz quando analisa o Exército Industrial de Reserva.

Destaca-se também que a convergência entre Paugam e Castel é o horizonte da estruturação de um Estado Social forte capaz de enfrentar a questão social, combinando os interesses do mercado com os interesses sociais, a fim de promover a coesão social, fortalecendo o pacto da solidariedade e da cidadania.

Essa visão que se coloca as políticas sociais no Brasil, neste caso de Assistência Social, inserida na relação contraditória entre capital x trabalho. Dentro de um contexto de luta de interesses do mercado com os interesses sociais. Insta frisar, que a concepção de Estado Social forte pode minimizar os impactos sociais, econômicos e políticos provocados pelo modo de produção desigual. Todavia, a universalização do emprego torna-se cada vez mais distante quando o ideário liberal se fortalece e os trabalhadores se tornam cada vez mais explorados.

Martins (2003) também apresenta reflexões sobre os processos de “exclusão social”, contudo vai mais além, analisando em sua totalidade essa dinâmica e considerando não ser algo novo, e sim intrínseco ao modo de produção capitalista. O autor faz uma abordagem, a partir de uma interpretação crítica das contradições da sociedade contemporânea, das experiências e das visões de mundo das populações que vivem em situações adversas. O sociólogo Martins problematiza o fenômeno da “exclusão e inclusão social” de forma dialética, onde uma só existe em consonância com a outra.

O autor afirma que “[...] a vivência real da ‘exclusão’ é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras” (MARTINS, 2003, p.21). Relata que mesmo não restrita ao mercado de trabalho, este continua refletindo nas condições de vida dos trabalhadores, “[...] em que os grupos sociais em situação adversa se encontram mais frágeis, como se dá com os trabalhadores em situação de desemprego” (MARTINS, 2003, p. 26).

A ‘exclusão moderna’ é um problema social porque abrange a todos: uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou se torna panfletárias na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não tem um trabalho e, sobretudo, não tem esperança (MARTINS, 2003, p.21).

Martins (2003) segue a linha de interpretação da “exclusão social” a partir da análise do sistema capitalista, considerando que se deve apreender as suas dinâmicas estruturais e as suas expressões que “empurram” o sujeito para a margem do processo produtivo.

Essa dinâmica de “empurrão” reflete na organização social, política, ideológica e cultural da sociedade que “[...] debita na conta do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatizando ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais [...]” (MARTINS, 2003, p.11).

Certamente, acumular tem sido próprio das economias que viabilizaram inovações técnicas, descobertas científicas e transformações sociais que não podem ser subestimadas. Mas, certamente, também estamos em face do desafio de viabilizar e realizar a inovação maior, a que faça da sociedade destinatária e a beneficiária dessa acumulação. Todos os esforços nesse sentido deveriam ser acolhidos como indicação de que é possível vencer as adversidades que decorrem da inversão de prioridades das economias deixadas ao deus-dará do mercado (MARTINS, 2003, p.14).

Para o autor, o capitalismo tem a lógica de “excluir” e desenraizar grande massa humana sobrance (*lumpen*) que não participa dos frutos da riqueza, e depois “incluir”, segundo as suas próprias regras, sendo uma “inclusão” precária, marginal e instável, sendo muitas vezes uma “inclusão” enganadora de boas intenções conservadoras (MARTINS, 2003).

Ele considera que no conceito de “exclusão” “[...] parece haver uma dupla vitória do capitalismo: enquanto modo degradado de inserção social e [...] abrandada das contradições do capital e dos problemas sociais que dele resultam [...]” (MARTINS, 2003, p. 19).

Martins (2003) revela que não estamos em face de um novo dualismo que nos propõe as falsas alternativas de “excluídos e incluídos”. Ele acredita que a “[...] sociedade que “exclui” é a mesma sociedade que “inclui” e integra que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégio e não de direitos” (MARTINS, 2003, p.10).

Implica também em certa degradação (não só do ponto de vista econômico, mas moral e político) com poucas possibilidades dessa grande massa de população sobrance ser novamente “incluída” nos padrões atuais de desenvolvimento (MARTINS, 2003).

Há processos excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural que tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz incluir ainda de forma degradada, ainda em condições adversas. O excluído é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, continua reelaboração das identidades (MARTINS, 2003, p. 46).

Martins (2003) continua descrevendo “exclusão” como situações objetivas de privação, que não nos fornece o essencial. A partir dela, não se luta por transformações sociais, e sim em favor de relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade.

A sugestão do autor é evitar rotular e estereotipar o caráter polêmico do termo e, “[...] independente das definições vagas da problemática social que esse tema suscita, seu uso representa um clamor de consciência e uma visão pessimista e sem saída da realidade social de nossos dias [...]” (MARTINS, 2003, p.12).

Há uma imprecisão de análise dessa categoria, expressando “[...] uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea” (MARTINS, 2003, p. 27).

Martins (2003) retrata que devemos ter o cuidado em cristalizar os indivíduos como “excluídos”, culpabilizando o sujeito por sua situação de vida e negando a sua capacidade de fazer história e a práxis transformadora. Por isso devemos encarar a sociedade como não estática e acabada, mas em constante ressocialização de seus membros, de luta pela integração e contínua reelaboração das identidades. Ele ainda defende que não “[...] deve ser temida a reflexão que nega o simplismo e a piedade de rotular parcelas da população sem compreender a sociedade como totalidade contraditória e crítica, como processo social e histórico [...]” (MARTINS, 2003, p.12).

A “exclusão” quando concebida como um estado fixo fatal e incorrigível, e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável (MARTINS, 2003).

A categoria “excluído” pressupõe um “mundo social estável, rígido e enrijecedor [...]” (MARTINS, 2003, p.46). Existe um caráter de indução de prática e de ideologia conservadora liberal de “enquadrar os trabalhadores – “excluídos” nas leis do mercado, diminuir seu caráter reivindicatório, escamotear a luta de classes e a militância dos trabalhadores.

O paradigma liberal culpabiliza os trabalhadores pela situação de fracasso, tornando-se a “exclusão social” uma manifestação individual, e não produto de um sistema de produção desigual. “O discurso sobre exclusão nos fala de um projeto histórico de afirmação do capitalismo, através da justa e necessária inclusão social dos descartados do sistema econômico [...]” (MARTINS, 2003, p.18).

Basicamente, a exclusão é uma concepção que nega a História, que nega a práxis e que nega à vítima a possibilidade de construir historicamente seu próprio destino, a partir de sua vivência e não partir da vivência privilegiada de outrem. Estamos em face da elaboração de um novo populismo, já não o populismo do poder em o poder popular, mas o poder do populismo das elites e da classe média. Uma interdição da competência criativa dos pobres e, sobretudo, uma negação articulada de sua efetiva libertação (MARTINS, 2003, p. 45-46).

É preciso conhecer as origens que afetam a vida dos que vivem as diversas situações de “exclusão”. Os considerados “excluídos” são os privados da produção e da distribuição da riqueza, além da participação social, e, por não estarem no centro da dinâmica econômica, não têm condições de intervir ativamente nessa dinâmica social. A concepção de “exclusão social” faz com que “[...] todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação das pessoas [...]” (MARTINS, 2003, p.20).

Ressalta-se também que é consenso entre os autores o repúdio ao liberalismo, o qual culpabiliza o sujeito pela a sua situação de desemprego. A estratégia da visão liberal é rotular o sujeito perante a sua situação de afastamento do centro dinâmico da produção, de modo banalizado que mascara o processo desigual da acumulação do capital, refletindo em suas identidades e em seus vínculos sociais, valores liberais que não serão defendidos nesta dissertação.

Portanto, não se pretende desconsiderar as diversas formas precárias nas quais vive grande parte da população do planeta, mas necessita problematizar que o conceito é complexo e multifacetado e que em sua essência não existe “exclusão social”. Por isso é reforçado que o termo será apresentado entre aspas, exceto nas citações diretas, e neste caso, a “exclusão social” manifesta-se em consonância com a “inclusão precária”.

Considera-se, então, que é preciso ver além do imediato (aparência) do fenômeno e ir ao mediato (mediação), pois aparentemente a “exclusão social” é compreendida como algo que está fora do sistema, porém os trabalhadores estão inseridos de alguma maneira neste sistema.

Contudo, é uma participação que desumaniza a vida da maioria dos trabalhadores, que estão privados de bens e de serviços necessários a uma vida digna, estando o sujeito “incluído” em uma dinâmica hegemônica, dentro de um sistema em que sua força de trabalho é utilizada para ser cada vez mais explorada, a fim de aumentar a reprodução do capital, como abordado, principalmente, por Martins (2003).

Podemos assim analisar neste momento que os “excluídos” não estão fora, estão dentro de um sistema desigual que não absorve todos no centro de sua dinâmica, considerando que quem está nesta situação de desigualdade é a maioria da população do planeta.

Enfim, neste capítulo foi possível fazer uma revisão bibliográfica, com uma discussão mais ampla sobre o termo “exclusão social” sob diferentes olhares de diversos autores, partindo brevemente da categoria trabalho, mais precisamente com base no capítulo da Lei da Acumulação Geral em Marx (2003).

Após essa abordagem, avançamos em identificar o status social e as identidades dos trabalhadores que vivem a situação de desemprego, a partir do autor Paugam (2003). Após contemplá-lo, valorizamos o processo de “idas e vindas” da situação de desemprego que Castel chama de zonas de coesão social, de desfiliação e de intermediária, a partir da análise da sociedade salarial.

Mesmo considerando a importância de Paugam e Castel, com algumas ponderações já descritas, a referência de análise da dissertação será Marx (2003) e Martins (2003) que utilizam o método dialético e a análise crítica da sociedade capitalista para decifrar o enigma da “exclusão social”¹⁶.

¹⁶ Karl Marx não contempla diretamente essa temática, mas faz uma análise de sociedade capitalista que possibilita o entendimento do processo da “exclusão social”.

3 O UNIVERSO DA INCLUSÃO PRODUTIVA

Como vimos no capítulo anterior, o capitalismo tem a lógica de criar uma “massa sobrando”, não absorvendo todos os trabalhadores no mercado de trabalho. Essa tendência de criação da população excedente é um dos combustíveis para a expansão do capital, fazendo com que grande número de trabalhadores aumente o contingente do Exército Industrial de Reserva, ou seja, trabalhadores que ora estão desempregados, ora empregados de forma precária e em atividades informais.

A partir desse contexto é importante destacar que a década de 1990 representou um marco no crescimento das atividades informais no Brasil. Essa conexão temporal torna-se importante para situar o universo da Inclusão Produtiva, sendo apresentada a partir do momento em que o Estado investe em políticas de incentivo ao informal.

O Programa tem, sobretudo, o foco na atenção à população que está distante do centro da dinâmica produtiva e que está mais vulnerável “[...] ao desemprego estrutural [...] que serve para consolidar atenção pública à miríade de ocupações informais que crescem a par com a diminuição do emprego regulamentado” (BARBOSA, 2012, p. 121).

Foi a partir de 1990, que o país iniciou uma abertura para o projeto neoliberal-internacionalista, alinhando-se ao movimento geral de globalização, impactando, assim, na flexibilização das relações de trabalho (SILVA; YAZBEK, 2012).

Essa flexibilização é marcada pelo crescimento das atividades no setor terciário, com destaque à terceirização e ao aumento do comércio ambulante; pela expansão do trabalho informal e por conta-própria; pelo aumento do desemprego e pela precarização das relações de trabalho verificadas na instabilidade, na baixa remuneração, na ausência de proteção social e na diminuição do poder reivindicatório da classe trabalhadora (SILVA; YAZBEK, 2012).

Dentro desse movimento do trabalho observa-se que o capital sempre busca atuar de forma a regenerar as suas forças, em prol de sua estruturação e de sua

acumulação, em detrimento das possibilidades de ofertar melhores condições de vida aos trabalhadores que fazem parte do contingente da força de trabalho sobrando, “[...] criando um acirramento da competição por vagas no interior do mercado de trabalho [...]” (POCHMANN, 2012, p.45), sendo um sistema de contradições onde:

[...] De um lado, a oferta abundante de mão de obra, com baixa qualificação técnica, baixa organização sindical, trabalhadores sujeitos a empregos instáveis de elevada rotatividade, baixa produtividade individual e coletiva e baixos salários. De outro lado, um mercado de trabalho “estruturado” e regulado em moldes capitalistas, com empregos estáveis, maior qualificação dos trabalhadores, com possibilidades de ascensão e melhores salários (SILVA; YAZBEK, 2012, p. 13).

Em síntese, as políticas de trabalho e emprego no Brasil, sob a égide da condução neoliberal, ficaram pautadas nos trabalhadores que estão empregados ou que estão em situação de desemprego de curta duração, não universalizando a sua atuação e nem concentrando as suas atividades ao conjunto de trabalhadores que “nunca” participaram do mercado de trabalho ou que estão em período de longa duração fora do mesmo.

Diante do agravamento das condições de vida dos trabalhadores que estão em situação de “inclusão precária” e dos “[...] elevados índices de desemprego tornou-se impossível para o executivo local isentar-se desse debate” (SOUZA, 2009, p. 167). Portanto, o Estado é chamado a investir em políticas sociais, como forma de criar opções de geração de renda, garantindo o direito ao trabalho e à sobrevivência aos desempregados de longa duração.

É dentro desse contexto do trabalho na contemporaneidade que existe uma relação íntima da intervenção do Estado, e neste caso, os gastos públicos terão ênfase no setor informal. A lógica dos direitos ligada ao trabalho assalariado e ao seguro (pensões, fundos, auxílio saúde e seguro desemprego) começou a ser modificada. Iniciou-se uma transição, ainda lenta, dos direitos fundados na lógica do seguro para os direitos fundados na lógica da assistência (BOSCHETTI, 2006).

No final da década de 80, as políticas sociais começaram a ganhar terreno, levando o Estado a investir recursos públicos na execução de atividades informais para gerar renda às populações “excluídas” do mercado de trabalho, como alternativa de luta contra o desemprego. O setor informal torna-se uma possibilidade mais próxima de geração de trabalho e de renda para esses trabalhadores que não participam do sistema produtivo [ou não estão no centro deste] (BOSCHETTI, 2006).

O desenvolvimento de políticas sociais passou a ser implementado com o objetivo de incentivar o auto-emprego, principalmente entre os desempregados e trabalhadores de baixa renda, como um importante caminho de combate ao desemprego e de criação de renda (PAMPLONA, 2001).

Nos últimos anos, a intervenção do Estado no setor informal vem “diminuindo” o seu caráter repressivo, ao tratar a parcela “excluída” como “caso de polícia” e um mal a ser combatido. Atualmente um novo ideário no setor informal vem sendo valorizado, com enfoque em seu caráter subsidiário, na perspectiva dos serviços de geração de trabalho e renda serem incentivados. A proposta é fornecer um suporte operacional e financeiro para que os trabalhadores possam gerir o seu próprio negócio, assistindo assim à criação de um grande número de programas de apoio ao informal (TAVARES, 2002).

É a idéia de que a pobreza deveria ser de algum modo enfrentada que se coloca de novo em foco. E nesse contexto, vamos assistir também ao reaparecimento da questão do apoio ao informal, visto ainda como uma possibilidade de fonte de sobrevivência para a população pobre. (THEODORO, 2000, p.15).

Diante dessa lógica a Inclusão Produtiva nasce como um Programa¹⁷ que é implementado com o objetivo de fortalecer um novo olhar sobre os trabalhadores que nunca estiveram no mercado de trabalho ou que estão há muito tempo “fora” do mesmo. A proposta é criar um ambiente favorável para eles possam acessar a renda e o trabalho remunerado.

¹⁷ Quando se tratar da nomenclatura da Inclusão Produtiva estará sendo abordada na perspectiva de um Programa.

A Inclusão Produtiva cuida de fomentar, de forma mais sistemática, conhecimentos, capacidades e habilidades de famílias, de indivíduos e de grupos para o ingresso no mercado de trabalho. Em seu sentido mais estratégico visa facilitar o desenvolvimento de “[...] projetos integrados de educação socioprofissional, cidadã e ético-política, com investimentos em capital para possibilitar o acesso aos meios de produção e à assistência técnica [...] conforme orientação da LOAS” (BRASIL, 2007, p.3).

A maioria das iniciativas dos trabalhadores em situação de desemprego enfrenta dificuldades comuns como a falta de capacitação adequada, a falta de incentivos à produção e diversas barreiras à comercialização de seus produtos e à contratação de seus serviços.

Contudo, esse processo de ingresso no mercado de trabalho não se dá apenas pelo pressuposto da falta (SARTI, 2005), mas existem capacidades que precisam ser potencializadas. Há várias estratégias que os trabalhadores estão criando para *desviar do* desemprego. Entretanto, essas iniciativas precisam de apoio institucional, sendo o “[...] esforço individual importante, mas apenas motivação das pessoas que participam de um empreendimento produtivo não é suficiente para que ele seja bem-sucedido” (BRASIL, 2008. p.32)

Visando institucionalizar esse apoio, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, torna-se a base legal da Inclusão Produtiva, com ações integradas ao mercado de trabalho que devem se caracterizar pelo enfrentamento da pobreza conforme estabelecido em seu artigo 25 (Inciso V) (BRASIL, 1993, acesso em 03 out.2012):

Art. 25: Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico e social nos grupos populares, buscando subsidiar financeira e tecnicamente iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Ressalta-se que a Assistência Social tem suas bases na Constituição Federal de 1988, sendo um marco na direção das políticas públicas voltadas à proteção social,

assegurando em seu artigo 6º, o direito “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988, p. 12).

A Assistência Social compõe o Tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e a Saúde, sendo uma política não contributiva e prestada a quem dela necessitar, conforme art. 203 (BRASIL, 1988, p. 136).

Em 2004, resultado de ampla mobilização social, é aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.

A PNAS materializa LOAS como política de proteção e de promoção social que se constitui como direito do cidadão e dever do Estado, estabelecendo referências de atendimento, normas, planos de ação, recursos financeiros e humanos, garantindo um conjunto de serviços, de programas, de projetos e de benefícios no campo socioassistencial, a fim de atender às famílias em situação de vulnerabilidade social¹⁸.

Ela está integrada às políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como orientação de uma das referências do Programa Fome Zero – governo Lula, e em 2011, Brasil Sem Miséria – Governo Dilma, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e ações executadas diretamente pelos municípios ou Distrito Federal ou em parceria com organizações de assistência social.

Sua proposta é ampliar o campo da Assistência Social para o campo do trabalho, surgindo investimentos para o fomento a Inclusão Produtiva. Suas estratégias compõem um conjunto de ações que buscam inserir no ciclo de produção as famílias

¹⁸ Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

com “[...] inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho [...]” (BRASIL, 2004), ou seja, relacionada, sobretudo, à ausência e/ou carência de condições de subsistência oferecidas pelo trabalho.

Nesse sentido, as ações de Inclusão Produtiva buscam a ampliação da [...] capacidade de autogestão econômica e social das comunidades, por meio da vivência e da troca de experiências sobre formas coletivas de organização da produção, da promoção de arranjos produtivos viáveis e sustentáveis e do reconhecendo o papel de protagonista das comunidades na promoção do seu próprio desenvolvimento (BRASIL, 2007, p.3).

Essa estratégia tem sido defendida como uma alternativa de geração de trabalho e renda para a diminuição da desigualdade social e como forma de se criar novas opções, incentivando os trabalhadores a assumirem seu papel de protagonista de seu processo de desenvolvimento. A proposta é valorizar uma atuação que dá mais concreticidade ao processo de autonomia dos sujeitos que passa pela possibilidade de viver do resultado de seu próprio trabalho, da sua própria capacidade de produzir, comercializar, de prestar serviços, seja individualmente ou em grupo (VITÓRIA, 2011).

O desenvolvimento das ações de Inclusão Produtiva deve estar articulado com as demais políticas setoriais (educação, saúde, emprego e renda, habitação, saúde e outros) e inserido em políticas de desenvolvimento local, contribuindo, assim, para a ampliação da capacidade de autogestão econômica e social dos grupos e para o fortalecimento das redes de produção, de comercialização e de consumo (VITÓRIA, 2011).

Evidencia que a Inclusão Produtiva é uma Programa de articulação, visando melhorar as condições de vida dos usuários, contudo “promover o acesso ao mundo do trabalho não é de responsabilidade exclusiva da Política de Assistência Social, mas sim o resultado de uma ação intersetorial de diversas políticas públicas” (BRASIL, 2011, p. 3). Em sua amplitude, não se resume a apenas uma atividade de fomento econômico ou comercial, mas atinge propósitos, por exemplo, o fortalecimento de uma proposta de cooperar, de produzir e de expor ideias que repercutem na forma dos grupos se relacionarem entre si na perspectiva de melhorar as suas condições de vida (VITÓRIA, 2011).

3.1. PÚBLICO PRIORITÁRIO

O público prioritário no atendimento da Inclusão Produtiva é composto pelos usuários¹⁹ beneficiários dos Programas de Transferência de Renda, por exemplo, o Bolsa-Família. Jovens de 16 a 24 anos, especialmente do Programa Pró-Jovem, em situação de medida sócio-educativa ou proteção em abrigo, pessoas com deficiência. São também atendidos os indivíduos e famílias em situação de rua, de acolhimento institucional, egressos do sistema penal, retirados do trabalho escravo e mulheres vítimas de violência (BRASIL, 2011). Nesta perspectiva, Paiva (2006) contribui para a apresentação dos usuários atendidos pelo Programa, caracterizado por:

Um público-alvo originalmente circunscrito aos grupos sociais sem vínculo com o mercado de trabalho, [...] afetados pelo desemprego, ainda que em idade ativa e em gozo das suas habilidades. Suprir deficiências em áreas sem tradição de cobertura previdencial, como no caso de jovens em primeiro emprego, que nunca contribuíram para a previdência social, e, portanto, não poderiam acessar o seguro-desemprego, é uma grande questão para sociedade e para assistência social. Este é um exemplo clássico do novo campo que se anuncia (PAIVA, 2006, p. 17).

Esse público antes de ser carente de renda, é carente de rede de apoio (ou ainda não as identificam), qualificadas do ponto de vista econômico e social que possam conectá-los aos circuitos comerciais mais dinâmicos, mais avançados da economia (BRASIL, 2008).

Num país com uma dívida social como a nossa, isso requer que o governo dê especial atenção aos que por longos anos estiveram “excluídos” do processo de desenvolvimento do país. Requer uma vigorosa rede de proteção e promoção social como a que estamos implementando para que as pessoas se insiram nos direitos e deveres da cidadania e, assim, possam construir uma vida mais digna. Mas implica também, por derivação dessa rede, uma estrutura que amplie as possibilidades de crescimento da nossa gente por meio de sólidas políticas de geração de trabalho e renda (BRASIL, 2008, p.11).

¹⁹ Utilizarei os termos: indivíduos, famílias, trabalhadores ou usuários, todavia não haverá uma diferença conceitual dos mesmos nesta pesquisa. Salienta-se que o termo usuário é utilizado na PNAS, sendo uma forma de designar os participantes que *usam* a Política de Assistência Social quando necessitam.

A Inclusão Produtiva busca contribuir para a promoção das famílias em situação de precariedade socioeconômica com a valorização de estratégias que visam fortalecer cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho. Essas famílias devem estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Esse cadastro possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total, sendo “[...] um instrumento que pode ser útil para apontar lacunas a serem enfrentadas por outras políticas sociais em vigor ou ainda a serem concebidas (CASTRO, et al., 2010, p. 318).

3.2 O CASO DA INCLUSÃO PRODUTIVA EM VITÓRIA-ES

A Inclusão Produtiva é realizada no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e em parceria com a Fundação Educacional Monte Belo²⁰.

Suas atividades foram implementadas oficialmente em 2009²¹ com a formação de uma equipe específica e com investimento em recursos próprios, apresentando, assim, uma agenda de prioridades que será apresentada a seguir. A sua materialização se realiza no momento em que há uma demanda dos usuários atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)²² em dar continuidade às habilidades aprendidas durante as oficinas motivacionais.

²⁰ A Fundação Educacional Monte Belo nasceu em 1961. Organização sem fins lucrativos, seu objetivo principal é elevar o nível cultural e educacional da região em que atua por meio da criação e manutenção de serviços educativos e da promoção social, beneficiando crianças, adolescentes e jovens, assim como suas famílias. Disponível em: < <http://www.femb.org.br/qs.php>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

²¹ Ressalta-se que a Inclusão Produtiva em Vitória-ES iniciou as suas atividades no final de 2006 na Região conhecida como São Pedro, sendo uma reivindicação da comunidade local. Entretanto, esse contexto não será abordado, pois as ações não se configuraram como um Programa, e sim com atividades pontuais baseadas na oferta de cursos, não havendo investimento nas outras estratégias de ação que serão apresentadas em seguir.

²² O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e

Essas oficinas eram uma estratégia de possibilitar o ciclo de vivência com os participantes atendidos pela Unidade de Atenção Básica, onde em sua maioria utilizavam o artesanato e a culinária como maneira de facilitar o diálogo entre os participantes. Após a realização das oficinas, muitos usuários se interessavam em dar continuidade ao processo de aprendizagem. A proposta era aprimorar a técnica com foco na comercialização com o intuito de gerar trabalho e renda para as famílias atendidas.

É a partir dessa demanda, além da preconizada pela LOAS e pela PNAS, que a Inclusão Produtiva em Vitória-ES surge com o objetivo de “contribuir para o aumento da oportunidade de trabalho, elevando o nível de renda das famílias que estão situação de vulnerabilidade social no município” (VITÓRIA, 2011, p. 24).

A proposta do Programa é possibilitar aos cidadãos a vivência de um conjunto de práticas e de trocas de experiências que contribuam para a reconstrução de sua auto-estima e na formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de descobrir e de despertar suas vocações (VITÓRIA, 2011).

De acordo com os documentos do Programa, a metodologia deve respeitar a realidade dos usuários envolvidos, pois, em sua maioria, é a primeira vez que iniciam uma atividade de geração de trabalho e de renda, visto que o mercado formal ainda se torna distante. Há com isso, a necessidade de um acompanhamento na formação técnica, gerencial e comercial, a fim de aumentar a capacidade de produção e de renda com as iniciativas escolhidas.

As estratégias de ação da Inclusão Produtiva em Vitória-ES tornam-se fundamentais para apoiar esses usuários, visando fortalecer o empreendimento próprio ou coletivo. Para o MDS, essas iniciativas costumam enfrentar constantes abalos que desorganizam seu cotidiano, ameaçam seu nível de bem-estar e,

exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

conseqüentemente, a continuidade de seus projetos de vida. Por isso é fundamental o apoio institucional (BRASIL, 2008).

Observa-se que as estratégias²³ para “[...] construir uma vida mais digna [...]” (BRASIL, 2008, p.11) junto aos usuários atendidos pela Política Nacional de Assistência Social de Vitória-ES são baseadas nos seguintes investimentos: incentivo à implementação de unidades produtivas com infra-estrutura adequada; fortalecimento de grupos produtivos; suporte na logística do processo de comercialização e apoio a formação.

É importante destacar que cada estratégia de ação da Inclusão Produtiva em Vitória-ES possui o seu objetivo específico, tais como:

- a) *Unidades de Inclusão Produtiva*: implementar Unidades de Inclusão Produtiva no município de Vitória-ES;
- b) *Grupos Produtivos*: mapear, apoiar a organização e o fortalecimento de grupos produtivos;
- c) *Comercialização*: viabilizar canais e espaços de divulgação dos serviços e comercialização dos produtos;
- d) *Formação*: investir no processo de formação (habilidade específica e de gestão) com o fortalecimento de conhecimentos, de habilidades e de competências, a fim de encaminhar e inserir o usuário no mercado de trabalho.

É a partir desses objetivos que considero que o Programa merece ser avaliado. Esse processo deve contribuir para a realização da correspondência entre os dados e a

²³ A Transferência de Renda é uma das estratégias de Segurança de Renda, todavia não será apresentada nesta pesquisa por considerar não ser foco de análise contemplado nos objetivos deste estudo. O acesso ao crédito também não será abordado, pois não foi uma realidade vivida pelos usuários da Assistência Social durante os três anos de experiência na Inclusão Produtiva em Vitória-ES, não se constituindo em uma ação de alcance para esses usuários, configurando, assim, uma análise a ser feita durante a apresentação dos limites do Programa em Vitória.

estrutura teórica, permitindo descobrir novos fatos, a fim de que a Inclusão Produtiva em Vitória-ES seja desvendada em sua essência.

A proposta é construir uma análise que possibilite a verificação dos resultados, valorizando a pesquisa avaliativa do tipo ex-post somatória e formativa e partindo dos objetivos propostos pelo Programa em Vitória-ES no período de 2009 a 2011. Durante a investigação foi contemplado tanto o enfoque quantitativo quanto qualitativo, considerando que ambos são importantes e complementares para a pesquisa social.

Ressalta-se que o enfoque nos documentos não representa uma busca de constituir provas ao processo de investigação com um intuito positivista. A proposta é valorizar a experiência vivida registradas em documentos que necessitam ser analisadas à luz de um arcabouço teórico a partir de um método que representa os valores do pesquisador.

Para isso, os dados foram coletados a partir dos documentos do Programa no período de 2009 a 2011, partindo dos Relatórios Anuais, do Guia de Funcionamento da Inclusão Produtiva, do Catálogo Vitória das Artes, entre outros, o que pode ser verificado nas referências.

Quanto ao tratamento dos dados, nota-se que esse processo resultou na construção de um Relatório Geral da Inclusão Produtiva de 2009 a 2011 que contemplou o cadastro dos participantes do acompanhamento dos grupos produtivos e dos empreendedores individuais e os resultados do processo de comercialização e de formação. Destaca-se que alguns dados foram tabulados a partir das informações relativas a 2011, não sendo possível contemplá-las durante os anos anteriores. Por isso, em algumas análises serão registradas amostras apenas desse ano.

Ao adentrar a realidade da Inclusão Produtiva em Vitória-ES foi necessário na primeira fase o investimento na *organização* dos dados. No segundo momento houve a classificação dos dados em *categorias*, respeitando as estratégias de ação do Programa com seus respectivos objetivos que serviram de base para *analisar* e

para responder ao fio condutor da pesquisa ou questão norteadora, contemplando, assim, o terceiro momento da pesquisa.

Essa metodologia possibilitou a extração e o resgate de informações que foram necessárias à contextualização e ao entendimento do objetivo proposto. Ao mesmo tempo, é importante destacar a dificuldade de organizar os dados, visto que alguns não foram contemplados em todos os documentos durante o período, percebendo uma lacuna de algumas informações que também se tornaram dados durante a análise.

Vale ressaltar que o pesquisador compreende que muitas vezes o documento se apresentará incompleto e parcial, sendo necessário agir com cautela para obedecer aos princípios da autenticidade, da confiabilidade, da credibilidade e da representatividade, conforme preconizado por May (2004).

Logo, acreditando que o Programa merece ser avaliado, será feito neste momento a busca por algumas variáveis que possibilitam fornecer um parâmetro com informações capazes de melhorar o entendimento da temática proposta.

Para isso, a análise das possibilidades e dos limites do Programa de Inclusão Produtiva em “incluir” os usuários da Assistência Social em Vitória-ES no mercado de trabalho partirá das 04 (quatro) estratégias de ação apresentadas acima. Concomitantemente, será realizada uma abordagem mais contextualizada a partir de uma visão mais global da dinâmica da sociedade capitalista, evitando, assim, o enfoque reducionista que dificulta uma apreensão a partir da totalidade na pesquisa social.

4 POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO PRODUTIVA EM VITÓRIA-ES

4.1 IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS

Essa estratégia diz respeito ao fomento de espaços adequados para funcionamento das atividades da Inclusão Produtiva (APÊNDICE A). Ressalta-se que além de espaços adequados fisicamente, essa estratégia significa a viabilização de recursos materiais, financeiros e humanos necessários à execução do Programa em Vitória-ES.

Buscando possibilitar a realização das atividades de acompanhamento de grupos produtivos, logística no processo de comercialização e apoio ao processo de formação, a tabela 1 demonstra que no período de 2009 a 2011 o município investiu um montante de R\$ 120.148.892,00 na Assistência Social, correspondendo a 2,8% do total da PMV.

TABELA 1 ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA 2009-2011

Rubrica	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2011 (R\$)	Total geral (R\$)	Total geral (%)
Total da PMV	1.287.765.530,00	1.399.356.339,00	1.573.891.486,00	4.261.013.355,00	100
Assistência Social	27.278.565,00	45.868.727,00	47.001.600,00	120.148.892,00	2,8
Inclusão Produtiva	150.000,00	150.700,00	477.800,00	778.500,00	0,02
Porcentagem da Inclusão Produtiva em relação ao total da Assistência Social					0,65

Fonte: Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo PMV- ES: Elaboração nossa.

Deste montante, a Prefeitura Municipal de Vitória-ES investiu R\$ 778.500,00 durante 03 (três) anos para implementar as atividades da Inclusão Produtiva, correspondendo a 0,02% do total dos recursos investidos pela PMV e 0,65% no que diz respeito ao total da Assistência Social no município.

Esta tabela dar elementos para diversas análises, principalmente sobre a discussão em torno do financiamento das políticas sociais, mas neste caso este enfoque será realizado de forma mais geral dentro das possibilidades e dos limites no que se refere à estratégia de implementação de Unidades Produtivas.

4.1.1 Possibilidades

Durante o período de 2009 a 2011 foram implementadas 02 (duas) Unidades de Inclusão Produtiva (UIP's) que se tornaram referência no município de Vitória-ES. Essa estratégia possibilitou atender maior número de pessoas e expandir o atendimento para outras regiões onde ainda não havia cobertura de atendimento.

A primeira Unidade de Inclusão Produtiva de Vitória possibilitou o fortalecimento do Espaço de Referência em Gastronomia (APÊNDICE A) com realização de formações específicas na área de culinária e com a criação de um espaço onde os grupos produtivos puderam instalar o Restaurante Sabor & Arte, havendo neste local um ponto de comercialização focado na venda de almoço e de lanches em geral.

Na segunda Unidade de Inclusão Produtiva foi possível criar e fortalecer o Espaço de Referência em Beleza e Estética (APÊNDICE A), onde os grupos produtivos inauguraram o Salão Social, prestando serviços na área de manicure e pedicure, de corte de cabelo, de maquiagem, entre outros.

Neste mesmo local foi possível criar o núcleo de trabalho para adolescentes e para jovens, Projeto Educomunicação²⁴ (APÊNDICE A), em parceria com o Telecentro e a Educação de Jovens e Adultos – EJA²⁵ que também passaram a funcionar no local após a sua instalação. Para um dos participantes isso possibilitou mudanças em sua vida, afirmando que: “[...] agora com o Projeto a minha vida mudou, parei de brigar com a minha família, voltei a estudar, a brincar mais com os meus colegas e a pensar no meu futuro. Agora é seguir em frente” (Vitória, 2011f).

²⁴ Será abordado a seguir em Grupos de Produção.

²⁵ Serão apresentados ainda neste estudo.

Outra conquista foi a criação do 1º ponto fixo de vendas: Loja Vitória das Artes (APÊNDICE A), tornando um espaço de referência em comercialização de artesanato para os participantes do Programa. Neste momento, vale destacar a representação de um dos usuários quanto a sua expectativa perante essa conquista, acreditando que nesse espaço há uma possibilidade de “[...] vender muito e trabalhar ainda mais. Antes, a gente vendia somente na feira, mas com um ponto fixo será mais fácil para vender nossos produtos e atrair cliente [...]” (VITÓRIA, 2009, p. 13). Outra informação demonstra que “a loja será mais uma porta que se abre para nossa produção. O que fabricamos e vendemos é a renda mensal da maioria de nós. A loja vai ajudar a aumentar nossas vendas [...]” (VITÓRIA, 2009, p. 13).

Essas conquistas revelam que há uma mudança de comportamento do Estado no que tange ao compromisso com os interesses sociais, buscando um novo olhar dos trabalhadores em situação de desemprego no cenário público com a melhoria no atendimento e na infra-estrutura de apoio institucional.

Quanto aos recursos, em 2011 o Programa de Inclusão Produtiva conquistou um orçamento próprio no que se refere a sua estrutura total, pois anteriormente as rubricas de recursos humanos estavam pulverizadas em diversos convênios, exceto o coordenador geral do Programa, que possui regime estatutário, e os 02 (dois) estagiários que também possuem vínculo com a Prefeitura de Vitória.

O recurso de R\$ 150.000,00 e R\$ 150.700,00 dos anos de 2009 a 2010, respectivamente, passou a compor um montante de R\$ 477.800,00, representando, assim, 62% do total investido no Programa em Vitória-ES, de R\$ 778.500,00, durante os 03 (três) anos de gestão.

No que tange ao aspecto dos recursos humanos (APÊNDICE A), foi possível organizar uma estrutura em que os técnicos se tornaram referência em cada área de atuação. Além dos auxiliares administrativos e de limpeza, foi possível legitimar os profissionais responsáveis por cada estratégia de ação como formação, comercialização, acompanhamento de grupos produtivos, administração e compras e design de produto, sendo este a mais nova conquista em 2011.

A criação e o funcionamento desses espaços de referências possibilitaram a visibilidade da Inclusão Produtiva em Vitória, que antes não havia. Foi possível, ainda, materializar as ações do Programa que antes eram feitos em diversos espaços cedidos pela a comunidade, dificultando, em muitas vezes, a consolidação de um ponto de apoio mais estruturado. Nesses locais, apesar de alguns desafios que serão abordados a seguir, houve a possibilidade de construir um espaço adequado com a organização das condições físicas, humanas e materiais necessária ao funcionamento das atividades.

4.1.2 Limites

A implantação das Unidades de Inclusão Produtiva em Vitória-ES e da Loja Vitória das Artes, apesar de seus avanços, não contemplou todas as áreas do município. Suas instalações são concentradas nas Regiões da Grande São Pedro e da Grande Santo Antônio²⁶, conforme demonstra o tracejado da figura seguinte. Isso dificultou a locomoção dos demais usuários da Assistência Social que participavam dos acompanhamentos dos grupos produtivos e que moravam em locais mais distantes, como mostra a figura representada pelas estrelas.

Registra-se que alguns bairros ainda são próximos, mas em geral há na realidade dos participantes uma dificuldade em transitar em bairros mais afastados e cortados por áreas de unidades de conservação. Havia neste caso, uma dificuldade em pagar o transporte para o seu deslocamento, visto que as atividades de geração de trabalho e de renda ainda não proporcionaram para alguns participantes o pagamento dessa despesa.

O Programa disponibilizava vale-transporte apenas para alguns eventos de comercialização, quando possível. Por outro lado, vale considerar que existe um plano 2012-2013 para a criação da 3ª Unidade de Inclusão Produtiva em uma região

²⁶ Região de São Pedro é localizada na baía noroeste de Vitória, compreende 10 bairros numa área aproximada de 3.600.782 m². Na região mais carente de Vitória e de povoação mais recente. Região de Santo Antônio compreende 13 bairros numa área aproximada de 4.649.790 m². A região abriga os bairros antigos da capital e áreas de urbanização mais recente. Disponível em: < <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

mais central do município, a fim aumentar a sua área de abrangência e possibilitar melhor acesso ao Programa.

FIGURA 1: MAPA DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA EM VITÓRIA-ES



Fonte: Guia de Funcionamento da Inclusão Produtiva em Vitória-ES 2011

Nota: Elaboração nossa.

Quanto ao investimento, percebe-se que durante o percurso do Programa houve uma incessante busca de parcerias para executar as estratégias planejadas. Mesmo com a conquista de recursos próprios, estes não foram suficientes para realizar todas as ações planejadas.

Em 2011, embora tenha sido possível ampliar a rubrica de recursos humanos, teve-se que aumentar as ações em 100%, utilizando para isso o mesmo valor dos anos anteriores. Isso significa dizer, que em 2009 havia apenas 01 (uma) Unidade de Inclusão Produtiva e, no final de 2010 e em 2011, foi implantada a 2ª Unidade de

Inclusão Produtiva, além de ser necessária realizar a manutenção da Loja Vitória das Artes.

Por isso foi preciso durante o período de 2009 a 2011 buscar o estreitamento de parcerias com outras instituições, a fim de executar as estratégias previstas. Algumas parcerias são consideradas de suma importância no aspecto de articulação da Inclusão Produtiva em Vitória-ES com outras políticas setoriais e com o mercado de trabalho, principalmente por estar vinculado a este devido ao processo de comercialização e de contratação de serviços.

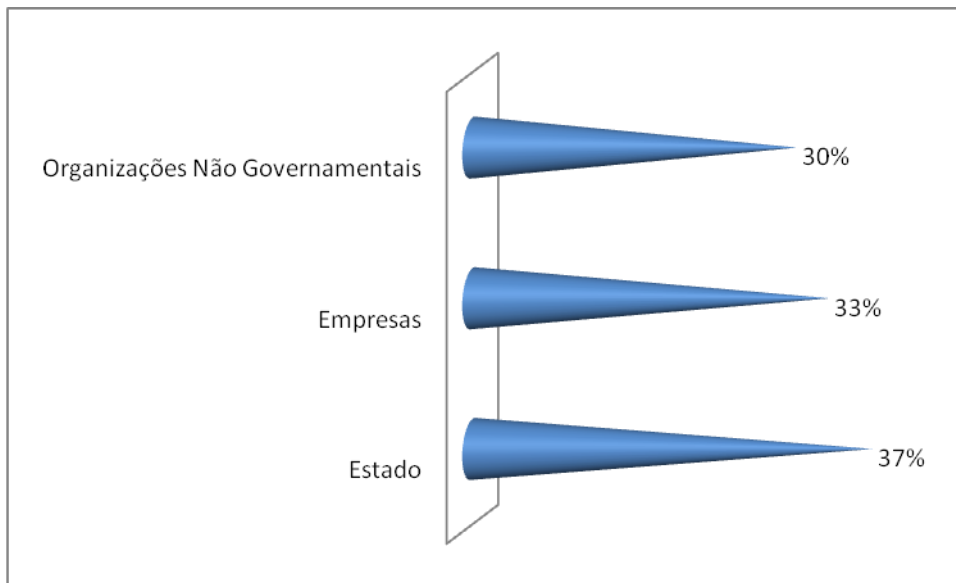
Mas neste caso, nota-se o pouco investimento da PMV e da Política de Assistência Social em ações de Inclusão Produtiva, 0,02% e 0,65%, respectivamente. Ao mesmo tempo, é crucial a discussão entre os investimentos em serviços de Proteção Social articulados aos serviços de Promoção Social, além da importância do debate mais aprofundado da real função dessa Política e sua interseção com a Política de Geração de Trabalho e de Renda, tema que poderá ser abordado em futuras pesquisas.

Mas de forma geral, observa-se uma complexa relação de interesses que descompromete o Estado com a universalização dos direitos, diminuindo os custos sociais públicos da proteção social, transferindo para empresas privadas e para o indivíduo (com liderança, criatividade, perseverança, habilidades e iniciativas) o compromisso de tomarem a frente dos negócios (BARBOSA, 2007).

Essa perspectiva reduzida de financiamento das políticas sociais contribui também para tornar o Programa pontual e focalizado, sendo uma “[...] forma compensatória e parcial de alívio da pobreza que reveste em ações e em medidas de precários aparatos, em termos de recursos financeiros, materiais e humanos [...]” (PAIVA, 2006, p. 7).

Analisando o gráfico 1, observa-se que em sua maioria as parcerias foram estreitadas com representantes da sociedade organizada e com empresas, representando 63% do total.

GRÁFICO 1: ESTREITAMENTO DE PARCERIAS DO PROGRAMA



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: parcerias
 Nota: Elaboração nossa.

As principais parcerias foram realizadas com o objetivo de conquistar espaços de comercialização; de buscar o apoio técnico na área de formação; de adquirir material permanente e de consumo; de possibilitar o deslocamento para as atividades de comercialização e de organizar a participação em feiras com o empréstimo de móveis, entre outras.

Essas parcerias, como já exposto, tendem para o lado das possibilidades no que se refere à importância do trabalho intersetorial, mas também evidencia a lógica do projeto liberal em retirar a responsabilidade do Estado na efetivação das políticas sociais e transferir esse papel para a classe trabalhadora e para as instituições privadas, sendo um tipo de solidariedade que “[...] é incorporada como um apelo à sociedade, de forma a-política, visando ‘responder’ ao agravamento da questão social” (SALAZAR, 2004, p. 94).

No que tange à gestão das políticas públicas, há indícios que as estratégias de ação da Inclusão Produtiva em Vitória-ES ainda não se efetivou em uma prática duradoura. Isso significa dizer que esse processo corre o risco de não ter continuidade, mesmo previsto na LOAS e na PNAS.

A ação do Programa pode resultar na “[...] ação espontaneísta, relação clientelista e patrimonialista que marcam as políticas sociais no país, com precariedade técnica e teórica dos operadores da política” (PAIVA, 2006, p. 10). Nessa perspectiva, mesmo com os avanços e atualmente com uma equipe de referência para o trabalho, ainda é forte a presença dos valores liberais que podem afetar, ainda mais, o universo do Programa.

4.2 FORTALECIMENTO DE GRUPOS PRODUTIVOS

Essa estratégia tem o objetivo de contribuir para organização e para o desenvolvimento de grupos produtivos, com o intuito de fomentar a organização social e as articulações com a rede de serviços públicos.

A metodologia dessa intervenção baseia-se na identificação, na mobilização e no acompanhamento, a fim de mapear os sujeitos interessados em formar grupo de produção e ter o acompanhamento da Inclusão Produtiva em Vitória-ES. Essa mobilização pode ser feita tanto com usuários que acabaram de participar de um curso na Unidade de Inclusão Produtiva²⁷ ou com os que participaram das oficinas motivacionais no CRAS, e ainda, com os que são atendidos por outros equipamentos dos serviços públicos e que tenham interesse em gerar renda.

Esse mapeamento é feito juntamente com o técnico de referência da Rede de Serviços Públicos²⁸, neste caso CRAS, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)²⁹,

²⁷ A estratégia de formação será apresentada após a apresentação da estratégia de comercialização.

²⁸ Neste período, mesmo com as diversas mobilizações, o Programa não atendeu aos usuários do Centro Especializado da Assistência Social (CREAS), os egressos do sistema penal e nem às pessoas retiradas do trabalho escravo e mulheres vítimas de violência (pelo menos não notificadas). Em 2009 o Programa trabalhou com pessoas com deficiência e com populares de rua, todavia não houve continuidade das ações.

²⁹ Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29797&janela>. Acesso em: 13 nov. 2012.

Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT)³⁰, Acolhimento Institucional e outros. O profissional da Inclusão Produtiva em Vitória-ES planeja um encontro, a fim de apresentar a proposta de trabalho para as pessoas interessadas em participar das atividades de geração de trabalho e de renda.

Após essa etapa, o técnico de referência realiza o acompanhamento semanal ou quinzenal nas Unidades de Inclusão Produtiva em local a ser definido pelo grupo, podendo ser no CRAS ou em outras unidades de atendimento público, ou ainda, em espaços da comunidade (parques, igrejas, centros comunitários e outros).

Esse profissional atua como Agente Indutor em parceria com os profissionais de campo da Rede, dando suporte operacional, “[...] com ações norteadas pelas potencialidades e pelos desafios de um determinado grupo, levando-se em conta o seu potencial de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental” (VITÓRIA, 2011, p.12).

Essa ação contribui para o desenvolvimento dos grupos produtivos locais e, considerando que nem todos os participantes têm interesse em formar grupo, avalia-se a necessidade de construir estratégias também para trabalhar com o empreendedor individual³¹.

Durante o período de 2009 a 2011 participaram do acompanhamento de grupos produtivos 209 usuários, e neste caso também contabilizados os empreendedores individuais. Logo, com o intuito de apresentar a realidade vivida nesse período passo a apresentar algumas variáveis que possibilitaram desenvolver uma reflexão que vai à raiz do objeto proposto.

É importante ressaltar que durante a pesquisa cada variável poderia ter sido transformado em um objeto/sujeito de estudo como: a mulher e o jovem no mercado

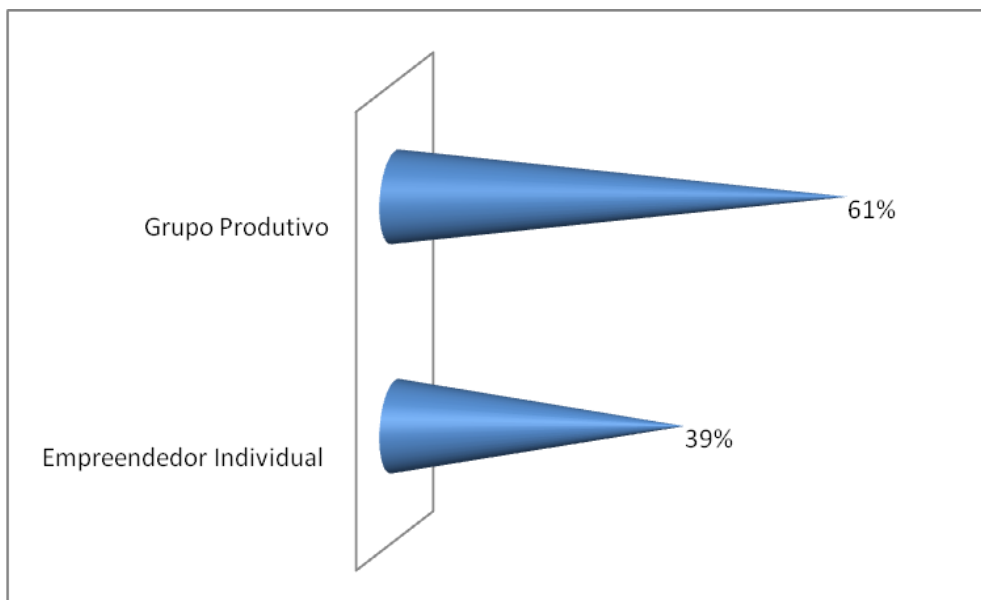
³⁰ Atua na prevenção, tratamento, reabilitação e reinserção social do usuário de drogas e álcool por meio de atendimento terapêutico em grupo e também individualizado. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semus.php?pagina=cptt>. Acesso em: 13 nov. 2012.

³¹ Neste estudo será utilizado esse termo, pois essa é a nomenclatura do Programa. É importante destacar que esse termo é polêmico e destoa do método utilizado na pesquisa. Mas é necessário destacar que em alguns momentos o termo será polemizado, quando se aborda a lógica do empreendedorismo na perspectiva liberal.

de trabalho; a realidade das famílias chefiadas por mulher; a avaliação do CadÚnico; o convívio familiar e comunitário; a articulação com as políticas de educação e de trabalho e de emprego, entre outros. Todavia, pretendo neste estudo buscar na singularidade e na particularidade da Inclusão Produtiva em Vitória-ES aspectos que possibilitam uma análise mais geral para a materialização do objetivo proposto desta pesquisa.

Para isso, neste primeiro momento demonstra-se no gráfico 2 o perfil dos participantes do Programa formados por grupos produtivos e empreendedores individuais.

GRÁFICO 2: PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS ACOMPANHADOS³²



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: cadastro dos participantes

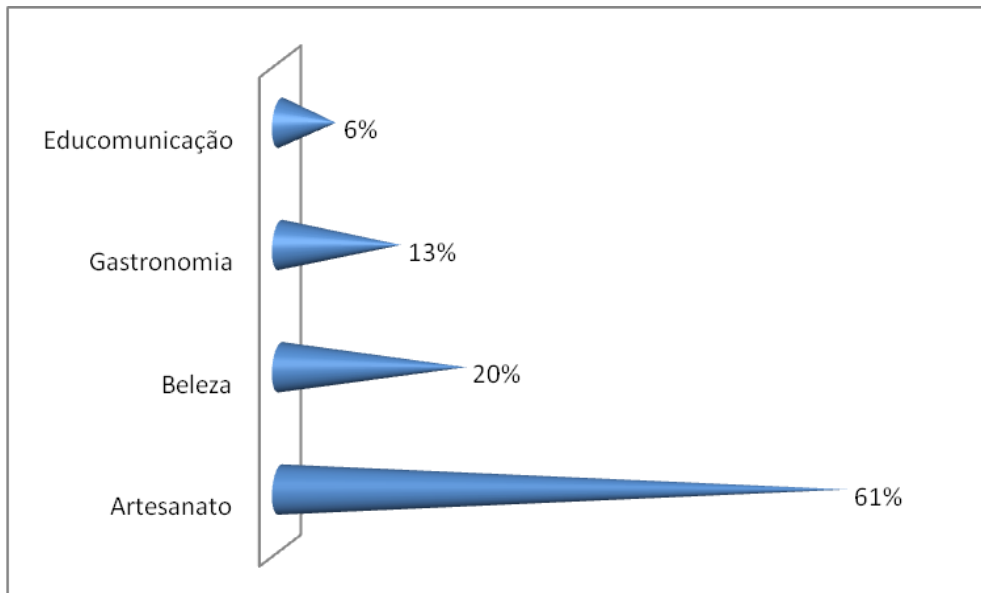
Nota: Elaboração nossa.

O acompanhamento dos participantes foi realizado com o investimento na Incubadora Social que funciona como um espaço de aprendizagem, onde há um acompanhamento do técnico de referência que auxilia na elaboração do plano de negócio e na organização de estratégias de produção, de comercialização, de formação, “[...] além de facilitar a articulações com as políticas setoriais e a mediação de conflitos [...]” (VITÓRIA, 2011, p. 12).

³² Referem-se ao tipo de trabalho escolhido pelo grupo ou pelo empreendedor individual, também referido como *negócio* ou iniciativas de geração de trabalho e de renda.

O gráfico que segue dá visibilidade aos tipos de empreendimentos, quando se pode verificar que a maioria se concentra em artesanato que somado aos direcionados à beleza totalizam 81% das modalidades realizadas.

GRÁFICO 3: TIPOS DE EMPREENDIMENTOS



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011

Nota: Elaboração nossa.

No que se refere aos tipos de incubadoras sociais criadas de 2009 a 2011, enumeram-se as características de cada uma:

1º: Vitória das Artes: reúne os grupos produtivos e empreendedores individuais que fazem artesanato, representando 61% dos tipos de empreendimentos. Essa estratégia visa fortalecer os participantes, estimulando o desenvolvimento de produtos que gere receita e aumente a capacidade de comercialização dos artesanatos, respeitando a capacidade produtiva de cada um e buscando a sua identidade própria.

Para isso, foi criado um laboratório de criatividade (APÊNDICE A). Esse espaço de produção e de formação visa potencializar a articulação e a troca de experiência entre o conjunto dos grupos produtivos e contribuir para a formação técnica, gerencial e política.

Esse espaço torna-se importante a partir do momento em que os participantes têm interesse em dar continuidade ao aprendizado adquirido durante os cursos e as oficinas motivacionais. A proposta da ação é construir materiais criativos e inovadores, buscando “[...] aprender conceitos de estética, de cor, de criatividade, de desenho, além da elaboração de uma marca com cartão de visita, fotos, mostruário, site, catálogo virtual e *flyer* de divulgação [...]” (VITÓRIA, 2011, p.13).

Esse ciclo de vivência pretende trabalhar, ainda, a subjetividade dos usuários, com oficinas de identidade pessoal (as coisas boas de mim); de identidade local (olhar e ver), além de desenvolver e materializar as ideias, buscando soluções de melhorias, descoberta de processos e acabamentos de seus produtos, elevando assim a valorização e a diferenciação dos mesmos para comercialização no mercado (VITÓRIA, 2011).

2º: Beleza & Arte - Salão Social: incubadora social na área da beleza e da estética. Nesse tipo de empreendimento são prestados serviços na área de maquiagem, manicure e pedicure, penteados e corte de cabelo.

3º: Sabor & Arte: grupo produtivo de gastronomia que oferece refeições e lanches na Unidade de Inclusão Produtiva de São Pedro e nos bairros da Região, trabalhando também com encomendas e eventos em geral.

4º: Educomunicação: tem como objetivo fortalecer um núcleo de referência com ações que envolvem adolescentes e jovens, proporcionando espaços que estimulem a participação cidadã na perspectiva da geração do trabalho e da renda, a partir de oficinas de fotografia, de vídeos e de jornal impresso. Os resultados esperados, Vitória (2011), são: adolescentes e jovens instigados a construir um percurso profissional, preparados para futuras formações e articulados com as políticas do Município ligadas ao trabalho e à educação (estágios, adolescente aprendiz, qualificação profissional, inclusão digital, educação formal e grupos de produção).

Todo o acompanhamento do processo de incubadora social preconiza o fomento a participação social e a organização comunitária (APÊNDICE A), estimulando os “[...] espaços de diálogo e de deliberação dos grupos produtivos e dos empreendedores

individuais, dentro de uma perspectiva de *Construir Juntos*” (VITÓRIA, 2011, p.15). Para Lira (2012) essa perspectiva minimiza a disposição dos sujeitos em condição de passividade no campo político e como trabalhadores incapazes de fazer histórias e de transformarem a sua realidade.

A proposta de trabalho perpassa pela promoção da instância democrática e participativa, valorizando a responsabilidade e a transparência nos processos administrativos. É uma oportunidade de voz e de apropriação dos sujeitos, ou seja, “[...] espaço de fortalecimento das capacidades de ação coletiva como definir coletivamente suas necessidades e identificar as alternativas de ações mais viáveis para superação [minimização] de seus desafios” (VITÓRIA, 2011, p.15).

4.2.1. Perfil dos Participantes

Avaliando o perfil dos usuários da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, neste caso uma amostragem de quem participou do acompanhamento dos grupos produtivos e dos empreendedores individuais no período de 2009 a 2011, verifica-se que há uma participação na sua grande maioria (86%) de mulheres nas atividades do Programa.

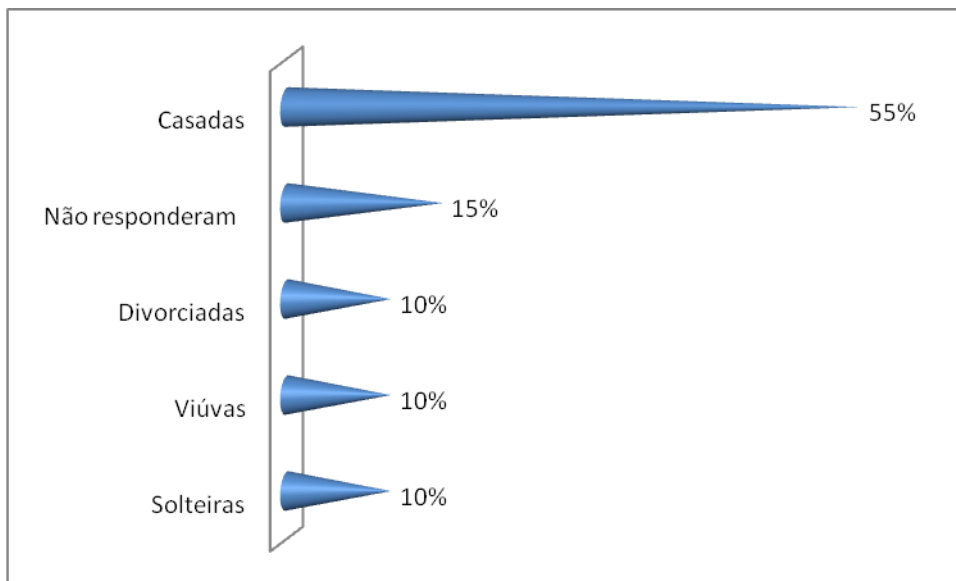
A predominância de mulheres é uma realidade comum no Programa de Vitória-ES, podendo ser interpretada sob a ótica da oferta de ações mais voltadas a esse público. Talvez isso seja resultante do fato que socialmente foi difundido que os cursos de artesanato, de beleza e de culinária são demandas femininas. Isso é comprovado quando se observa que 13% do público masculino estão no Projeto Educomunicação (fotografia, vídeos e jornal impresso) e apenas 1% dos homens está nas atividades de artesanato, sendo esta modalidade não atraente para o público masculino.

Além desse aspecto da condição do sujeito feminino nos programas de assistência social, mesmo não sendo objeto da pesquisa e a teorização sobre gênero é um campo em construção, é importante suscitar alguns pontos sobre a relação do feminino com o trabalho, por considerar ser o público majoritário da Inclusão

Produtiva. Essa abordagem será realizada a seguir durante a análise das possibilidades e dos limites do Programa em Vitória-ES.

O gráfico 4 evidencia o estado civil das mulheres do Programa de Inclusão Produtiva de Vitória-ES que em sua maioria são casadas (55%). Isso significa dizer que a relação matrimonial pode facilitar o trabalho com a divisão das tarefas no lar, ou então, dificultar quando os maridos não permitem que suas mulheres trabalhem fora, violentando-as psicologicamente com a sua voz de mando, acreditando que o seu dever é o da reprodução e que seu tempo deva ser exclusivo para os cuidados com a família e com as atividades domésticas.

GRÁFICO 4 – PESQUISADOS SEGUNDO ESTADO CIVIL



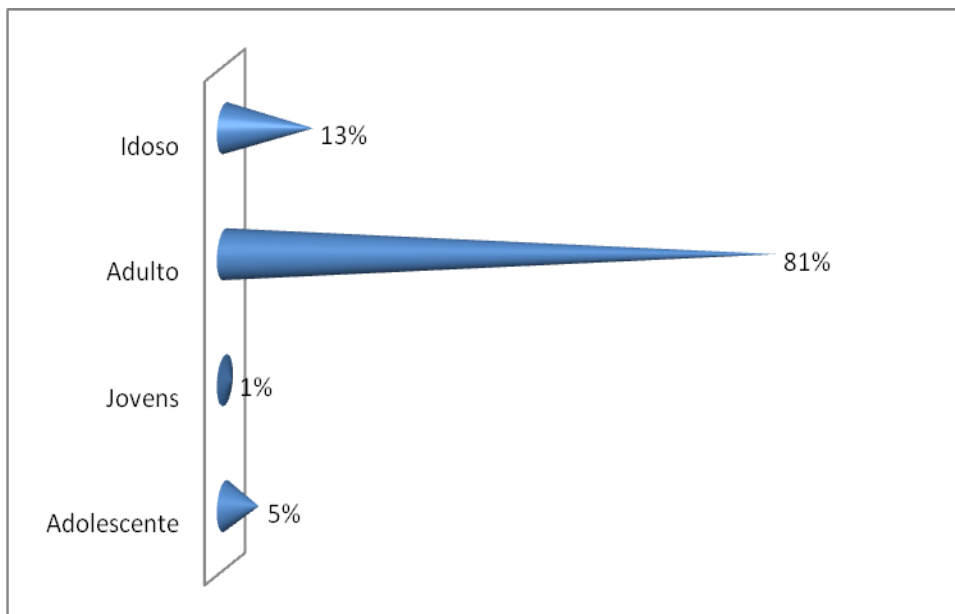
Fonte: Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: amostragem 2011
Nota: Elaboração nossa.

Quanto aos 30% das mulheres, somatório das solteiras (10%), divorciadas (10%) e viúvas (10%), nota-se que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres buscam na Inclusão Produtiva em Vitória-ES formas de conseguir uma atividade remunerada para melhorar as suas condições de vida e sustentar a sua família. As 15% que não responderam, interpreta-se que se deva ao fato de serem solteiras, ou então, por terem um relacionamento não oficializado com o seu companheiro.

No que corresponde à composição familiar, registra-se que 86% dos participantes possuem até 05 pessoas em seu núcleo familiar, 9% até 10 pessoas e 5% mais de 10 integrantes na família (VITÓRIA, 2011e). Destaca-se que 87% das famílias possuem filhos, o que gera a necessidade de que as mães que necessitam participar do mercado de trabalho “[...] precisam delegar o cuidado dessas crianças a outrem durante sua jornada de trabalho [...], o que constitui um claro desafio para a política de educação [...]” (CASTRO, et al., 2010, p. 329).

Ao pesquisar a faixa etária, observa-se no gráfico 5 que apenas 6% dos participantes tem menos de 29 anos³³, dos quais 5% são adolescentes, os restantes são adultos, sendo que a maior concentração está na faixa etária de 30 a 59 anos (81%), estando os idosos (acima de 60 anos) representados em 13%.

GRÁFICO 5 – PESQUISADOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: amostragem 2011
Nota: Elaboração nossa.

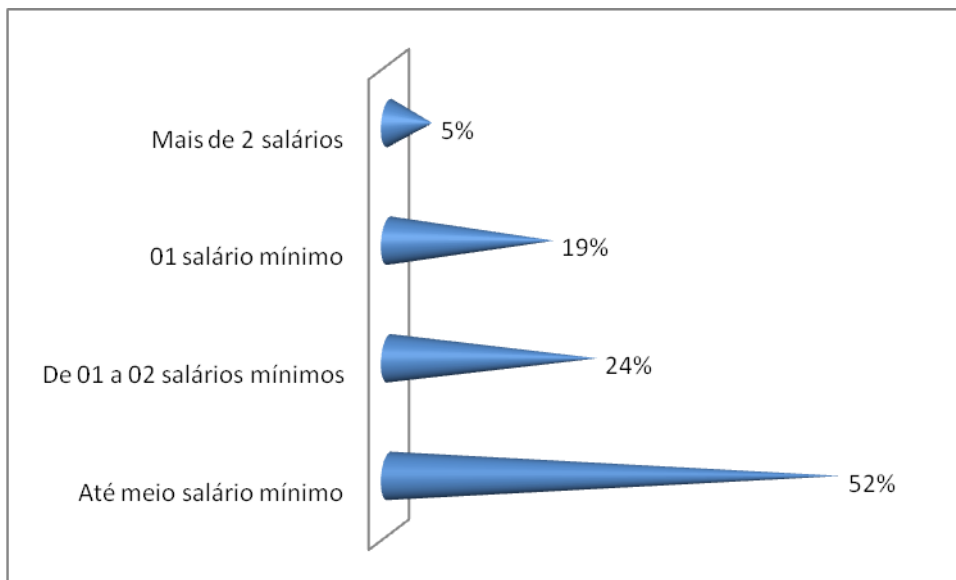
Outra informação a ser considerada é o nível de escolaridade dos pesquisados. Os documentos demonstram que 22% dos participantes possuem o Ensino Médio Completo, 26% Ensino Médio Incompleto, 24% Ensino Fundamental Completo e 28% Ensino Fundamental (VITÓRIA, 2011e).

³³ Vale ressaltar que os programas da Assistência Social de Vitória-ES ampliaram a faixa etária de atendimento para o público jovem de 18 até 29 anos.

É importante destacar que 78% dos participantes estão distantes do centro produtivo, pois não completaram o ensino médio, sendo a exigência básica, em sua maioria, do mercado de trabalho na contemporaneidade, discussão que será melhor apresentada a seguir.

No que se refere à renda familiar mensal per capita, confere-se no gráfico 6 que a grande maioria recebe até 01 (um) salário mínimo dos quais 52% tem rendimentos de até meio salário apenas.

GRÁFICO 6 – PESQUISADOS SEGUNDO RENDA FAMILIAR



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: amostragem 2011

Nota: Elaboração nossa.

Os dados demonstram, ainda, que a perspectiva dos ganhos monetários passa a ser o foco das intervenções da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, visto que o atendimento abrange o público em situação de situação de extrema pobreza³⁴, até 1/4 salário mínimo *per capita* (SILVA; YAZBEK, 2012) que está ligada à “renda que permita atender às necessidades mínimas [básicas], associadas ao consumo de alimentos necessários para manter o gasto calórico suficiente para a sobrevivência da família” (BARATTA, 2008, p. 22).

³⁴ Em nosso país, 22% (42 milhões) dos brasileiros são pobres e 8,5% (16,2 milhões) estão em situação de extrema pobreza, de acordo com o Censo 2010 (SILVA; YAZBEK, 2012).

Inserem-se também o público em situação de pobreza com até meio salário mínimo *per capita* (SILVA; YAZBEK, 2012), aquela que permite “[...] o consumo de alimentos necessários para manter a família, considera também a satisfação de necessidades básicas, tais como moradia, transporte, saúde e educação” (BARATTA, 2008, p. 22).

Neste sentido, os trabalhadores são bruscamente afetados pelo modelo de produção desigual, vivendo em situação de pobreza e de extrema pobreza, cuja origem está na concentração de renda. Os dados da realidade do país, isso significa dizer que 1% da população mais rica do Brasil acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Metade dos trabalhadores brasileiros ganha até dois salários mínimos e mais da metade da população ocupada não contribui para a Previdência (IBGE, acesso em 03 out. 2012).

No que tange ao cadastramento dos trabalhadores do Programa em Vitória-ES, sendo um importante processo de sistematização dos dados e da vigilância social no município, percebe-se que nem todos os participantes estão cadastrados. Apenas 28% dos usuários estão registrados no Sistema de Gerenciamento de Atenção à Família (SIGAF) e no software - Gestão Estratégica em Políticas Sociais (GEPS)³⁵, que faz a leitura e a interpretação do CadÚnico. Ao mesmo tempo, 23% estão registrados apenas no SIGAF, que é um cadastramento municipal realizado atualmente pelo CRAS.

Quanto ao CadÚnico, este busca racionalizar e unificar o processo de cadastramento das famílias de pobres e extremamente pobres no Brasil, permitindo o diagnóstico socioeconômico das mesmas, a fim de direcionar as políticas sociais, conforme as suas demandas. O cadastramento não significa a participação direta

³⁵ O GEPS é um software que permite aos governos federais, estaduais e/ou municipais “gerenciar” as famílias em situação de pobreza e controlar os benefícios concedidos através dos programas sociais. O GEPS cria uma base unificada de informações sociais sobre as famílias mais carentes do município, cujo objetivo é subsidiar a formulação, a implantação, monitoramento e a posterior avaliação de políticas e programas na direção da Gestão Plena da Assistência Social no Município. O software potencializa o uso das informações do Cadastro Único e de outras fontes de dados no planejamento das ações de acompanhamento às famílias e de ações sociais diversas, norteando a implementação de políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda, através do diagnóstico sócio-econômico e da análise das reais necessidades dos cidadãos. Disponível em: <<http://www.portulan.com.br:8080/geps.aspx>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

nos programas sociais. Por outro lado, para a inserção em programas de transferência de renda é obrigatório o cadastramento (MDS, 2008).

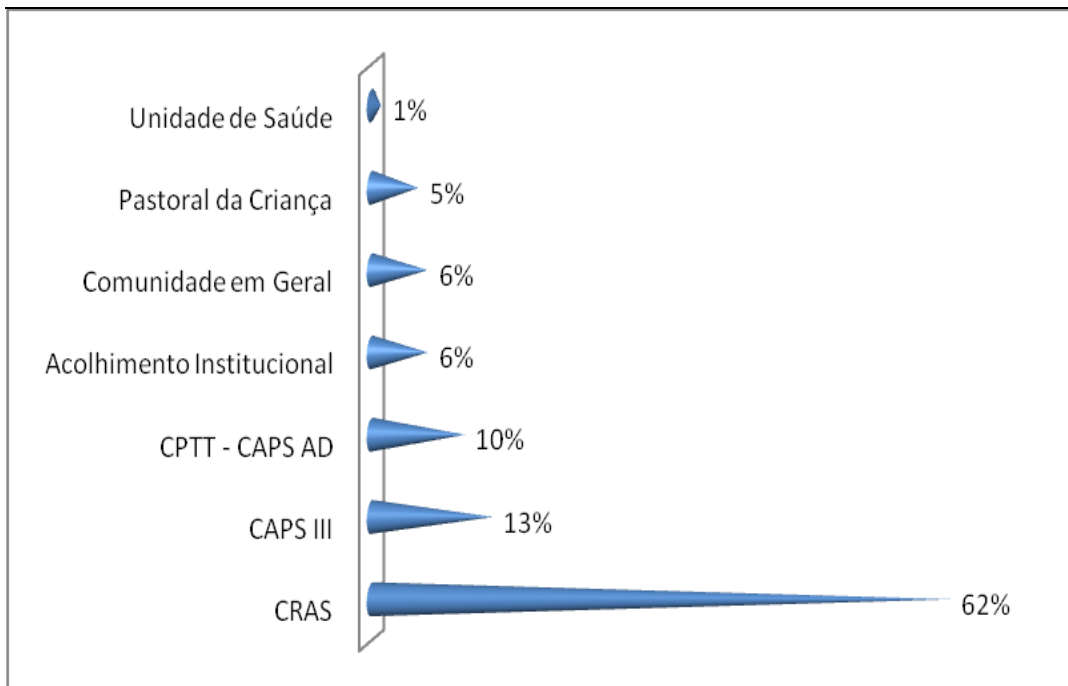
O SIGAF está sendo avaliado para a construção de sua nova versão. Esse sistema é um instrumento de gestão da Política de Assistência Social Municipal de Vitória-ES com dados que não estão contemplados no CadÚnico. Por possuir maior flexibilidade para realizar o acompanhamento das famílias, pode ser alimentado de acordo com os objetivos de cada programa ou projeto.

Outro fato a se destacar, é que o CadÚnico não está sendo utilizado conforme objetivo de sua criação, ou seja, não segue os critérios para a seleção dos usuários, uma vez que 35% dos participantes não estão cadastrados no GEPS e no SIGAF. Quanto aos dados não levantados, 14% revelam que o processo de acompanhamento das famílias não está sendo realizado conforme estabelecido e pressupõe um não cadastramento, deduzindo, assim que a porcentagem de 35% sem cadastro pode ser somado aos 14%, totalizando 49% da população sem SIGAF e sem GEPS.

As famílias atendidas pelo CAPS, CPTT, Pastoral da Criança e Unidade de Saúde não estão cadastradas, demonstrando que o CadÚnico não está sendo utilizado de forma intersetorial e como estratégia de fortalecimento de uma agenda unificada de políticas sociais, a fim de melhorar os fluxos de atendimento. Há também 6% dos usuários que participam das ações da Inclusão Produtiva de forma espontânea, não sendo encaminhado por um programa ou projeto específico, mas comparecem às Unidades de Inclusão Produtiva alegando que têm interesse em participar das atividades do Programa e por isso são atendidos.

Quanto à origem dos encaminhamentos, os dados do gráfico 7 apresentam que 62% dos usuários participam das atividades da Inclusão Produtiva em Vitória-ES são encaminhados pelo CRAS. Esse encaminhamento é feito a partir do momento em que o técnico da Unidade de Proteção Básica faz o mapeamento das pessoas interessadas em formar grupo de produção, ou um empreendimento individual, e em ter o acompanhamento do Programa.

GRÁFICO 7 – POPULAÇÃO PESQUISADA SEGUNDO ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: cadastro dos participantes

Nota: Elaboração nossa.

Com relação ao encaminhamento do CAPS destaca-se que são participantes que têm algum tipo de transtorno mental e que dentro do seu plano de acompanhamento individual e familiar possuem interesse e a necessidade de gerar renda, buscando as atividades do Programa para dar suporte a esse processo.

A estratégia mais procurada pelo CAPS (13%), CPTT (10%), Pastoral da Criança (5%) e Unidade de Saúde (1%) é a comercialização, pois os seus participantes já estão envolvidos em alguma atividade de artesanato, mas precisam de um suporte para escoar a sua produção e gerar renda.

Outro público que geralmente é encaminhado à Inclusão Produtiva em Vitória-ES são os adolescentes que estão no Acolhimento Institucional³⁶, representando 6%³⁷

³⁶ São considerados serviços de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Disponível: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/altacomplexidade>. Acesso em: 14 nov.2012.

do público atendido. Esse público específico vem sendo acompanhado pelo Projeto Educomunicação. Essa estratégia passa a compor uma possibilidade de criar alternativas de geração de trabalho e de renda, principalmente aos acolhidos que irão completar os seus 18 anos e não serão mais atendidos por este serviço em razão da faixa etária estabelecida.

Quanto à comunidade em geral, 6% refere-se ao público que conhece a Inclusão Produtiva em Vitória-ES, mas não foram encaminhados de forma sistemática. Refere-se à demanda espontânea, na qual o usuário é entrevistado e observa-se a necessidade de participar de atividades que contribuam para a geração de trabalho e de renda. A proposta é que esses participantes possam estar integrados e cadastrados, de forma a fazer parte da rede de serviços públicos do município.

Os usuários atendidos pelo Programa de Atenção à População em Situação de Rua e à Pessoa com deficiência³⁸, registra-se que em 2009 iniciou a inserção desses usuários nas atividades com a duração de 06 (seis) meses, não havendo continuidade das ações. Ressalta-se que foi criada junto à população em situação de rua uma incubadora social na área de produtos de limpeza (sabão em barra, desinfetante, cloro e amaciante). Esse projeto teve alguns avanços, todavia a rotatividade dos integrantes, a problemática da drogadição e o ingresso no sistema penal de alguns participantes tornaram-se pontos dificultadores para continuidade das ações, ficando mais uma vez este público afastado [marginalizado] do sistema de proteção e de promoção social.

Quanto ao grupo dos egressos da justiça, retirados do trabalho análogo dos escravos e mulheres vítimas de violência, a Inclusão Produtiva em Vitória-ES não iniciou um trabalho sistemático até dezembro de 2011.

Vale resgatar no que tange aos benefícios em 2009 57% dos participantes recebiam algum tipo de benefício do Programa Bolsa Família (PBF), do Programa Família

³⁷ Na população segundo faixa etária registra 5% de adolescentes, mas aqui foi contabilizado 6% devido a participação de um jovem que iniciou as atividades e que ainda estava acolhido na instituição.

³⁸ Os usuários desistiram de participar, principalmente devido às dificuldades de locomoção, não tendo o Programa condições de buscar estratégias para evitar essa evasão.

Cidadã (PFC)³⁹ e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴⁰. Em 2010, 44%, e em 2011 apenas 25% receberam algum tipo de benefício de transferência de renda.

Essa queda pode ser interpretada, a priori, pelo fato de que alguns participantes que recebiam o benefício do Programa Bolsa Família (PBF) saíram da Inclusão Produtiva em Vitória-ES. Outro fator, é que alguns participantes que recebiam algum benefício podem ter deixado de recebê-lo, principalmente, por ter extrapolado o período de duração, como é o caso do Programa Família Cidadã (PFC) que tem duração de 02 (dois) anos. Por outro lado, pode ser analisada pela redução da Inclusão Produtiva de Vitória-ES em priorizar o atendimento aos beneficiários de transferência de renda em programas de geração de trabalho e de renda.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas durante essa análise dos documentos, referiu-se à quantificação exata das famílias acompanhadas e sua situação dentro do PBF, além da mensuração de quantos saíram porque conseguiram gerar renda a partir do seu trabalho. Esses dados não são mensurados, até o momento, no processo de monitoramento e de avaliação no município de Vitória-ES. Os números apresentados são variáveis e sofrem alterações durante o processo devido a uma série de fatores, tais como: admissão e desligamento das famílias, situação de vulnerabilidade emergencial e atualização de cadastro nos CRAS.

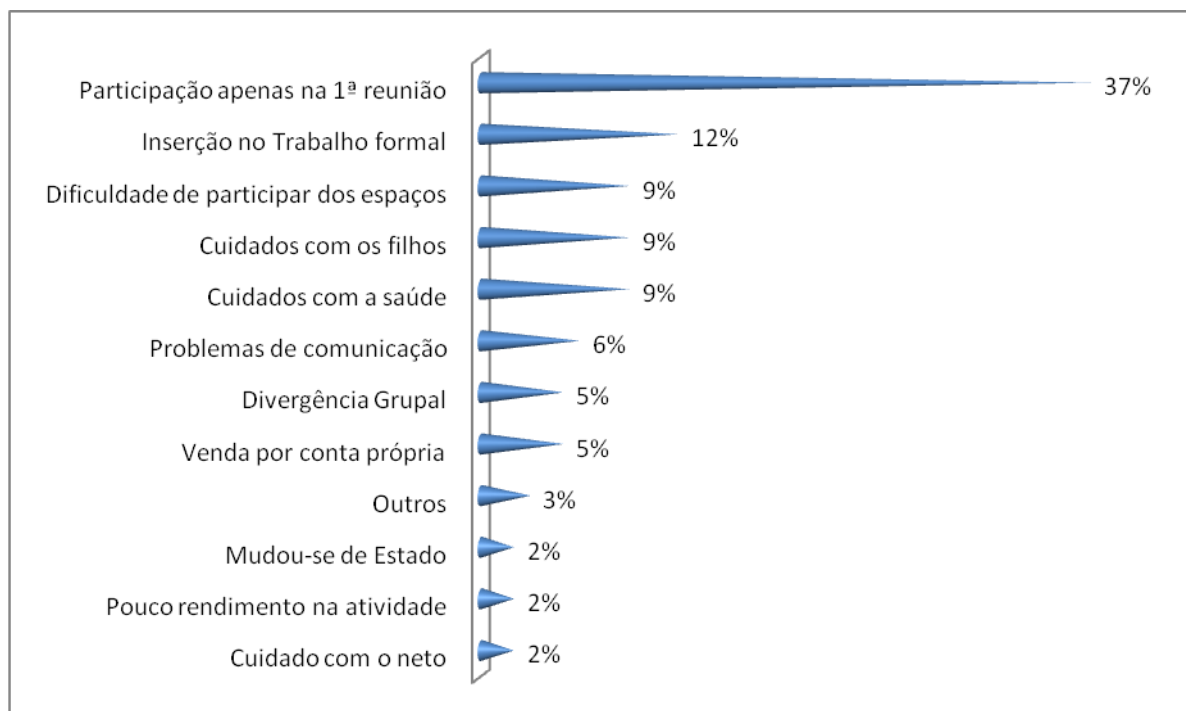
³⁹ O benefício Família Cidadã é oferecido às famílias que possuem renda per capita igual ou inferior a um terço do salário mínimo, que residem em Vitória há pelo menos dois anos e que têm filhos menores de 14 anos. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=beneficiofamiliacidada>. Acesso em: 14 nov. 2012.

⁴⁰ O Benefício de Prestação continuada da Assistência Social - BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>. Acesso em: 14 nov.2012.

No que se refere à participação⁴¹, verifica-se que de 2009 a 2011 participaram do processo de acompanhamento 209 usuários, sendo que destes 50% evadiram e 50% permaneceram até o último ano de 2011.

Os principais motivos da evasão dos participantes estão relacionados, segundo o que se pode apreender dos documentos, à “falta de interesse” em dar sequência ao acompanhamento. O gráfico 8, mostra a diversidade de motivos que leva a evasão dos participantes. Isso significa dizer que 37% participam da 1ª reunião de apresentação do Programa, cadastram-se como interessados, todavia não dão continuidade ao processo, supondo, assim, que o Programa não atende às suas necessidades ou expectativas.

GRÁFICO 8 – POPULAÇÃO PESQUISADA SEGUNDO MOTIVOS DA EVASÃO



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: cadastro dos participantes

Nota: Elaboração nossa.

Esse dado, aliado à inserção em múltiplas atividades domésticas, mostra que 9% dos usuários possuem dificuldades em participar dos espaços onde funcionam as atividades do Programa, principalmente das escalas dos pontos de comercialização.

⁴¹ O conceito de participação possui uma vasta e rica literatura, porém nesta pesquisa o tema ficará restrito aos usuários que ingressaram e que fazem parte no Programa de Inclusão Produtiva em Vitória-ES.

Acrescenta-se que 9% tiveram que se afastar por problemas de saúde e 9% por priorizarem os cuidados com os filhos e 2% os cuidados com os netos.

Percebeu-se também que mesmo havendo o suporte institucional, as iniciativas ainda são tímidas, demonstrando que 2% dos participantes evadem, pois obtêm pouco rendimento com a atividade escolhida, e mesmo passando por alguns acompanhamentos, não se sentem motivados em dar continuidade.

Outro fator dificultador é o problema de comunicação, pois 6% se cadastram para participar do Programa, entretanto mudam de telefone e de endereço, não possibilitando o contato posterior.

No que se refere aos conflitos grupais (5%), há uma dificuldade no trabalho em grupo, gerando a saída dos membros que desistem de conviver com as dificuldades de relacionamento, mesmo com diversas estratégias de mediação de conflito e com a opção de acompanhamento de forma individual.

Outro aspecto revela que 12% dos participantes foram encaminhados ao mercado formal de trabalho⁴² e 5% fortalecem a sua venda por conta própria, desligando-se do Programa por avaliar a não necessidade de acompanhamento, tema que será melhor esclarecido a seguir.

4.2.2 Possibilidades

Durante a pesquisa sobre acompanhamento de grupos da Inclusão Produtiva em Vitória-ES foi possível dimensionar as possibilidades do Programa em abranger aspectos objetivos e subjetivos, pois além da capacidade de cuidarem de si, não no sentido dos valores liberais, os trabalhadores contam com o suporte institucional do Estado para melhorar as suas condições de vida.

⁴² Destaca-se que são os inseridos no mercado de trabalho após o acompanhamento na Incubadora de Produção e não após a realização de um curso, que será abordado a seguir.

Outro aspecto relevante, é que a Inclusão Produtiva possibilitou o desenvolvimento das potencialidades de quem há muito tempo estiveram “excluídas” do acesso a políticas públicas, onde o mercado de trabalho também se torna “[...] cada vez mais complexo, incorpora novas tecnologias ao processo produtivo, exigindo o domínio de novas habilidades e conhecimentos que nem todos conseguem acompanhar [...]” (VITÓRIA, 2011, p. 4).

A Inclusão Produtiva em Vitória-ES possibilitou, ainda, uma vantagem que segundo Pamplona (2001) viabiliza ganhos de renda para as famílias e ganhos subjetivos de melhorar os níveis de confiança, de autoestima e de tomada de decisões. O Programa permite que as pessoas fortaleçam o crédito “[...] nelas mesmas, retirem-nas do isolamento, de estados depressivos, resgatem-nas para a convivência social e para o desenvolvimento de habilidades, de competências e de conhecimentos [...]” (VITÓRIA, 2011, p. 4).

Para alguns participantes significa dizer que é uma experiência significativa quanto ao novo uso do tempo, pois relatam que “[...] antes vivia o dia inteiro vendo a televisão (só novelas) e que depois que entrou lá, passou a despertar para a vida e ter um dinheirinho [...]” (VITÓRIA, 2011, p. 36).

Outro registro demonstra que além do reconhecimento social, o Programa também é uma possibilidade de gerar renda, a partir do momento em que é revelado: “não fazia nada. Hoje produzo, sinto-me cidadã. Minha vida era só ficar em casa, hoje contribuo com o orçamento familiar” (VITÓRIA, 2011c, p. 28).

Acrescenta-se que as estratégias do Programa possibilitam superar o estigma sobre a impotência do pobre e sua classificação enquanto classe perigosa visto apenas como um objeto de intervenção. É importante entender que os sujeitos não possuem apenas carências, mas também potencialidades e desejos.

A Inclusão Produtiva em Vitória-ES buscou valorizar a investigação apreciativa do trabalho, sendo de suma importância possibilitar voz, dar ouvidos e transformar a

escuta em possibilidade de trabalho, a fim de amenizar os impactos sociais de quem vive a situação de desemprego e de quem é afetado pela pobreza.

Não há pretensão aqui de desprezar o mundo objetivo no qual vivem os trabalhadores em situação de desemprego, mas dimensionar as formas como os indivíduos pensam sobre o trabalho e quais as suas estratégias para contornar o desemprego.

No caso da Inclusão Produtiva em Vitória-ES o significado do trabalho para 65% dos participantes do Programa tem por finalidade gerar renda e dar suporte as suas famílias, para 35% veem no trabalho um processo de se legitimar como cidadã, por isso tornando-se um processo de afirmação da identidade.

Em depoimento extraído dos documentos fica nítido o significado do Programa para alguns participantes, quando dizem que “[...] é muito bom saber que o meu trabalho tem feito bem a mim e aos outros também [sic]. Hoje já tenho perspectiva daquilo que eu posso conquistar. Sei que com meu trabalho posso aumentar a renda”. (VITÓRIA, 2009, p.20).

A posse da carteira de trabalho [até no trabalho informal, sem carteira], mais do que uma evidência trabalhista opera como uma espécie de rito de passagem para a existência civil [...] é a prova a aceitação tácita na sociedade brasileira da carteira de trabalhador como sinal de respeitabilidade e de honestidade que redime o trabalhador do estigma da pobreza (TELLES, 1993, p.6).

Isso representa que além de um conjunto de oportunidades mais objetivas como renda, ativos materiais e acesso a serviços, o Programa em Vitória-ES considerou aspectos subjetivos que dificultam o enfrentamento das condições precárias de vida dos trabalhadores. Insta frisar que um fator importante a ser valorizado nesse processo foi a “[...] elevação da autoestima individual quando a penúria, a desproteção pública e o desamparo mercantil já imprimiram marcas de desalento nas subjetividades engendradas no drama da desocupação [...]” (BARBOSA, 2012, 138).

A autoestima pode ser mensurada a partir do momento em que os participantes do Programa relatam que antes não se arrumavam, não usavam perfumes, achavam que tudo deveria ser daquele jeito mesmo, sentiam-se deprimidas e que era uma pessoa qualquer, mas que agora, acreditam que podem realizar muitas coisas (VITÓRIA, 2009).

Nesse caso, articular a Inclusão Produtiva em Vitória-ES com o mundo simbólico dos sujeitos também foi essencial. É preciso superar a visão que historicamente afetava o imaginário coletivo que associa o desempregado, o desocupado ou o trabalhador informal à desordem, ao vício, ao resíduo da sociedade, à violência, à patologia social, aos preguiçosos e ao crime. Esse olhar historicamente permeava e ainda permeia o nosso senso comum e influencia a sociedade brasileira.

Essa perspectiva pode ser fortalecida quando Leite (2008)⁴³ considera que os rendimentos monetários são de suma importância para se aproximar das condições de vida dos sujeitos, mas não significa que se deve restringir o debate a essa análise. Não se deve delimitar apenas aos indicadores econômicos, mas também ao universo subjetivo dos indivíduos, pois essa situação de desemprego afeta a (re) construção da identidade dos sujeitos, marcada pela relação de inferioridade, além de influenciar na organização na vida em sociedade.

O desemprego é um desafio para quem vive essa situação, “[...] não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva da opressão, permanente e estrutural que marcam sua existência, a cada ato, a cada palavra ouvida” (SARTI, 2005, p.12). Essa abordagem também se torna importante para compreender a construção da subjetividade dos sujeitos que enfrentam esses desafios e que são atendidos pela Assistência Social no Município por meio do Programa. É preciso considerar o público atendido como inserido em construções sociais, manifestadas a partir do relacionamento, da comunicação e da dialética entre a percepção do sujeito e do momento histórico em que este vive, como também preconizado por Sarti (2005).

⁴³ Bastante considerado pelos autores Paugam (2003) Castel (2010) e Martins (2003).

4.2.3 Limites

O primeiro aspecto a considerar na realidade de Vitória-ES, é o fato de que o Programa não abrange o total dos trabalhadores que necessitam participar das ações de geração de trabalho e de renda. Seu caráter é pontual, não contemplando nem 1% dos usuários inseridos no CadÚnico que seriam o público prioritário do atendimento, principalmente os beneficiários do Bolsa Família, e o Programa abrange apenas 25 % deste público até 2011, incluindo beneficiários do PFC e BPC.

No Município de Vitória-ES⁴⁴ observa-se que “na base de dados do CadÚnico do mês de julho de 2010 estão inscritas 21.886 famílias totalizando um número de 76.392 pessoas atendidas” (VITÓRIA, 2011b, p. 11). Desse total, 35.768 pessoas, representando 9.226 famílias (42,2% do total), fazem parte do Programa Bolsa Família (VITÓRIA, 2011b), sendo que 57,70% são mulheres.

Ainda no que concernem as informações do Perfil de Vulnerabilidade Social do Município de Vitória-ES, os dados demonstram que as pessoas maiores de 18 anos que não trabalham, nem mesmo como autônomas e como assalariadas sem carteira, representam 53.578 pessoas, ou seja, 70% inscritas no cadastro, sendo que destas, 47.682 (89%) são usuários do Programa Bolsa Família (VITÓRIA, 2011b).

No que se refere à realidade do Programa de Inclusão Produtiva em Vitória-ES foram atendidos de 2009 a 2011 o total de 780 pessoas, sendo em média 195 famílias. Esse total refere-se aos 209 usuários atendidos nos grupos produtivos e nos empreendedores individuais mais os 588 participantes dos cursos de formação que serão apresentados a seguir. Destaca-se, neste caso, que 27% dos formados estão no acompanhamento de grupos e de empreendedores individuais. Logo, foram contabilizados sem repetição 780 participantes com a média de 195 famílias, durante o período de 2009 a 2011 no Programa.

⁴⁴ Segundo dados do IBGE/CENSO 2000, Vitória possuía uma população de 292.304 habitantes (VITÓRIA, 2011b, p. 11).

O total do público atendido pela Inclusão Produtiva em Vitória-ES deveria representar 60% dos usuários do Programa Bolsa Família (PBF) durante um período de 03 (três) anos, conforme informado na matriz de planejamento (VITÓRIA, 2011). Mas até o momento, os resultados não atingiram essa meta, sendo que além de existir uma lacuna nos dados não levantados (29%), apenas 25% dos participantes recebem algum tipo de benefício de transferência de renda, sendo que 12% estão no PBF, como demonstra a última avaliação do Programa, sendo uma amostragem de 2011 (VITÓRIA, 2011d).

Outro dado sobre as famílias que recebem o Bolsa Família é quanto ao interesse em adquirir novas habilidades e informações para aumentar sua renda mensal. Na pesquisa realizada em Vitória (2010) registra-se que 79,1% dos usuários demonstram bastante interesse nessa participação; 12,4% dizem estarem pouco interessados e 8,5% não tem nenhum interesse em participar de atividades de geração de trabalho e de renda.

Quanto à participação geral no acompanhamento de grupos de produção e de empreendedores individuais, verifica-se que durante o período de 2009 a 2011 houve uma significativa evasão dos usuários da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, conforme demonstrado no gráfico 8. Essa realidade é refletida por Pamplona (2001), a partir do momento em que ele analisa as políticas de incentivo ao auto-emprego e descreve as desvantagens das mesmas.

O autor considera que se trata de uma política focalizada e restrita, pois envolve pequeno número de trabalhadores desempregados, uma baixa taxa de sobrevivência de novos negócios e um reduzido impacto na expansão de empregos.

Destaca-se também, que não é um Programa de criação de negócios viável para todos, visto que no próprio processo de triagem já há uma seleção dos usuários com maior perfil de sobrevivência para os que têm “espírito empreendedor”. Os que não têm, ficam fora do processo (PAMPLONA, 2001).

Essa situação também é verificada quando 50% dos participantes evadem do acompanhamento dos grupos produtivos e dos empreendedores individuais, sendo

que apenas 17% saíram das atividades devido ao real objetivo da Inclusão Produtiva, que é de contribuir para o aumento do trabalho e de renda, neste caso, com o ingresso no mercado de trabalho formal (12%) ou por conta própria (5%).

Quanto aos 2% que evadiram, relaciona-se ao motivo de não terem condições de dar sequência ao processo de produção e, como as vendas nem sempre acontecem como os participantes esperam, acabam desanimando e saindo do Programa.

A questão financeira é também um fator de risco, pois muitos integrantes não possuem condições materiais (matéria-prima, equipamentos e recursos para transporte) para iniciar suas atividades de geração de trabalho e de renda. Isso reforça a necessidade do suporte institucional possibilitar essas condições, visando sempre à segurança de autonomia das famílias.

No que corresponde à política de crédito, a fim de fortalecer as iniciativas dos usuários do Programa, observa-se que não foi uma realidade para os participantes neste período, visto que as exigências das políticas de microcrédito não contemplam a realidade do público atendido pela Inclusão Produtiva em Vitória-ES, além de entender também que essa estratégia não seria a saída para todos os desafios do Programa.

Com relação aos 5% participantes que optaram por não ter mais o acompanhamento, como demonstra o gráfico 8, é devido aos desentendimentos nas relações em grupo. Analisa-se que existe um desafio no fortalecimento dos laços solidários preconizados pelo Programa. Nota-se que há uma dificuldade em romper com a determinação econômica, influenciando por “osmose” o conjunto de valores dos participantes⁴⁵, onde a relação com a *infraestrutura* vigente influencia na consciência social subordinada à ideologia do capital.

Outro limite é que a estratégia de fortalecimento de grupos em Vitória-ES, e sua maioria, advêm de um “agente forasteiro”, ou seja, uma estratégia mais tecnicista, com indução à criação de grupos em que muitas vezes seus componentes não

⁴⁵ De todo o conjunto da sociedade capitalista.

possuem afinidade e nem laços de confiança, o que prejudica a continuidade da estratégia de ação.

Ao realizar uma análise mais geral sobre o trabalho em grupo, atenta-se que a lógica de mercado, a dependência com as redes empresariais e públicas dificultam o fortalecimento dos grupos, pois o “[...] individualismo e a competitividade assumem uma dimensão [...] exacerbada, como *condição sine qua non* para a conformação de uma nova lógica para se compreender as relações entre os homens” (SALAZAR, 2004, p. 93).

Destarte, mesmo a Inclusão Produtiva em Vitória-ES buscando estratégias de fortalecimento do trabalho em grupo, dentro do contexto de diminuição das ofertas de emprego e de ocupações, a cultura do individualismo colaboram para fortalecer a “[...] individualização nas relações de trabalho e societários e acirra a concorrência entre eles, quando passa a imperar o ditado popular ‘cada um por si’, dificultando [...] algum tipo de organização (LIRA, 2012).

No que se refere aos cuidados com os filhos, com os netos e com a saúde, esse contexto totaliza 20% das dificuldades dos participantes em continuar no Programa. Isso reflete, pois a maioria dos integrantes são mulheres e que ao iniciar atividades de geração de trabalho e de renda possui grande dificuldade em se adequar aos horários devido às atividades domésticas e desistem em continuar no acompanhamento.

Sendo assim, o uso do tempo da mulher também é um indicador de várias interpretações, a partir do momento em que ela se insere em uma jornada “dupla”, tendo que redistribuir os seus horários do trabalho doméstico com o trabalho “fora de casa”. Evidencia-se que “[...] tais atividades são concebidas como desligadas do processo produtivo e consideradas simples extensão do desvalorizado trabalho doméstico e das atividades remuneradas [...]” (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 235).

Há ainda no contexto geral uma dificuldade maior de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, com uma taxa de admissão menor, 52%, do que as dos homens (CASTRO, et al., 2010). Esse desafio ou limite faz com que muitas mulheres

venham buscar na Inclusão Produtiva em Vitória-ES uma possibilidade de gerar a sua própria renda e ajudar as suas famílias no sustento do lar.

Esse ingresso no mercado de trabalho se caracteriza principalmente no setor informal. Concomitantemente, é nos espaços de programas de assistência social que “precisamente essa figura salarial feminina de crise e suas famílias engrossam o conjunto de assistidas/os ou beneficiadas/os das políticas sociais” (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 233).

No que corresponde à análise do público jovem no Programa, os dados demonstram que as iniciativas de geração de trabalho e de renda para a juventude na Inclusão Produtiva em Vitória-ES ainda são incipientes. Isso revela a necessidade de investimento em políticas de geração de trabalho e de renda e de educação atraente e de qualidade para adolescentes e jovens, a fim de prepará-los para o futuro com maiores possibilidade de inserção no mercado de trabalho e com possibilidades de “rompimento” com o ciclo geracional das precárias condições de vida.

Essa situação demonstra a dificuldade da significativa população jovem em conseguir uma inserção no mercado de trabalho, mesmo em programas destinados a eles, pois estes vivem em um contexto onde “[...] as taxas de desocupação e de informalidade são superiores e os níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora” (COSTANZI, 2009, p. 19).

Outra faceta a ser considerada é que 52% dos jovens que estão inseridos no CadÚnico no Brasil não terminaram o segundo ciclo do ensino fundamental e boa parte deles encontram-se em situação de analfabetismo funcional, necessitando trabalhar a fim de complementar a renda familiar. (CASTRO et al., 2010).

Em Vitória-ES, essa realidade no CadÚnico representa 7.327 de jovens de 18 a 24 anos que não estudam e 14.788 jovens que não trabalham (VITÓRIA, 2011b). Vale ressaltar que os programas da Assistência Social de Vitória-ES ampliaram a faixa etária de atendimento para o público jovem de até 29 anos.

Realizando uma análise mais geral, os resultados demonstram que o pouco acesso à educação não é limitador⁴⁶, mas está intimamente ligado à inserção no mercado de trabalho. Devido à dificuldade de encontrar empregos devido à baixa escolaridade, os usuários da Política de Assistência Social procuram a Inclusão Produtiva em Vitória-ES como uma possibilidade de gerar renda.

Isso reforça o ideário de que o acesso e a permanência no mercado de trabalho, principalmente o formal, estão relacionados ao acesso à educação. No que se refere ao grau de instrução, há significativa diferença entre indivíduos com nível superior, pois estes possuem taxas “[...] de admissão 25% maiores do que as dos analfabetos. Considerando indivíduos que cursaram até o nível médio, há uma diminuição de 7% nas taxas de admissão [...]” (LEICHSENRING, 2010, p. 298).

Há nesse contexto uma dívida educacional a ser considerada, pois “[...] a política de promoção social para a maior parte desses jovens desempregados ainda é a educação básica e a educação de jovens e adultos” (CASTRO, et al., 2010, p. 328).

Nessa perspectiva, Costanzi (2009) aponta a dificuldade na articulação entre a educação e as políticas de trabalho para a juventude, visto que “[...] o mercado de trabalho demanda maior escolaridade [...] e atualização permanente das qualificações [...] que tendem a tornar o conhecimento adquirido obsoleto em curto prazo [...]” (COSTANZI, 2009, p. 23).

Quanto ao público de 60 anos, há relativamente poucos idosos no Programa. Esse dado pode ser interpretado à luz do benefício que a cobertura previdenciária oferece e ajuda a prevenir a situação de pobreza para esse grupo (CASTRO, et al., 2010), agregado às “[...] melhores condições de saúde que permitem que uma pessoa ao atingir os 60 anos possa, com facilidade, exercer uma atividade econômica [...]” (CAMARANO, 2001, p. 7).

Por outro lado, existe a renda dos idosos, caracterizada como pensão, aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), insuficientes para

⁴⁶ Isso quer dizer que por si só ter educação não significa a participação imediata no mercado de trabalho.

garantir condições de vida digna. Por isso, os supostos beneficiados têm que procurar alternativas de trabalho, a fim de complementar a renda, passando da condição de “dependente” para a de provedor da família. Seu rendimento de trabalho torna-se “[...] fundamental na composição de sua renda pessoal e familiar, de tal forma que dificilmente se pode esperar mecanismos compensatórios que permitam a queda da sua participação no mercado de trabalho” (WAJNMAN; OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2004, p. 453).

No universo do mercado formal de trabalho, verifica-se que há uma inclinação do empregador em contratar a força de trabalho dos idosos, visto que possui menor custo na contratação em relação ao não idoso, não tendo mais o empregador “[...] gastos com vales transportes, pois os maiores de 65 anos são isentos de pagamento de transporte público. Igualmente, um idoso tem uma probabilidade maior de aceitar um emprego com menos garantias trabalhistas” (CAMARANO, 2001, p. 7).

Atenta-se, assim, que os dados da dinâmica do desemprego afeta a realidade de grande parte dos trabalhadores, mas entre as mulheres, jovens e idosos o caminho para o mercado de trabalho é mais difícil, tornando-se público em potencial para as ações da Inclusão Produtiva em Vitória-ES.

Outro aspecto a considerar, são os 37% dos trabalhadores que participaram apenas da 1ª reunião do Programa como demonstra o gráfico 8. Eles são contabilizados como participantes, pois são cadastrados e não continuam no processo de acompanhamento. Isso revela que é preciso articular e efetivar cada vez mais as políticas de proteção social com as políticas de promoção social.

Para seu fortalecimento é imprescindível que os CRAS e as outras unidades de atendimento vejam a Inclusão Produtiva vinculada ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), articulada com as demandas dos usuários no campo do trabalho e conectada com as demais políticas setoriais.

Devido a essas dificuldades de encaminhamento e de clareza no fluxo de atendimento, que muitas vezes a Inclusão Produtiva em Vitória-ES se torna um centro de convivência para aprimoramento das atividades domésticas da família.

Nessa perspectiva, o Programa é considerado como uma alternativa de “ocupação do tempo”, um local apenas de realização de cursos e, simultaneamente, visto como um caminho automático para o mercado de trabalho.

Esses entraves na articulação em Rede e no sombreamento de ações também dificultam o alcance dos objetivos propostos de geração de trabalho e de renda, pois neste caso, muitos usuários que são encaminhados para a Inclusão Produtiva em Vitória-ES e, ao verem do que se trata, desistem de participar ou ficam pouco tempo na ação de acompanhamento de grupos produtivos.

Por isso, acredita-se que seja necessária a realização de uma ação bem clara de sensibilização das famílias para adesão as atividades propostas, ou/e então, uma alteração do planejamento das atividades propostas que mobilize mais participantes.

É fundamental que o interesse dos sujeitos seja identificado e estimulado, a fim de garantir o engajamento necessário para o desenvolvimento de suas capacidades e de suas potencialidades. Destaca-se, ainda, que não há pretensão de transferir a culpa desse motivo da evasão para os atores sociais da Rede, pois são muitos os fatores que o influencia. Mas no caso de Vitória-ES este fluxo não se deu, até o momento, da forma prevista na PNAS.

No município essa dificuldade torna-se maior, pois existe uma dificuldade em articular as atividades de Inclusão Produtiva com o CRAS, mesmo representando 62% de encaminhamento ao Programa, como apresenta o gráfico 7. Essa dificuldade, principalmente pela execução das ações funcionarem em locais diferentes, é afetada ainda mais quando se trata do público que recebe algum tipo de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Por ser o Centro de Referência de Assistência Social a Unidade de Proteção Social Básica, entende-se como “porta de entrada” para o conhecimento de direitos que acontece através da informação. Sendo assim, a proposta de apresentar aos usuários de forma mais atrativa as atividades desenvolvidas na Inclusão Produtiva em Vitória-ES e nos outros serviços podem vir a se tornar um diferencial no

fortalecimento do usuário e contribuir para as políticas direcionadas para as demandas das famílias.

Outra análise é que o CadÚnico, o SIGAF e o GEPS são utilizados em Vitória-ES de maneira insuficiente como instrumento de gestão integrada de serviços sociais, visto que não é dada prioridade a sua análise para a mobilização do público prioritário a ser escolhido para a participação das ações, ficando a sua utilização restrita ao monitoramento de benefícios de transferências renda, que também se considera importante, todavia é preciso ir além.

Dessa forma, estudar as condições de vida dessa população permite a aplicação de propostas de intervenção em programas e políticas sociais gerais. É importante também avaliar o público da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, pois muitas vezes o usuário e suas famílias estão precisando primeiramente de uma ação de segurança de acolhida (saúde, alimentação ou moradia), em que muitas vezes a adesão às atividades de geração de trabalho e de renda deve ser investida em outro momento.

Outro grande desafio encontrado no Programa é avaliar o ponto de “maturação”, se é que existe, dos usuários. Essa “maturação” é a etapa que configura o amadurecimento dos participantes, funcionando como uma “porta de saída”. Momento este, em que os grupos e indivíduos estabelecerão novas relações com a Inclusão Produtiva em Vitória-ES. Não sendo uma participação na assessoria direta e na destinação de recursos, mas configurará em uma relação de parceria, estando este trabalhador em um de ponto na Rede de Produção no município, e não como usuário direto do Programa.

4.3 APOIO AO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

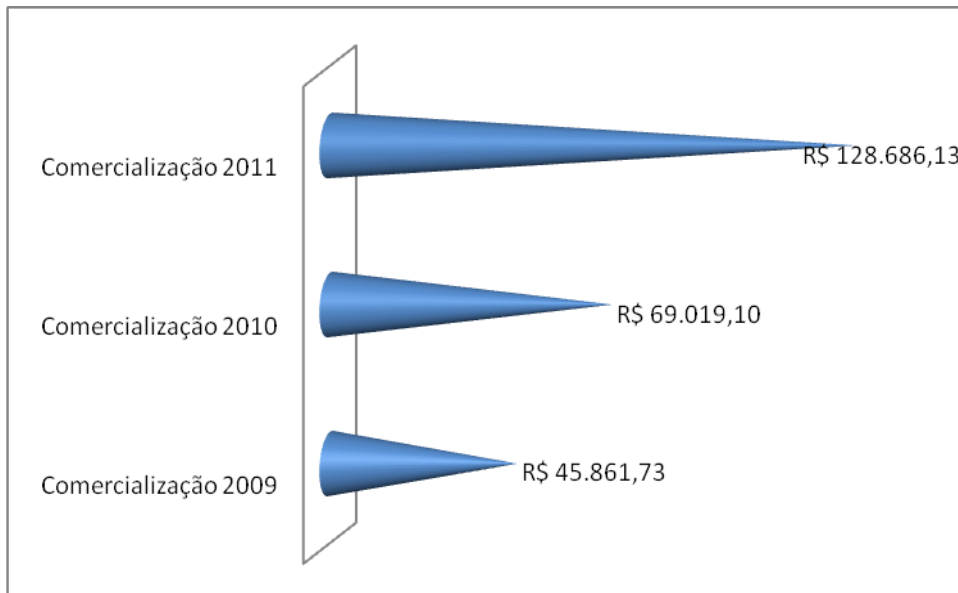
A maioria dos grupos produtivos enfrenta dificuldades na comercialização de seus produtos. A conquista de pontos de comercialização é uma alternativa para aumentar as vendas, estimulando atividades que facilitem a construção de novas relações comerciais entre grupos produtivos, consumidores e comerciantes, com foco na abertura de canais de comercialização (VITÓRIA, 2011).

Com objetivo de criar e de aumentar os espaços de comercialização e de prestação de serviços, realiza-se o investimento na busca de pontos fixos, ou seja, estruturas que viabilizam de forma constante a venda de produtos. Outra estratégia é a conquista de espaços em eventos, feiras e encontros diversos, além do investimento em clientes em geral que envolve a rede de amigos, vizinhos e conhecidos.

A comercialização é uma das principais estratégias para a geração de renda, devendo ser vista não como um complemento, mas como parte fundamental, necessitando de importantes investimentos. É um grande desafio conquistar e fidelizar espaços de comercialização, sendo necessário planejar onde e o quê comercializar, além de avaliar quem será o público consumidor (VITÓRIA, 2011).

Nesse contexto, durante os três anos do Programa foram conquistados no processo de comercialização e de prestação de serviços, como visto no gráfico 9, o valor de R\$ 243.566,96, sendo que é utilizado em média 15% no investimento em matéria-prima de artesanato e 30% de culinária.

GRÁFICO 9 – VENDAS NA ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

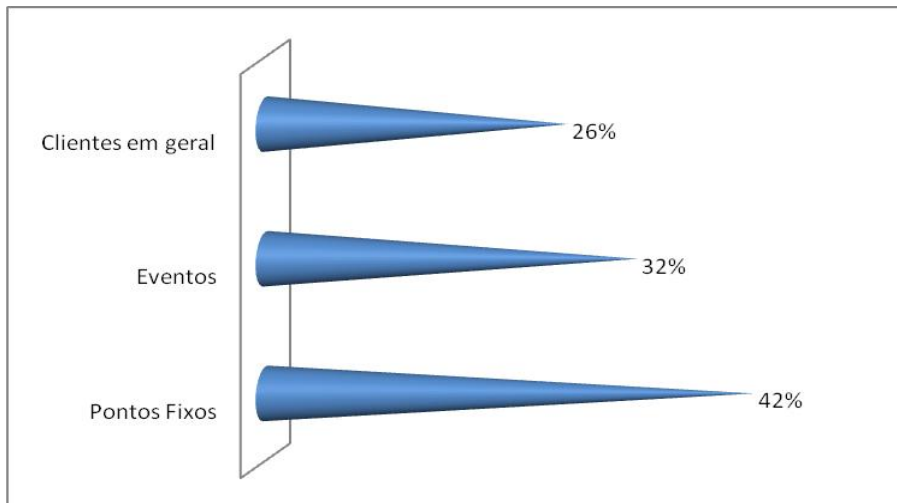


Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: comercialização
 Nota: Elaboração nossa.

Nesse período foram conquistados 11 pontos fixos de comercialização, 59 eventos, sendo que 18 foram fidelizados com uma participação anual de forma contínua. No que corresponde às vendas, destaca-se que os pontos fixos e eventos totalizam a grande maioria dos recursos captados na comercialização (74%).

Constata-se, ainda, que houve uma ampliação dos valores arrecadados nesse período, influenciado pelo aumento dos pontos de comercialização; pela qualidade dos produtos elaborados; pela iniciativa dos grupos em buscar novos pontos de venda, além da formação de uma equipe específica para facilitar a execução dessa estratégia de ação.

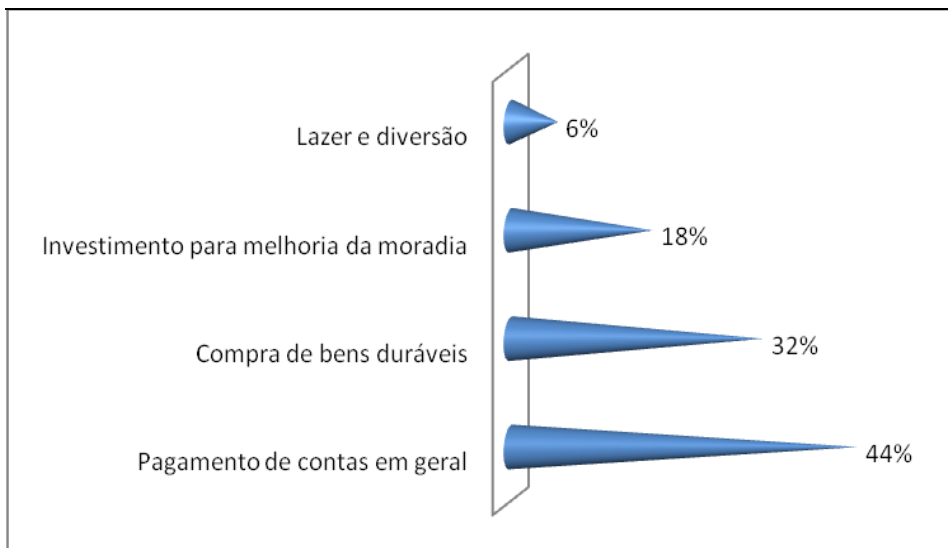
GRÁFICO 10 – PERFIL DAS VENDAS NO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: comercialização
Nota: Elaboração nossa.

Ao pesquisar a renda familiar, 100% dos participantes consideram ter aumentado após a inserção no Programa. A metade dela é utilizada para melhorar as condições materiais e subjetivas⁴⁷ de vida, mas a maioria da renda é destinada para pagar despesas cotidianas como água, luz, telefone, vestuário, alimentação e aluguel.

GRÁFICO 11 – DESTINO DA RENDA DA POPULAÇÃO



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: comercialização
Nota: Elaboração nossa.

⁴⁷ O acesso a mercadoria também satisfaz as necessidades da fantasia, como diz Marx (2003).

Concomitantemente, foi possível melhorar as suas condições de moradia e comprar bens duráveis (fogão, geladeira, cama, guarda-roupa e outros) que antes não havia no lar, ou então, não estavam em bom estado de utilização.

Registra-se que houve também o investimento em atividades de lazer, o que significa que as famílias também se inserem em um contexto onde antes não participavam, como por exemplo, levar seus familiares aos parques, eventos e outros, principalmente, quando participam dos espaços de comercialização.

4.3.1 Possibilidades

A conquista de espaços de comercialização do Programa tornou-se a materialização dos resultados do acompanhamento dos grupos produtivos. Essa estratégia é muito importante para que os participantes pudessem articular o seu trabalho com a rede de compra dos seus produtos e da contratação de seus serviços (APENDICE A).

A comercialização e também a prestação de serviços possibilitou novas perspectivas em relação ao consumo para as famílias atendidas. Quanto aos resultados de três anos de Inclusão Produtiva no Município de Vitória-ES, registra-se que 100% dos participantes informam que houve aumento na renda familiar após o seu ingresso no Programa (VITÓRIA, 2011e).

Essa renda foi revertida no poder de consumo de bens duráveis e não duráveis, possibilitando melhorar as condições de saúde, de imagem pessoal, de moradia, de lazer e de educação (retorno aos processos educativos).

Por meio de depoimentos é possível verificar alguns resultados no processo de comercialização, tais como: “era pouca a renda, passava necessidade, não tinha objetivo, um ânimo, estratégias de sustento. Hoje tenho uma estratégia e comida não falta” (VITÓRIA, 2011c, p. 28). Registra-se, ainda: “hoje tenho televisão freezer, antes não tinha nada disso. A primeira venda para mim foi muito importante, porque depois de muito tempo sem trabalhar, aquele foi meu primeiro salário e pude ajudar meus três filhos” (VITÓRIA, 2011c, p. 28).

Outro aspecto a considerar, é que os produtos vendidos foram pensados a partir de critérios de qualidade do produto. A venda realizada não vem com o intuito de ajudar os participantes como forma de “pena” e benevolência, e sim porque são bons e possuem alguma utilidade, seja pela necessidade básica ou pelo desejo (VITÓRIA, 2011d).

Isso resultou na fidelização de espaços de vendas significativos na Grande Vitória-ES⁴⁸, a partir do momento em que o Programa é convidado a participar de eventos e a instalar pontos fixos⁴⁹ no município, como verificado na figura 1 apresentada neste capítulo.

O processo de comercialização da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, mesmo em processo de fortalecimento, vem se articulando com as cadeias produtivas, estruturada com diretrizes estratégicas de marketing e com aperfeiçoamento dos produtos e dos serviços prestados em constantes formações.

Nessa perspectiva é preciso segmentar os tipos de produtos e a prestação de serviços, a fim de organizar o fluxo de vendas, pensando estratégias focadas por segmento de trabalho, considerando as necessidades e as preferências do mercado consumidor (BRASIL, 2008).

Todo o processo de comercialização do Programa de Vitória-ES considerou a participação dos usuários. O técnico facilitou o processo de controle de vendas, de elaboração de materiais de divulgação e de comercialização, sendo realizado em conjunto com os participantes, a fim de que estes possam atuar pela sua capacidade de produzir e também de comercializar.

Isso deve ser visto com um processo em que todos têm ciência da dinâmica do trabalho, mesmo não possuindo habilidade para tal estratégia deve-se opinar, dar

⁴⁸ Festa da Penha, Aniversário do Parque Moscoso, Festa de São Pedro, Supermercado da Moda, Feira Arte & Natal; GranExpo, Feira da Gestante e do Bebê, Feira de Guarapari e outros.

⁴⁹ Restaurante Sabor & Arte, Salão Social, Feira de Jardim da Penha, Mercado São Sebastião, Feira da Praça dos Namorados, Feira da Praça Costa Pereira, Porto de Vitória, Bazar na Secretaria de Educação, Bazar SEMAS (onde trabalha a equipe, sendo o maior local de vendas), além de outros espaços fixos.

sugestões e monitorar todo o contato e a articulação com o mercado consumidor. É importante, ainda, a identificação das falhas para aprimoramento dos mecanismos de produção (VITÓRIA, 2011).

Outro aspecto positivo da comercialização foi a valorização da participação social e a transparência nos processos administrativos, sendo uma oportunidade de voz e de apropriação com o fortalecimento das capacidades de ação coletiva dos participantes. O investimento no tipo de prestação de contas, mesmo não atingindo ainda o seu nível ideal, foi uma iniciativa que possibilitou o fortalecimento entre usuários, poder público e sociedade civil.

O resultado desse processo foi a ampliação da rede social e da articulação com outros atores sociais que antes não havia. Houve durante a análise dos dados uma intencionalidade dos técnicos envolvidos o compromisso com o fazer profissional baseado na mobilização da classe trabalhadora.

Esse contexto extrapola o processo de comercialização e passa a fazer parte das estratégias de ação de todo o Programa, partindo de um processo de *Construir Juntos* e em prol de uma gestão democrática e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, fomentando, assim, o fazer coletivo e a reivindicação para a conquista de seus direitos.

Um exemplo dessa realidade foi a participação de alguns integrantes nos espaços públicos⁵⁰ de discussão sobre a Assistência Social e sobre as Políticas de Geração de Trabalho e de Renda do município de Vitória-ES. Essa dinâmica possibilita a participação da base em instâncias públicas de decisão, aumentando, assim, a capacidade do projeto, depois de “concluído”, prosseguir funcionando ao longo do tempo e gerando benefícios à população.

Assim sendo, é preciso compreender que além de aspectos tangíveis como falta de recursos, outras dimensões subjetivas devem ser levadas em conta, a fim de desenvolver estratégias efetivas na ampliação das capacidades de ação e evitando,

⁵⁰ Representação dos usuários da Inclusão Produtiva em Vitória-ES no Conselho Local da Assistência Social (CLAS), no Comitê da Economia Solidária; Comitê de Feiras Municipais, entre outros.

assim, o investimento no velho assistencialismo, considerando os pobres dignos de piedade e merecedores de ajuda.

4.3.2 Limites

Durante a análise dos dados observou-se que as estratégias de comercialização da Inclusão Produtiva em Vitória-ES possuem muita improvisação, cheias de incertezas e de descontinuidade. Deve-se também considerar que há um “[...] reduzido número de trabalhadores, volume de produção e comercialização de pequena escala [...] com um raio de comercialização mais restrito [...]” (BARBOSA, 2012, p.136-137).

Mas como buscar estabilidade em um mercado que opera na fragilidade de vínculos até entre os trabalhadores formais? “É uma vulnerabilidade (tempo de inserção no emprego) que atravessa todo o mercado de trabalho, inclusive nos núcleos mais dinâmicos da economia” (TELLES, 2001, p. 126).

Outro aspecto a apresentar, é que muitas vezes essa renda não garante uma proteção social trabalhista⁵¹ e uma renda básica suficiente para que os trabalhadores possam acessar aos bens de consumo duráveis e não duráveis.

Durante os três anos de Programa foi possível conquistar o valor R\$ 243.566,96, conforme apresentado no gráfico 9. Isso significa dizer que cada trabalhador recebeu em média R\$ 64,43⁵² mensal com a comercialização de seus produtos e com a prestação de seus serviços, sem considerar os valores com os investimentos em matéria-prima, transporte e outros.

Neste sentido, verificou-se na Inclusão Produtiva em Vitória-ES, apesar de alguns avanços, uma dificuldade na garantia de uma renda contínua para o sustento das

⁵¹ O Programa do Empreendedor Individual possibilita aos participantes, que contribuem mensalmente, acessar aos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo uma nova estratégia do Estado em “formalizar o informal”.

⁵² Valor relativo ao total dividido por 105 do total de participantes que permaneceram até os 36 meses de funcionamento do Programa. Este valor não considerou os participantes que evadiram, sendo uma média geral. Instafrisar, que é um valor médio, pois a renda variou de R\$ 100,00 a R\$ 1.000,00 mensais de acordo com a realidade de cada grupo ou empreendedor.

famílias, pois em sua maioria as “[...] possibilidades de rendimentos [...] chegam ser residuais na medida em que a produção se limita ao consumo de sobrevivência, mantendo o circuito de empobrecimento (BARBOSA, 2012, p.136-137).

4.4 APOIO A FORMAÇÃO

Trata-se do processo de fortalecimento dos conhecimentos e das competências para o exercício das atividades propostas. Essas ações constituem em instrutoria em habilidades específicas, envolvendo investimento nas áreas de artesanato, de culinária e de prestação de serviços.

A instrutoria em habilidade de gestão caracteriza-se pelo acesso a informações e a experimentações, através de ciclos de vivências nos quais são abordados temas como: consciência organizativa, trabalho em rede, plano de negócio, formação de preço, economia solidária, consumo responsável, clube de trocas, rede de créditos populares e outros (VITÓRIA, 2011).

A assessoria em produção está ligada à qualidade do produto e dos serviços prestados, com as seguintes preocupações: atendimento ao cliente; matéria-prima de boa qualidade e acabamento do produto; investimento em sua funcionalidade⁵³ e em sua usabilidade; toque de exclusividade e de valor agregado⁵⁴; preocupação com a embalagem e com a comunicação (marca forte, informação sobre o produto e o processo produtivo); respeito à tradição local e com uma produção utilizando critérios ecológicos (VITÓRIA, 2011).

Nesse processo de formação existe a articulação com as outras políticas setoriais. Uma delas é a da educação, em parceria com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo esta uma ação da rede pública no Brasil com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade para as pessoas que não estão em

⁵³ Funcionalidade (satisfazer necessidades) e usabilidade do produto (facilidade de uso).

⁵⁴ Trabalhar um conceito embutido no produto, com apelos históricos, culturais, ambientais e outros.

idade escolar e possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, devido à baixa escolaridade (VITÓRIA, 2011).

Outra parceria é com a Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda (SETGER) que articula as atividades da Inclusão Produtiva com o Telecentro, sendo este um espaço público provido de computadores conectados à internet, visando diminuir a “exclusão” digital dos usuários, a partir de ferramentas da Tecnologia da Informação (VITÓRIA, 2011).

As atividades de formação envolvem um conjunto de iniciativas que buscam o planejamento e a análise das ações com o objetivo de fortalecer os resultados econômicos e financeiros, pois as necessidades cotidianas exigem, além do aprendizado em uma habilidade específica, a habilidade em gestão, com o conhecimento em relação a compras, a pagamentos, a vendas e a administração em geral (VITÓRIA, 2011).

A utilização de instrumentos de gestão possibilita que as atividades do grupo sejam gerenciadas adequadamente, não de maneira casual e improvisada. O adequado registro das atividades de gestão e de produção permite, entre outras coisas, que se identifiquem e corrijam erros e que esses possam contribuir para o aprendizado (BRASIL, 2008).

A estratégia de formação do Programa valoriza o vínculo com o usuário, além de fomentar os conhecimentos, socializando as informações com os participantes, de forma a garantir o fortalecimento de sua identidade, o reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, além de des-individualizar a culpa pela a situação de desemprego (VITÓRIA, 2011).

4.4.1 Resultados do processo de formação

Os cursos são estratégias que visam estimular alternativas de geração de trabalho e renda, incentivando as famílias a desenvolverem novas capacidades e habilidades através da qualificação profissional ou formação para o trabalho (VITÓRIA, 2011).

A proposta não é realizar um curso apenas pelo curso, sendo um fim em si mesmo. A lógica é que o curso seja uma estratégia para fortalecer as capacidades das famílias para viver do resultado de seu próprio trabalho, além de vinculá-los com outros resultados após o curso, o qual será abordado na análise a seguir (VITÓRIA, 2011).

Durante o período de 2009 a 2011 foram realizados 83 cursos na área de culinária, de artesanato e de prestação de serviços. Foram oferecidas 1.917 vagas nessas áreas, com a formação de 139 turmas, matutino, vespertino e noturno, distribuídos no total de 7.025 horas.

TABELA 2: RESULTADOS DA FORMAÇÃO

Cursos	Total de Cursos	Nº de Vagas	Nº de Turmas	Carga Horária	Certificações	Ano	Formados
Culinária	35	650	65	3020	663	2009	158
Artesanato	26	480	48	2198	385	2010	270
Prestação de Serviços	22	787	26	1807	245	2011	160
TOTAL	83	1917	139	7025	1293		588

Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: cursos

Nota: Elaboração nossa.

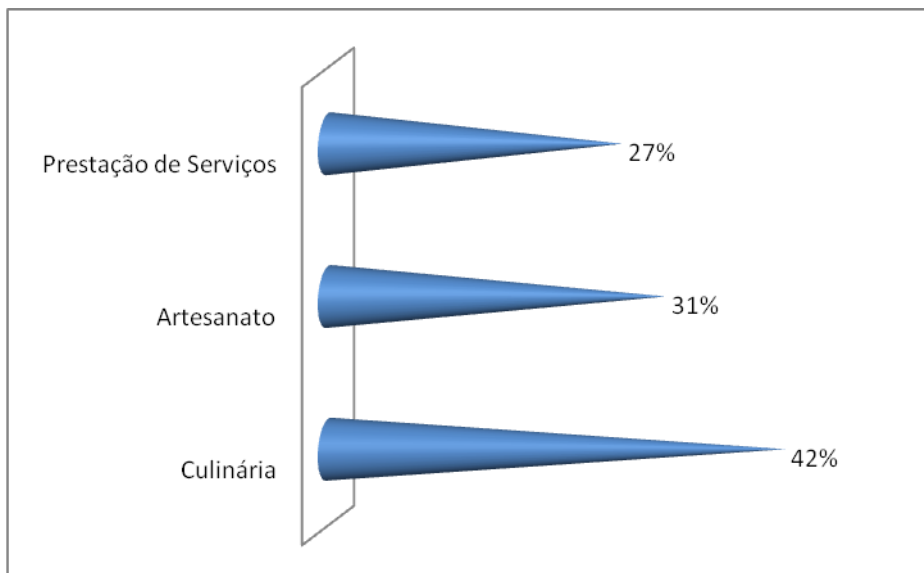
Nesse período foram registradas 1.293 certificações com a participação de 588 formandos sem repetição, o que significa que a mesma pessoa participou em média de dois cursos na Inclusão Produtiva em Vitória-ES.

Considerando o total de vagas e o número de certificações, verifica-se que houve 67,45% de aproveitamento no total dos cursos ofertados. No que se refere aos cursos de culinária, avalia-se que houve uma procura maior (663 certificações) do

que a oferta (650 vagas), ao mesmo tempo, os cursos na área de prestação de serviços houve um aproveitamento de apenas 31% do total de vagas disponibilizadas.

Os cursos na área de culinária representaram 42% do total da formação com foco em técnicas específicas na arte de cozinhar comidas caseiras, doces em geral, bolo artístico, mesas decoradas, comidas de feirinha, lanches para eventos, produção de salgados, confeitaria, cozinheiro para hotéis e restaurantes, sabores do rio e do mar, carne, caldos, sopas e comidas em geral.

GRÁFICO 12: ÁREAS DE FORMAÇÃO



Fonte: Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011: cursos
Nota: Elaboração nossa.

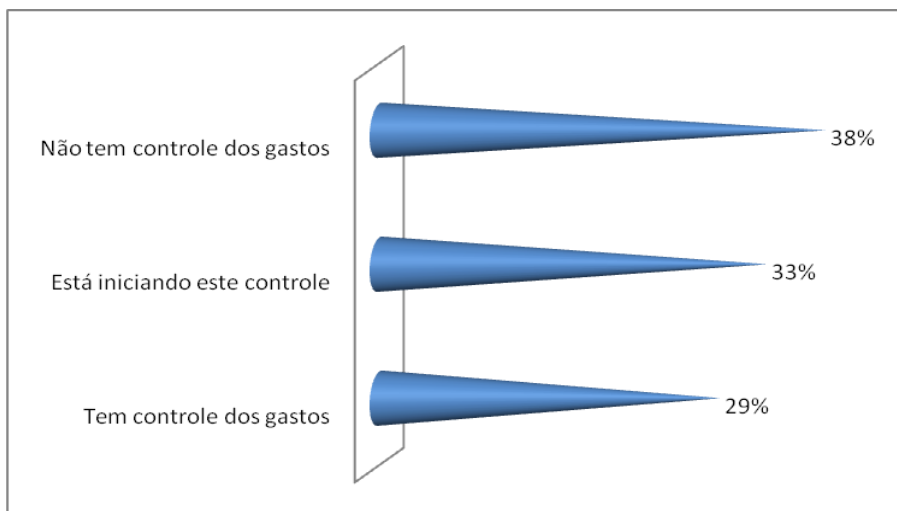
Na temática do artesanato, 31% são investimentos nas áreas de pintura em madeira, customização de roupa, acessórios em geral, elaboração de embalagens e outros. Os 27% estão relacionados à prestação de serviços, englobando habilidades específicas na área de beleza, técnicas de vendas, telemarketing, auxiliar administrativo, cuidador de idoso e de criança, garçom, chapeiro, churrasqueiro, aperfeiçoamento do trabalho doméstico, massoterapia e educomunicação.

A habilidade em gestão ou gestão do negócio é relativa à capacidade de planejar recursos financeiros, ou seja, capacidade de economizar, de poupar e de investir. Destaca-se que este suporte institucional é de suma importância para minimizar as

dificuldades que os participantes encontram para gerir o seu negócio próprio (VITÓRIA, 2011).

O gráfico 13 mostra a gestão do empreendimento que do ponto de vista gerencial, essas iniciativas de geração de trabalho e de renda enfrentam dificuldades semelhantes, como por exemplo, a ausência de registros internos (estoque, compra de matéria-prima, vendas, fundo de reserva, etc.), representado por 71% do total dos participantes sem registros formais, ou com registros inadequados, a gestão do empreendimento se torna casual e improvisada.

GRÁFICO 13: GESTÃO DO EMPREENDIMENTO



Fonte: Relatório de Avaliação Anual 2011
Nota: Elaboração nossa.

Ao mesmo tempo, existe uma população, 29%, que tem controle dos gastos, resultado de um investimento em formações que valorizam os ciclos de vivências e a prática como fatores importantes para a apreensão dos conteúdos teóricos.

A linguagem deve considerar a realidade dos participantes, tendo o facilitador um profundo conhecimento da realidade social, possuindo habilidade técnica e gerencial consistente e adequada à diversidade e à especificidade dos empreendimentos coletivos e das pessoas envolvidas (BRASIL, 2008).

Outro aspecto a ser considerado, é o olhar sobre o local e sobre as redes primárias, onde os participantes visualizam a possibilidade de comercializar em seu próprio

bairro, sendo uma estratégia de estreitar relações comerciais com os vizinhos, famílias, comércio e outros, constituindo 26% das vendas, como apresenta o gráfico 10. Mesmo assim, o olhar sobre o local é instigado, sendo necessário unir as iniciativas de Inclusão Produtiva em Vitória-ES com o processo de desenvolvimento local como preconizado pelo Programa (VITÓRIA, 2011).

A Inclusão Produtiva em Vitória-ES também se vê frente a outro desafio que é o encaminhamento após os cursos⁵⁵. Salienta-se que os dados serão relativos a 2009, pois nos outros anos não houve uma informação sistematizada. Então, os resultados desse item são relativos aos 49% do universo total dos participantes, ou seja, dos 158 participantes em 2009, 78 foram entrevistados.

Dos entrevistados, 82% estão realizando alguma atividade produtiva após o curso na UIP. Destes, 36% participaram dos cursos para melhorar seu próprio negócio nas seguintes áreas: 40% alimentação; 30% artesanato; 26% técnicas de beleza e 4% processos de vendas. Outra parcela de 27% está envolvida nos grupos de produção. Ressalta-se, ainda, que 37% foram encaminhados ao mercado nas seguintes áreas de atuação: ajudante de cozinha, balconista, serviços gerais, atendente, garçom e repositor. (VITÓRIA, 2009).

Dos que ainda não estão trabalhando destacam-se os seguintes motivos: 57% ainda não tiveram oportunidade; 14% não passaram na prova e 29% estão com problemas familiares (VITÓRIA, 2009).

Ressalta-se que ser encaminhado ao mercado formal não é a garantia de participar diretamente do mesmo. Uma pesquisa realizada em 2010 mostra que os motivos da não permanência no mercado de trabalho estão ligados aos seguintes fatores: 9% possuíam dificuldade de acesso ao serviço; 12% relatam que o salário era muito baixo e quando trabalha com “bico” ganhavam mais; 21% relatam que o marido não

⁵⁵ Acredita-se que este momento é um dos mais importantes da pesquisa, todavia a dificuldade de organizar esses dados, principalmente pelo pouco investimento na cultura da sistematização e na avaliação de impacto dos cursos, pode abalar a representatividade dessa informação, visto que análise não foi possível em sua completude nos outros anos. Contudo, por ter vivido neste processo durante os três anos de referência, acredito que esses dados poderão explicar de forma mais geral a realidade após os cursos de formação na Inclusão Produtiva em Vitória-ES.

permite que as suas mulheres trabalhem fora de casa; 28% consideram que os empregos oferecidos eram para empregada doméstica ou para auxiliar de serviços gerais, o que não interessava ao usuário que fez o curso em outra área, e 30% informam a incompatibilidade de horário, visto que muitas pessoas não permaneceram no emprego ao saber que iriam trabalhar em horário noturno ou por ter que trabalhar no final de semana, ou ainda, por escala e com apenas um dia de folga na semana (VITÓRIA, 2010a).

Dos participantes que não foram entrevistados, principalmente devido à dificuldade de contato posterior à realização dos cursos⁵⁶, pode ser um indicativo de que os usuários que participam dos cursos podem ver na Inclusão Produtiva em Vitória-ES apenas um espaço de convivência, não o utilizando como estratégia na geração de trabalho e de renda, e sim como um espaço principal de aprimoramento das atividades domésticas e de convívio social. Outra perspectiva é ver que o investimento em formações não é o caminho imediato para o acesso ao mercado formal e informal de trabalho.

4.4.2. Possibilidades

Durante a análise dos documentos foi possível verificar que o Programa investiu no processo de formação em busca de fortalecer os conhecimentos, as habilidades e as competências. Isso significou considerar que essas estratégias proporcionaram a criação de “[...] mecanismos de acesso a algum tipo de qualificação para [...] trabalhadores que jamais teriam oportunidade” (SOUZA, 2009, p. 177), principalmente por suas condições de escolaridade e financeiras.

A estratégia de formação possibilitou o orgulho do trabalho exercido, o crédito na capacidade de fazer algo e a melhoria da qualidade do produto e dos serviços prestados. Torna-se possível, ainda, a troca de experiências com o investimento em ações coletivas e com aumento da consciência dos participantes quanto a sua habilidade e competência para criar, produzir e gerir como apresentado no seguinte

⁵⁶ A avaliação é feita em média de 03 a 06 meses após a realização da formação.

depoimento: “Fazia do meu jeito. Aceitei sugestões e participei dos cursos, e partir daí, venho melhorando e aumentando as vendas” (VITÓRIA, 2011c, p. 28).

Neste aspecto, devido à dificuldade de grande parcela da população em acessar o mercado de trabalho, o auto-emprego pode ser estimulado como pelo menos uma solução temporária, ou intermediária, como uma forma de reduzir as desvantagens econômicas dos trabalhadores. O auto-emprego não deve ser visto, necessariamente, como uma carreira para os mais pobres, mas uma “ponte” para “algum lugar” (BRASIL, 2008).

Isso pode ser analisado quando os entrevistados de 2009 a 2011, incluindo grupos de produção, empreendedores individuais e encaminhados ao mercado de trabalho, representa 77% inseridos no mercado de trabalho informal e 23% no mercado formal, contudo sem avaliar a permanência neste (VITÓRIA, 2011e). Esse dado corresponde à amostragem de 19% do total de 780 participantes da Inclusão Produtiva de Vitória-ES nesse período.

Outra análise é apresentada após a realização dos cursos há uma possibilidade dos participantes, maior do que antes, de serem encaminhados ao mercado de trabalho, seja informal ou formal, em grupo ou individualmente.

Ressalta-se a importância do apoio institucional com vistas a potencializar uma iniciativa que, em muitas vezes, já iniciou, mas está demandando um suporte em formação como apresentado por um participante da Inclusão Produtiva em Vitória-ES: “sempre mexi com chocolate, mas de forma bem amadora. Com esse curso, estou aprendendo novas técnicas e vendendo muito chocolate. Essa é uma forma de complementar minha renda [...]” (VITÓRIA, 2009, p.20).

Foi a partir dessa articulação com o mercado de trabalho e com a proposta de se aperfeiçoar, que um outro usuário do Programa se inscreveu em um curso relatando: “[...] trabalho em um padaria e sempre quis fazer esse curso. Estou aproveitando essa oportunidade para ser um profissional ainda melhor e poder concorrer no mercado. Essa é minha chance de ganhar mais dinheiro (VITÓRIA, 2009, p.20).

Essa dinâmica proporciona constantes processos de aprendizagem, fomentando novas possibilidades de trabalho e de construção de um espaço participativo e público na medida em que é destacado: “depois de fazer o curso na Unidade de Inclusão Produtiva comecei a participar das feiras e minha renda aumentou. Hoje dou aula e crio as minhas próprias peças” (VITÓRIA, 2011, p. 35).

Portanto, o investimento em formação da Inclusão Produtiva em Vitória-ES possibilitou aos participantes a obtenção de novos conhecimentos com uma linguagem acessível a sua realidade, com a aprendizagem de novas técnicas e com maior investimento na qualidade do produto e na prestação de serviços, possibilitando elevar o nível de renda para as famílias atendidas pelo Programa.

4.4.3 Limites

Os resultados após os cursos, além da dificuldade de sistematizar os seus resultados efetivos, há de se considerar que a demanda do mercado de trabalho na maioria das vezes não converge com o número de formados.

Existe uma disparidade entre “[...] a qualificação oferecida pela política pública e a exigida pelo mercado formal de trabalho [...]” (SOUZA, 2009, p. 172). Este não absorve o total de trabalhadores formados, passando a “[...] preparar trabalhadores para sobreviverem no mercado informal” (SOUZA, 2009, p. 170).

Neste caso, a informalidade passa a compor o tipo de mercado em que são “incluídos” os usuários da Assistência Social de Vitória-ES. Os dados mostram que 63% dos entrevistados que participaram dos cursos do Programa realizam alguma atividade informal, sendo em grupos de produção ou como empreendedores individuais.

Nessa perspectiva há uma revelação que o mercado informal torna-se a possibilidade para esses trabalhadores, sendo o acesso ao mercado formal ainda distante, mesmo com uma representação de 37% de encaminhamento após curso, o que não significa a sua inserção no mercado formal de trabalho que por definição:

“[...] os vínculos tendem a ser mais sólidos e perenes, e no qual os trabalhadores contam com maior grau de proteção social” (LEICHSENRING, 2010, p. 271).

Ao mesmo tempo, não se pode considerar que o mercado formal seja a garantia de uma renda estável, visto que os dados acima mostram as dificuldades dos usuários da Inclusão Produtiva em Vitória-ES em permanecer no mercado de trabalho. Observa-se nesse contexto que existe uma rotatividade desses trabalhadores no mercado formal, como abordado também por Leichsenring (2010).

Essa relação aumenta consideravelmente “[...] a desigualdade em relação à proteção social, pela disparidade de situações que separam os trabalhadores qualificados com vínculo formal e os que se encontram na informalidade” (LIRA, 2012, p.201).

Acrescenta-se, ainda, a situação dos usuários que, “[...] permanecem no segmento formal do mercado, há um processo de deterioração na qualidade da ocupação, pois parte dos trabalhadores inseridos nesse segmento passa a ter contratos flexibilizados [...]” (LIRA, 2012, p.174).

Portanto, a “inclusão” dos usuários atendidos pelo Programa de Inclusão Produtiva em Vitória-ES no núcleo mais estruturado do mercado de trabalho é muito reduzida. Resta avaliar [com mais profundidade], assim, se a trajetória dos que conseguiram entrar no mercado formal é estável” (LEICHSENRING, 2010, p. 272).

Outra análise revela “[...] que é fraca a repercussão desses programas em decorrência da dinâmica econômica estrutural não favorável à autonomia e sustentabilidade do país [...]” (BARBOSA, 2012, p. 132). Nesse contexto depara-se também com os trabalhadores com baixo nível escolaridade, favorecendo uma posição desvantajosa no mercado de trabalho, submetendo-se a trabalhos precários e desprotegidos.

Ressalta-se que a baixa escolaridade condiciona na oferta de cursos que não exijam grande capacidade cognitiva, fazendo com que essa oferta garanta a sobrevivência

no mercado informal, o que dificulta o acesso aos direitos trabalhistas, às proteções legais e ao poder de negociação da classe trabalhadora.

Os cursos nem sempre atendem as demandas tecnológicas, além dos empresários considerarem que eles não atendem aos interesses das empresas. Ao mesmo tempo, estar bem ou mal qualificado não garante a inserção ou a continuidade no emprego (SOUZA, 2009).

Destaca-se, ainda, que a continuidade dos negócios criados na Inclusão Produtiva em Vitória-ES apresenta grande rotatividade, além da alta taxa de letalidade dos empreendimentos que enfrenta a ausência ou a insuficiência do capital de giro e dos baixos salários, reunindo “[...] uma desvantagem tecnológica, a baixa escolarização dos trabalhadores e a improvisada cadeia produtiva e de comercialização [...]” (BARBOSA, 2007, p. 291).

Diante disso, a informalidade pode se tornar uma alternativa mais próxima para os diversos trabalhadores em acessar a renda, ao mesmo tempo, “[...] tem seu papel na rede que faz parte do processo de acumulação do capital [...], pois através do rebaixamento dos custos, assegura a manutenção e reprodução de parte do excedente estrutural da força de trabalho (LIRA, 2012, p.174).

Outro aspecto dificultador na realidade de Vitória-ES é a pouca articulação do processo de formação ou de qualificação profissional com as demais políticas públicas, principalmente da educação e a de geração de trabalho e de renda. Mesmo com alguns avanços, há uma distância na elaboração de projetos comuns na agenda pública de prioridades para o município.

A parceria com as políticas de emprego e de renda de Vitória-ES durante o período de 2009 a 2011 obteve alguns avanços, mas ainda precisa haver o fortalecimento dessa articulação. A ação compartilhada e intersetorial ainda é restrita, visto que o foco das intervenções das secretarias do município continua sendo o público que já está trabalhando ou que está a pouco tempo fora do mesmo. O EIR (população em situação de rua, jovens em acolhimento, pessoas com deficiência e outros) fica com as políticas sociais mais residuais, quando consegue acessá-las.

Salienta-se, então, que há uma dificuldade da Secretaria Municipal de Trabalho e de Renda (SETGER) do município em responsabilizar-se pelo atendimento ao munícipe, neste caso atendido pela Política de Assistência Social. Há na realidade de Vitória-ES uma segregação do público atendido e não atendido pela SETGER até o período da pesquisa. Isso significa dizer, que o “público da Assistência Social” ficou praticamente sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

O papel de garantir o direito ao trabalho no município é da SETGER, a SEMAS deve funcionar com o papel de mapear e de mobilizar os trabalhadores em situação de desemprego, criando uma ambiente favorável para que as políticas de trabalho, emprego e renda sejam executadas com a criação de metodologias de atendimento específicas para esse público. A SEMAS não deve realizar todas as ações de geração de trabalho e de renda para o público atendido pela Assistência Social, haja vista que este também é um munícipe da cidade de Vitória-ES, não devendo assim haver essa segregação.

Outro aspecto a considerar, é que existe um estigma de que a qualificação profissional combate o desemprego, acreditando ideologicamente que “[...] a falta de qualificação dos trabalhadores seja erroneamente apontada como um dos determinantes do desemprego” (SOUZA, 2009, p. 168).

A expansão ideológica do processo de acumulação do capital cria uma função estratégica de que “[...] a inserção no mercado de trabalho depende tão somente das ‘competências e habilidades’ que o trabalhador dispunha [...]. Mascara-se, dessa forma, as relações macrossociais [...] da estruturação do trabalho” (LIRA, 20012, p.204).

Diante desse contexto, o empreendedorismo passa a “[...] compor a base da nova cultura do trabalho, desvinculado ao assalariamento e individualista [...]” (BARBOSA, 2007, p. 68). Esse caráter individualista remete-se a “psicologização da ‘exclusão social’”, visto que os sujeitos tornam-se responsáveis por sua situação de desemprego (BARBOSA, 2007). Verifica-se, ainda, que a lógica do

empreendedorismo “[...] mostra-se a perversa frente às reais possibilidades de o trabalhador tornar-se dono de seu próprio negócio [...] porque não se forma um empreendedor da noite para o dia (SOUZA, 2009, p. 173).

Na realidade, “a proposição do empreendedorismo é um desdobramento da ideologia e a institucionalidade neoliberal voltada para a liberação da economia e da quebra das regulamentações sociais” (BARBOSA, 2007, p. 68), sendo, ainda, que o “[...] fetiche do empreendedorismo aplicado no trabalho coletivo autogestionado serve de invólucro ao transformismo da pauta de lutas sociais (BARBOSA, 2007, p. 290).

Assim sendo, não pretendo aqui desconsiderar a importância da formação para a classe trabalhadora, e nem provar a baixa efetividade dessa estratégia. Mas é preciso valorizar a perspectiva da totalidade, visto que as estratégias da Inclusão Produtiva em Vitória-ES possuem muitos desafios e têm um caráter paliativo e reduzido como uma ação de geração de trabalho e de renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento não pretendo dar um caráter conclusivo ao pensamento desenvolvido no decorrer da pesquisa, visto que não são processos acabados. Neste caso, é necessário valorizar a conexão temporal e considerar que a análise demonstra um diagnóstico situacional, podendo ser modificado pela história e pelas mutações da estrutura das relações sociais.

A pesquisa “Caminhos para *Driblar* o Desemprego: o caso da Inclusão Produtiva em Vitória-ES” permitiu captar o movimento que transita em torno de sua estrutura, partindo da análise da dinâmica capitalista e da abordagem da ordem burguesa que faz emergir os trabalhadores em situação de desemprego, embasada na teoria social marxiana.

Ao mesmo tempo, foi verificado que discutir a Inclusão Produtiva em Vitória-ES guarda um fetiche, pois “incluir” os trabalhadores em situação de desemprego no sistema produtivo desigual, sem a mudança no próprio sistema, é uma iniciativa paliativa. Verifica-se, assim, que o Programa ingressou em uma realidade onde a luta entre dois pólos merece destaque.

Esse destaque refere-se a suas possibilidades e aos seus limites, visto que o desemprego é uma condição inata do sistema capitalista, por outro lado, há a necessidade de pensar em estratégias para aliviar as condições precárias de vida em que estão vivendo esses trabalhadores.

Verifica-se como questão central, que as possibilidades e os limites em “incluir” os usuários da Assistência Social em Vitória-ES no mercado de trabalho são várias em seu nível singular, individual e particular, observados no acompanhamento de grupos produtivos, na comercialização e na formação. Concomitantemente, foi possível analisá-los em sua totalidade, a partir da lógica macroeconômica em que está inserido o Programa.

Em seu caráter *particular, individual e isolado*, as possibilidades da Inclusão Produtiva em Vitória-ES referiram-se a sua capacidade de desenvolver ações de

geração de trabalho e renda junto aos usuários atendidos pela Política de Assistência Social. Suas estratégias tornam-se alternativas ao não-assalariamento e ao desemprego, mas não com vistas à superação deste, e sim na perspectiva de considerar os novos modos de fazer dos trabalhadores nesta relação contraditória entre capital x trabalho.

A Inclusão Produtiva em Vitória-ES buscou não apenas alcançar resultados de cunho econômico, e sim investiu na valorização dos ativos dos trabalhadores, olhando para quem “antes” era tratado como “caso de polícia”. Foi possível no processo de intervenção do trabalho o enfoque nas potencialidades, na valorização da confiança e no aumento do poder de organização dos trabalhadores.

A Inclusão Produtiva em Vitória-ES possibilitou, ainda, mudanças nos “paradigmas prévios” na implementação dos programas sociais, restritos ao pressuposto da falta, para uma perspectiva de análise desses trabalhadores que aparecem em uma dimensão positiva, com a valorização de suas experiências e de seus projetos de melhorar a vida. Essa perspectiva iluminou a compreensão e evidenciou os sujeitos sociais, não apenas na dinâmica econômica que gera a “inclusão precária”, mas como vivem e como constroem atividades remuneradas em uma sociedade “sem empregos”.

Em aspectos gerais, o Programa teve o cuidado em não caracterizar os indivíduos como “excluídos”, nem culpabilizá-los por sua situação de vida, negando a sua capacidade de fazer história. A Inclusão Produtiva em Vitória-ES se tornou uma alternativa de apoio e de suporte do Estado para que os sujeitos que vivem a situação de desemprego possam ter uma rede de apoio que facilite ganhar a vida e obter renda para seu sustento.

Além de ser uma forma de potencializar as conexões em rede para fortalecer algo em que os sujeitos já estão realizando e facilitou o escoamento da produção, dando um apoio no processo de comercialização e realizando diversas formações continuadas aos que pouco, ou nunca, tiveram oportunidades de ingressar neste contexto. Essa dinâmica possibilitou modificar as relações de consumo e de

trabalho, além de aumentar o status social dos participantes, pois estar ocupado e ser “dono” de uma unidade produtiva geram aumento da confiança em si mesmo.

Neste caso, reforça-se este pensamento com a reflexão de Salazar (2004, p. 112) em que essas estratégias de geração de renda possibilitam “[...] resgatar a esfera da subjetividade, na perspectiva do trabalho, significando considerar a gênese do ser social [...]. Logo, significa resgatar o caráter ontológico e sociológico do trabalho”.

No que se refere aos limites da Inclusão Produtiva em Vitória-ES, a proposta foi demonstrar quais as dificuldades, os desafios e os entraves do Programa em “incluir” os usuários da Assistência Social de Vitória-ES no mercado de trabalho.

Mesmo com as possibilidades encontradas e com a perspectiva de transformar os limites em oportunidade de melhoria, a implementação do Programa em Vitória-ES não resultou em mecanismos contra o modo de produção capitalista (não sendo nem a sua pretensão e nem o seu objetivo), ao mesmo tempo, não pode ser reduzida a simples estratégia de alternativa ao desemprego estrutural.

As estratégias de geração de trabalho e de renda preconizadas pela Inclusão Produtiva em Vitória-ES apresentam uma forma precária de participação no mercado de trabalho, baseado muitas vezes na estratégia de autoajuda para os trabalhadores, sendo respostas emergenciais e paliativas, havendo, neste caso, uma distância de garantir emprego a todos os participantes.

O universo criado pelas famílias atendidas na Inclusão Produtiva em Vitória-ES é proveniente das iniciativas de auto-emprego nas áreas de culinária, de artesanato e de prestação de serviços. Essa dinâmica do trabalho informal e da cultura do auto-emprego tornou-se a possibilidade de criar e de recriar formas alternativas para o desemprego. É nesse contexto que coloco *driblar*, pois o Programa em sua *totalidade*, não possibilita fontes seguras e duradouras de trabalho e de renda, passando a compor um *drible*, um desvio e sendo iniciativas amenizadoras do não-assalariamento para a subsistência de trabalhadores desempregados.

Quanto ao seu entrave, o Programa fideliza a lógica de intensificação da exploração do trabalhador; do rebaixamento dos salários; da diminuição da pressão política e a diminuição da proteção social, visto que muitos trabalhadores estão desprovidos de direitos trabalhistas, pois em sua maioria, fazem parte do mercado informal de trabalho.

Essa informalidade no caso da Inclusão Produtiva em Vitória-ES não configura como uma opção para a busca de uma “autonomia”, da realização dos desejos e para o revigoreamento do “espírito empreendedor”, mas como alternativa de produção e estratégia de sobrevivência para a melhoria das condições de vida das famílias atendidas pela Assistência Social de Vitória-ES.

Quanto ao ingresso no mercado formal de trabalho, verifica-se que este se torna outro entrave. Os resultados foram ínfimos, visto que muitos ainda não possuem qualificação profissional e escolaridade adequadas, ou seja, a sua “empregabilidade” não possibilita “legitimar-se” no mercado. E mesmo as tendo, isso não garante automaticamente o seu acesso a este.

Há ainda o lado ideológico do paradigma liberal de considerar que a pobreza, a desigualdade social e a “exclusão social” serão combatidas via mercado, além de individualizar e responsabilizar os sujeitos para essa tarefa.

Essa análise possibilita considerar que o termo “inclusão”, neste caso atribuído ao Programa de geração de trabalho e de renda, na sua essência é uma expressão que implica em um caráter ilusório, pois não existem pessoas “excluídas”, elas não estão fora da dinâmica do capitalismo, mas estão “incluídas” de forma em que o acesso aos bens e aos serviços é insuficiente para o estabelecimento de uma vida digna.

Essas expressões buscam camuflar a verdadeira estratégia desse modo de produção na busca incessantemente para a sua acumulação e com a exploração da força de trabalho.

Essa dinâmica de colocar à margem do centro produtivo grande parte dos trabalhadores gera outro fetiche do capital, pois em sua aparência acredita que eles

estão “excluídos” desse modo de produção, mas em sua essência os trabalhadores estão “incluídos” de forma precária, ou seja, estão dentro de um sistema desigual, onde a maioria da população não usufrui da riqueza socialmente produzida.

Insta frisar que o Programa de Inclusão Produtiva em Vitória-ES não combate o desemprego inerente a este sistema de produção que “exclui” e “inclui”, ao mesmo tempo, sob as suas próprias regras. Por isso, é importante termos uma visão crítica e extrapolar a perspectiva mediata sobre o objeto proposto para não cairmos nas armadilhas das “inclusões”, com defende Martins (2003).

A Inclusão Produtiva em Vitória-ES é uma superação momentânea, sem intenções de resolver a contradição básica do modo de produção capitalista, contradição que a política social não irá resolver, pois o sistema se alimenta da “inclusão precária” para produzir e acumular riquezas. Ele não se responsabiliza pelos problemas sociais que cria, com lucro livre e socialmente irresponsável.

Mesmo conhecendo a essência que permeia o Programa, não podemos perder de vista que é possível intervir com mais magnitude naquilo que fica encoberto, articulando ações com uma visão mais de cunho transformador. Todo esse processo apresentado nesta pesquisa pode se tornar um local de construção e de organização da classe trabalhadora por acesso aos direitos, a partir de um contexto que envolve “[...] as relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e Sociedade Civil, no âmbito dos conflitos e das lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 36).

Logo, o investimento nesse espaço de contradição pode proporcionar o fortalecimento de um ambiente de luta, de resistência e de formação política com os usuários que vivenciam o suporte operacional e financeiro nas estratégias do Programa de Inclusão Produtiva em Vitória-ES. Há uma possibilidade de conquistar mais adeptos na construção de um projeto contra-hegemônico e em busca de uma nova ordem social mais justa e igualitária.

6 REFERÊNCIAS

BARATTA, T.C.B. et al. **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Programa Bolsa Família**. Rio de Janeiro: IBAM / Unicarioca; Brasília: MDS, 2008.

BARBOSA, Rosângela Nair. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação do trabalho. In: SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C. (Org.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2012. p.121-167.

BAUER, Martin.W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2010.

PORTULAN, Software e Serviços. **Gestão Estratégia para Políticas Sociais**. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.portulan.com.br:8080/geps.aspx>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: UNB, 2006. p. 69-98.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 03 out.2012.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 e publicada no DOU do dia 28 de outubro de 2004. Brasília: MDS, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Normas para Cooperação Técnica e Financeira na Implementação de Projetos de Promoção da Inclusão Produtiva: no Âmbito do Suas**. Brasília. Edital nº 001/SNAS/MDS, 2007.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de geração de trabalho e renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda**. Brasília: MDS, 2008.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Minuta do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho**. Brasília, MDS, 2011.

_____. Ministério de Desenvolvimento Econômico e Combate a Fome. **CRAS-Institucional**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. Ministério de Desenvolvimento Econômico e Combate a Fome. **Proteção Social de Alta Complexidade**. Brasília. Disponível: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/altacomplexidade>. Acesso em: 14 nov.2012.

_____. Ministério de Desenvolvimento Econômico e Combate a Fome. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Brasília. Disponível: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/altacomplexidade>. Acesso em: 14 nov.2012.

_____. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)**. Brasília. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29797&janela>. Acesso em: 13 nov. 2012.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. 2005. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

CASTRO, J. A. et al. Desafios para a Inclusão Produtiva das Famílias Vulneráveis: uma Análise Exploratória. In: CASTRO, J. A; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios**. Brasília: IPEA, 2010. p.314-341.

COSTANZI, Rogério N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2009.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-255.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **A Síntese de Indicadores Sociais**. Brasília, 2002. Disponível em [http: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos>](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos). Acesso em: 03 out. 2012.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEICHSENDRING, Alexandre R. Precariedade Laboral e o Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios**. Brasília: IPEA, 2010. p.271-289.

LEITE, Izildo Corrêa. **Novos olhares, novos lugares: por uma Política Social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania**. In: ISSN 1405-1435, UAEMex, num.47, p.62-89, mai/ago. 2008.

LIMA, Carlos. Trabalho e política social no mundo do capital em crise. In: PEREIRA, P. A. et al. (Org.). **Política Social, trabalho e democracia em questão**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2009. p. 49-82.

LIRA, Isabel Cristina Dias. Trabalho Informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C. (Org.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2012. p.169-208.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 93-129.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998. 1 v.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 715-823. 2 v.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, Jussara Maria Rosa. et al. A exclusão social como uma das manifestações da questão social no contexto brasileiro. In: BULLA, L.C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. **As Múltiplas Formas de Exclusão Social**. Porto Alegre: Federação Internacional das Universidades Católicas: EDUPUCRS, 2004. p. 31 a 54.

NAKATANI, P. A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho. In: MANFROI, V. M.; MENDONÇA, L. J. V. P (Org.). **Política Social, trabalho e subjetividade**. 1 ed. Vitória: Edufes, 2008. p. 47-66.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método Marx**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O Método em Marx**. In: CURSO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, Pernambuco, 2002. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Alvelino da Rosa. **Sobre o alcance teórico do conceito de “exclusão”**. Civitas, Porto Alegre, ano 1, v.4, p.160-188, jan./jun. 2004.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n.87, p.5-24, set. 2006.

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, MARCIO. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2012. p.37-58.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Texto & Contexto**, Porto Alegre, v.11, n.1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

SALAZAR, Silvia Neves. Economia Solidária: Possibilidade de Construção de uma nova sociedade? In: **O Social em Questão**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC. Rio de Janeiro, n. 12, p. 89-118, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**. Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2005. p. 87-112.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M.C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: _____. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 9-36.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2009. p.245-266.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in visíveis da produção capitalista). **Revista Outubro**, São Paulo, n.7, p. 49-60, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? In: _____ **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: ed. 34, 2001, cap. 4, p.115-37.

_____. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo. **Cadernos CRH**, Salvador, n.19. p.8-21, jun./dez. 1993.

THEODORO, Mário. **As bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil**. Texto para discussão nº 762. Brasília: IPEA, 2000. In. ISSN 1415-4765

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1968.

VITÓRIA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatório Anual da Inclusão Produtiva 2009**. Vitória: SEMAS, 2009.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Diagnóstico e identificação das necessidades e das capacidades das famílias do programa bolsa família da Região de São Pedro**. Vitória: SEMAS, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatório Anual da Inclusão Produtiva 2010**. Vitória: SEMAS, 2010a.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Guia de Funcionamento da Inclusão Produtiva**. Vitória: SEMAS, 2011.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Perfil da Vulnerabilidade Social do Município de Vitória**. Vitória: SEMAS, 2011b.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Vitória das Artes: transformando talentos em negócio**. Vitória: SEMAS, 2011c. Catálogo de exposição.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Avaliação Anual 2011**. Vitória: SEMAS, 2011d.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatório Geral da Inclusão Produtiva 2009 a 2011**. Vitória: SEMAS, 2011e.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Educomunicação: construindo um sonho**. Vitória: SEMAS, 2011f. 1 folder.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Programa Família Cidadã (PFC)**. Vitória. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=beneficiofamiliacidada>. Acesso em: 14 nov. 2012.

_____. Portal da Transparência. **Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo**. Vitória. Disponível em: <

<http://sistemas1.vitoria.es.gov.br/transparenciaWeb/Despesa.Secretaria>. >. Acesso em: 28 mai. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. **Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT)**. Vitória. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semus.php?pagina=cptt>. Acesso em: 13 nov. 2012.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C; OLIVEIRA, Elzira Lúcia. Os Idosos no Mercado de Trabalho: Tendências e Consequências. In: Camarano, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p.453-479.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Fotografias



Fotografia 1: Loja Vitória das Artes
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 2: Unidade de Inclusão Produtiva
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 3: Acompanhamento de Grupos Produtivos
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 4: Laboratório de Criatividade – Vitória das Artes
Fonte: Vitória (2011c)





Fotografia 5: Salão Social
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 6: Restaurante Sabor & Arte
Fonte: Vitória (2011)



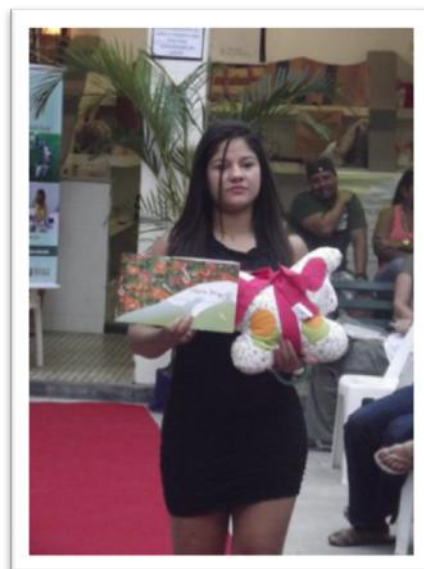
Fotografia 7: Educomunicação
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 8: Comercialização Vitória das Artes
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 9: Apoio a Formação
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 10: Lançamento do Catálogo Vitória das Artes
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 11: Divulgação do Programa na voz dos atores sociais
Fonte: Vitória (2011)



Fotografia 12: Equipe da Inclusão Produtiva de Vitória-ES
Fonte: Vitória (2011)

